



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS – FES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM PROPRIEDADE
INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO

MÁRCIA CRISTINA AUZIER PORTILHO

Conhecimento em Propriedade Intelectual: uma investigação com estudantes da
graduação do IFAM - *Campus Manaus Centro*

MANAUS
2025

MÁRCIA CRISTINA AUZIER PORTILHO

Conhecimento em Propriedade Intelectual: uma investigação com estudantes da
graduação do IFAM - *Campus Manaus Centro*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT) – Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestra.

Orientadora: Célia Regina Simonetti Barbalho

Linha de pesquisa: Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação em Núcleos de Inovação Tecnológica (NITS).

Área de concentração: Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P852c Portilho, Márcia Cristina Auzier.

Conhecimento em Propriedade Intelectual: uma investigação com estudantes da graduação do IFAM - *Campus* Manaus Centro / Márcia Cristina Auzier Portilho. – Manaus, 2025.

139 p. : il. color.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT) – Universidade Federal do Amazonas, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Célia Regina Simonetti Barbalho.

1. Propriedade intelectual. 2. Formação em propriedade intelectual. 3. Ensino superior. I. Barbalho, Célia Regina Simonetti (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas. III. Título.

CDD 341.758

MÁRCIA CRISTINA AUZIER PORTILHO

Conhecimento em Propriedade Intelectual: uma investigação com estudantes da graduação do IFAM - *Campus Manaus Centro*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT) – Universidade Federal do Amazonas.

Aprovada em 4 setembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr^a. Célia Regina Simonetti Barbalho - Orientadora
PROFNIT – Ponto Focal Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Daniel Reis Armond de Melo – Membro Interno
PROFNIT – Ponto Focal Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dr^a. Fabiana Lucena Oliveira – Membro Externo
PROFNIT – Ponto Focal Universidade Estadual do Amazonas – UEA - AM

Prof. Dr. André Wilson Archer Pinto Salgado – Membro do Mercado
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM

*"À minha família, por acreditarem em mim
e me darem forças para alcançar este
objetivo."*

AGRADECIMENTOS

Ao meu bom Deus, que me sonda todos os dias, me ampara, conhece minhas limitações e me ajudou a ir aonde nunca imaginei que chegaria.

Aos meus pais, pela dedicação e amor.

Aos meus filhos, Ícaro e Iago, pelo apoio e incentivo.

À minha orientadora, professora Célia Simonetti, por ter aceitado me acompanhar nessa jornada, pelas valorosas contribuições e por todo suporte necessário para que eu pudesse cumprir essa missão.

À minha amiga Darlene, que me apresentou o programa e por me acompanhar e me ouvir sempre que precisei de ajuda.

Agradeço a Camila, Lorena, Beatriz e Néia, por suas orações e palavras de incentivo. Carol, Lívia e Luna, obrigada pela ajuda de vocês, com traduções e ajustes da apresentação.

Aos meus colegas de mestrado, Alice, Alex e Marcela.

Minha sincera gratidão aos colegas de trabalho que, com sua gentileza e compreensão, me apoiaram e entenderam os momentos em que precisei me ausentar e não pude me dedicar por completo às rotinas do setor.

Aos professores do IFAM/CMC, que dispuseram de um tempo para que a aplicação da pesquisa fosse realizada.

Por fim, e não menos importante, aos membros da banca pela disponibilidade e contribuições.

*“Sucesso é um esporte coletivo. Demonstre gratidão a todos os
que colaboram com suas vitórias.” (Carlos Hilsdorf)*

PORTILHO, Márcia Cristina Auzier. **Conhecimento em Propriedade Intelectual: uma investigação com estudantes da graduação do IFAM - Campus Manaus Centro**. 2025. 139 f. (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2025.

RESUMO

O estudo teve como objetivo geral avaliar o nível de conscientização dos alunos de graduação do IFAM – Campus Manaus Centro, sobre a temática Propriedade Intelectual e identificar a existência da oferta de conteúdos na formação. Como instrumento de coleta, utilizou-se um estudo similar realizado no Reino Unido, o qual foi adaptado para a realidade da amostra. Os sujeitos da pesquisa foram os alunos do 3º período dos cursos de bacharelados em Engenharia Civil e Engenharia Mecânica; e os tecnólogos em Tecnologia em Alimentos; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Processos Químicos; Tecnologia em Produção Publicitária. Para fundamentar o tema da e embasar a interpretação dos dados, foi realizada, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica em base de dados e repositórios. Para a coleta de dados, utilizou-se documentos oficiais da instituição e a aplicação do questionário, a aplicação da pesquisa ocorreu no Instituto Federal do Amazonas (IFAM) – Campus Manaus Centro, tendo como público-alvo os discentes. A pesquisa é de característica exploratória e descritiva, com abordagem qualiquantitativa. O resultado da pesquisa demonstrou que há lacunas a serem preenchidas acerca da formação e disseminação da temática de propriedade intelectual. Considerando os resultados encontrados, foi desenvolvido o material didático em formato de videoaulas que visa contribuir com a disseminação do tema entre os discentes da instituição. O produto técnico/tecnológico, intitulado: “*Crie, proteja e inove: material didático sobre Propriedade Intelectual*”, é apresentado no formato de vídeos, desenvolvido no intuito de tornar o tema mais atrativo. Os vídeos estão estruturados em quatro módulos divididos em: *Conceitos básicos de Propriedade Intelectual – importância e legislação; Direitos autorais e ambiente digital; Propriedade industrial e suas modalidades; Proteção sui generis: modalidades e exemplos da aplicação de PI nas áreas profissionais*. O material foi devidamente avaliado pelo público-alvo por meio de questionário eletrônico *Google Forms*, que contou com a participação de 16 discentes. O resultado da avaliação demonstrou uma aceitação positiva entre o público-alvo.

Palavras-Chave: propriedade intelectual; formação em propriedade intelectual; material didático; ensino superior.

PORTILHO, Márcia Cristina Auzier. **Knowledge of Intellectual Property: an investigation with undergraduate from IFAM - Campus Manaus Centro**. 2025. 139 f. (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2025.

ABSTRACT

The study had the general objective of assessing the level of awareness of undergraduate students at IFAM – Manaus Centro Campus regarding the topic of Intellectual Property and identifying the existence of related content within their academic training. As a data collection instrument, a similar study conducted in the United Kingdom was used, which was adapted to the reality of the sample. The research subjects were third-semester students from the Bachelor's programs in Civil Engineering and Mechanical Engineering, as well as from the Technology programs in Food Technology, Systems Analysis and Development, Chemical Processes, and Advertising Production. To provide theoretical grounding and support the interpretation of the data, a bibliographic review was first carried out using databases and repositories. For data collection, official institutional documents were used along with the administration of a questionnaire. The research was conducted at the Federal Institute of Amazonas (IFAM) – Manaus Centro Campus, targeting undergraduate students. The study is exploratory and descriptive in nature, adopting a mixed qualitative and quantitative approach. The results of the research showed that there are gaps to be filled in the training and dissemination of the topic of intellectual property. Considering the findings, didactic material in the form of video lessons was developed to contribute to the dissemination of the subject among students of the institution. The technical/technological product, entitled “Create, Protect, and Innovate: Didactic Material on Intellectual Property”, is presented in video format and was developed with the aim of making the subject more engaging. The videos are structured into four modules divided as follows: Basic Concepts of Intellectual Property – importance and legislation; Copyright and the digital environment; Industrial property and its modalities; Sui generis protection – modalities and examples of the application of IP in professional fields. The material was properly evaluated by the target audience through an electronic questionnaire (Google Forms), with the participation of 16 students. The evaluation results demonstrated a positive acceptance among the target audience.

Keywords: intellectual property; intellectual property education; educational material; higher education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dissertações do PROFNIT relacionados ao tema da pesquisa	23
Quadro 2 – Cursos superiores ofertados pelo IFAM/ Campus Manaus Centro	48
Quadro 3 – Descrição dos cursos.....	48
Quadro 4 – Software utilizados no desenvolvimento do material didático	56
Quadro 5 – Regulamentações norteadoras para os Cursos Superiores de Tecnologia	70
Quadro 6 – Cursos relacionados para a pesquisa	76

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Campi da Rede Federal de Ensino no Território Brasileiro	44
Figura 2 – Breve histórico da Rede Federal /Linha do tempo	45
Figura 3 – Representação das etapas metodológicas	51
Figura 4 – Etapas do desenvolvimento do produto	54
Figura 5 – Apresentação dos objetivos específicos, metodologia e resultados	57
Figura 6 - Tela inicial da apresentação do produto.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Tabela de gênero.....	58
Tabela 2 – Ano de ingresso no curso	60
Tabela 3 – Distribuição das respostas.....	61
Tabela 4 – Distribuição das respostas.....	67
Tabela 5 – Avaliação do conteúdo, linguagem e ritmo	81
Tabela 6 – Design e Usabilidade do material	83
Tabela 7 – Representação das respostas à primeira pergunta.....	85
Tabela 8 – Dinâmica e recursos	86
Tabela 9 – Melhorias	86
Tabela 10 – Pontos Fortes.	87
Tabela 11 – Pontos fracos.....	88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária dos respondentes.....	59
Gráfico 2 - Representação dos cursos	60
Gráfico 3 - Conhecimento prévio em PI.....	62
Gráfico 4 – Conhecimento prévio em PI.	62
Gráfico 5 - Representação das perguntas em relação a familiaridade do tema de PI anterior à pesquisa.....	65
Gráfico 6 - Grau de relevância da propriedade intelectual na carreira profissional....	68
Gráfico 7 – Avaliação do conteúdo e metodologia.....	82
Gráfico 8 – Design e usabilidade o material.	84

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AYTY	Incubadora de Empresas do IFAM
BPSU	Bataan Peninsula State University
CAPDA	Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia
CEP	Conselho de Ética em Pesquisa
CMC	Campus Manaus Centro
CONFEA	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DIREN	Diretoria de Ensino
ETFAM	Escola Técnica Federal do Amazonas
ICTs	Instituições de Ciência e Tecnologia
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFAM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
ITSO	Innovation and Technology Support Office
NDE	Núcleo Docente Estruturante
ODA	Organização Didático-Acadêmica
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PI	Propriedade Intelectual
PIM	Polo Industrial de Manaus
PPC	Projetos Pedagógicos de Curso
PROFNIT	Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDS	Tecnologia em Desenvolvimento de Software
TRIPS	Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights
TT	Transferência de Tecnologia
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	16
2 INTRODUÇÃO	17
3 JUSTIFICATIVA	21
3.1 LACUNA A SER PREENCHIDA PELO TCC	21
3.2 ADERÊNCIA AO PROFNIT	22
3.3 IMPACTO	24
3.4 APLICABILIDADE.....	25
3.5. INOVAÇÃO	26
3.6. COMPLEXIDADE	26
4 OBJETIVO.....	27
4.1 OBJETIVO GERAL	27
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	27
4.2.1 Dimensionar teoricamente os elementos que envolvem a formação em propriedade intelectual para alunos de nível superior;.....	27
4.2.2 Verificar nos projetos pedagógicos dos cursos previamente selecionados como o tema de propriedade intelectual é apresentado;	27
5 REFERENCIAL TEÓRICO	28
5.1 Formação em propriedade intelectual no ensino superior	28
5.2 Lei da inovação e as parcerias com as instituições de ensino.....	36
6 METODOLOGIA.....	38
6.1 Aspectos do estudo.....	38
6.2 Contexto do local da investigação	41
6.2.1 Constituição da Rede Federal de Ensino: breve histórico.....	41
6.2.2 Campus IFAM – Manaus Centro.....	47
6.3 Etapas metodológicas	51
6.4 Descrição detalhada das etapas metodológicas.....	51
6.4.1 Fase 1 – Adaptação do instrumento de coleta de dados	52
6.4.2 Fase 2 – Pré-teste	52
6.4.3 Fase 3 – Procedimentos para a coleta de dados.....	52
6.4.4 Fase 4 – Análise dos dados	53
6.4.5 Fase 5 – Desenvolvimento do produto tecnológico.....	54
6.4.6 Fase 6 – Avaliação do produto tecnológico	56
6.5 Matriz de amarração/validação	57

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO	58
7.1 Dados mensuráveis	58
7.1.1 Análise dos dados do instrumento de coleta de dados.....	58
7.2 Dados não mensuráveis.....	71
7.2.1 Análise dos dados documentais	71
7.2.1.1 Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação do Amazonas de acordo com a políticas da Educação Superior.....	71
7.2.1.2 Competências previstas para cumprimento das leis de Inovação Federal e Estadual	73
7.2.1.3 Projeto Pedagógico do Curso – PPC.....	75
8 PRODUTO TÉCNICO/ TECNOLÓGICO	81
8.1 Apresentação do material	81
9 IMPACTOS.....	90
10 ENTREGÁVEIS DE ACORDO COM OS PRODUTOS DO TCC	90
11 CONCLUSÃO	91
12 PERSPECTIVAS FUTURAS	94
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICES.....	102
Apêndice A - Matrix FOFA (SWOT)	103
Apêndice B - Modelo de Negócio CANVAS	104
Apêndice C – Artigo submetido	105
Apêndice D - Questionário de coleta de dados.....	118
Apêndice E – Formulário de avaliação do produto técnico/tecnológico.	122
Apêndice F – Produto técnico-tecnológico	124
Apêndice G - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.....	125
ANEXOS	127
ANEXO A – Parecer do Conselho de Ética em Pesquisa do UFAM.....	128
ANEXO B – Carta de Anuência	135
ANEXO C – Submissão do artigo	136
ANEXO D – Comprovante de registro de direito autoral	137
ANEXO E - Declaração de entrega do produto ao demandante	138

1 APRESENTAÇÃO

Com a missão de formar profissionais aptos para os desafios do mercado, as instituições de ensino superior configuram-se como ambientes estratégicos para a disseminação do conhecimento, seja por meio das disciplinas, cursos, workshops ou palestras que oferecem ou pelos saberes que constituem em suas pesquisas.

Para que os futuros profissionais compreendam a relevância da propriedade intelectual, utilizem adequadamente as ferramentas de proteção disponíveis e desenvolvam competências estratégicas para atuar em um mercado altamente competitivo, é imprescindível que esse aprendizado seja incorporado na academia.

Nesse cenário, a pesquisa objetivou investigar o nível de conhecimento sobre propriedade intelectual entre os alunos dos cursos de bacharelado e tecnólogo do IFAM – *Campus* Manaus Centro. O estudo baseou-se em uma pesquisa realizada no Reino Unido, a qual investigou a conscientização discente acerca da Propriedade Intelectual, bem como buscou compreender suas expectativas futuras em relação às carreiras profissionais.

O desenvolvimento do trabalho procurou contribuir com a disseminação da temática de propriedade intelectual, especialmente entre os discentes do IFAM – *Campus* Manaus Centro, local onde foi realizada a investigação, e podendo ser usado por outras instituições de ensino que apresentem interesse pelo tema.

2 INTRODUÇÃO

No contexto atual, a Propriedade Intelectual (PI) e a Inovação emergiram como tema de intensa discussão, especialmente em setores da sociedade com foco direcionado ao desenvolvimento social e econômico de nações.

A inovação tecnológica é um motor essencial para o progresso, pois é por meio de novas soluções que ocorrem mudanças significativas em produtos e serviços. Essas mudanças têm sido realizadas pela humanidade desde os primórdios da civilização.

Segundo Ortega e Ribeiro (2022, p. 153) “dentro de um novo paradigma do processo inovativo, também chamado de modelo interativo de inovação, a tecnologia é tida como um fenômeno complexo, multidimensional” e, nesse novo modelo, é imprescindível a participação de vários atores.

Nesse contexto, no Brasil, a busca por um ecossistema de inovação robusto tem sido impulsionada por leis que visam promover avanços tecnológicos e científicos, facilitado pela interação entre academia e indústria. Ferreira (2018, p. 32), enfatiza que “os atores envolvidos nesta combinação, como as universidades e instituições de pesquisa, acolhem a ciência ao realizarem suas práticas, ao refutarem e/ou corroborarem os pressupostos vigentes”.

Para Pereira e Santos (2022, p. 29), “as universidades brasileiras são reconhecidas por sua importância na geração de conhecimento e como elo importante para que o país não se distancie das tecnologias de ponta disponíveis nos países mais desenvolvidos”, ao passo que são também catalisadoras de conhecimento, formadoras de talentos e colaboradoras estratégicas para o setor produtivo e o governo.

As universidades públicas do Brasil, trazem em sua essência um diferencial no que se refere a geração de conhecimento, “[...] ou seja, concentram seus esforços em direção da criação de linhas de pesquisa que geram resultados como a produção de artigos científicos ou investigações sem aplicação industrial imediata” (Fujita; Mata; Sousa, 2023).

Além disso, essas mesmas instituições têm em seu ambiente a capacidade única de combinar teoria e prática, permitindo que ideias inovadoras sejam testadas e aplicadas em cenários reais.

Para Ferreira (2018, p. 36), “a comunidade científica constrói o conhecimento científico e devolve-o à sociedade como uma resposta aos questionamentos dessas oriundos”, sendo eles constantemente produzidos, modificados, transformados e impactados na sociedade.

No sentido de fortalecer o ambiente da produção de conhecimento das instituições de ensino superior, Faria (2011) destaca que a introdução do ensino da Propriedade Intelectual nos cursos de graduação no Brasil buscou modificar o nível de percepção sobre o tema, ampliando as possibilidades de valorização do capital intelectual, além de promover a cultura de proteção das ideias inovadoras.

Com base nessa perspectiva, e buscando entender a realidade local, formulou-se a seguinte pergunta de pesquisa: o que os alunos da graduação do Campus Manaus Centro do IFAM compreendem sobre Propriedade Intelectual?

Este estudo toma por base a pesquisa *Student Attitudes Towards Intellectual Property*, realizada no ano de 2012 no Reino Unido, com mais de 2.000 alunos da educação intermediária (*further education*) e do ensino superior (*higher education*), que investigou a consciência e aspirações desses alunos em relação à Propriedade Intelectual, buscando também compreender de que forma o conhecimento nessa área poderia influenciar em suas trajetórias profissionais.

Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa é avaliar o nível de conscientização dos alunos de graduação do IFAM – Campus Manaus Centro sobre a Propriedade Intelectual e identificar a existência da oferta de disciplinas na formação. Enfatiza-se que o processo investigativo foi estruturado em torno dos seguintes objetivos específicos:

- 1) Dimensionar teoricamente os elementos que envolvem a formação em propriedade intelectual para os alunos de nível superior;
- 2) Verificar nos projetos pedagógicos dos cursos previamente selecionados como o tema de propriedade intelectual é apresentado;
- 3) Adaptar o instrumento de coleta de dados a partir do estudo *Student Attitudes Towards Intellectual Property*;
- 4) Efetuar o levantamento de dados com os sujeitos selecionados a partir da estratégia eleita;
- 5) Desenvolver, com base nos dados levantados, videoaulas com conteúdo prático e exemplos aplicados, visando disseminar a temática da Propriedade Intelectual (PI) entre os estudantes do ensino superior do IFAM.

Para delimitar o objeto de estudo, o *lócus* para realização da pesquisa se constituiu pelo Instituto Federal do Amazonas - *Campus* Manaus Centro, tendo como sujeitos da pesquisa discentes do 3º período dos cursos dos cursos de bacharelados de *Engenharia Civil* e *Engenharia Mecânica*, e os tecnólogos de *Tecnologia de Alimentos*; *Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas*; *Tecnologia em Processos Químicos*; *Tecnologia em Produção Publicitária*.

A metodologia utilizada inclui a revisão bibliográfica, análise documental, pesquisa em documentos jurídicos e aplicação de instrumento de coleta de dados, adaptado do estudo mencionado. Trata-se de pesquisa aplicada, com objetivos exploratórios e descritivos, combinando métodos qualiquantitativos.

O estudo possibilitou o desenvolvimento de um material didático, em formato de videoaulas como produto técnico/tecnológico, visando contribuir com à disseminação da temática de Propriedade Intelectual (PI) junto ao público-alvo da pesquisa. As videoaulas foram estruturadas em quatro módulos introdutórios de propriedade intelectual e, dada a extensão do assunto, foram selecionados os seguintes tópicos para apresentação: *Conceitos básicos de propriedade intelectual – importância e legislação*; *Direitos autorais e ambiente digital*; *Propriedade Industrial e suas modalidades*; *Proteção sui generis: modalidades e exemplos da aplicação de PI nas áreas profissionais*.

Para avaliação e validação do produto, foi elaborado um questionário pela plataforma Google Forms, o qual foi aplicado aos discentes da turma do 4º período do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, que estavam cursando a disciplina Administração e Programação de Banco de Dados. A avaliação incluiu questões fechadas, abordando aspectos relacionados ao conteúdo, à metodologia, ao design e à usabilidade do material. Além disso, foram incluídas cinco questões abertas com o objetivo de coletar as impressões sobre os pontos de destaque, sugestões de melhorias e outras ideias pertinentes ao material desenvolvido. A avaliação contou com a participação de 16 discentes e os resultados indicaram uma boa aceitação do material, apesar de alguns comentários pontuais que não comprometem a integralidade de seu desenvolvimento nem propósito final.

Visando atender a dinâmica de um o trabalho desta natureza, o texto está organizado nos seguintes capítulos: i) introdução: contextualização, problema de pesquisa; ii) justificativa: apresenta a lacuna a ser preenchida pelo TCC, aderência ao PROFNIT, impacto, aplicabilidade, inovação, complexidade; iii) objetivo geral e

específicos; iv) referencial teórico subdividido em duas seções: “Formação em Propriedade Intelectual no ensino superior”, “Lei da Inovação e as parcerias com as instituições de ensino superior”; v) metodologia subdividida em cinco seções: aspecto do estudo, contexto do local da investigação, etapas metodológicas, descrição detalhada das etapas metodológicas, matriz de amarração/validação; vi) resultados e discussão subdividido em: coleta de dados mensuráveis, coleta de dados não mensuráveis; vii) produto técnico/tecnológico; viii) impactos; ix) conclusões e perspectivas futuras.

3 JUSTIFICATIVA

3.1 LACUNA A SER PREENCHIDA PELO TCC

O tema da Propriedade Intelectual e Inovação tem obtido destaque em todos os âmbitos da sociedade, sendo amplamente debatido na academia, suscitando diversas reflexões.

A Propriedade Intelectual é sem dúvida um importante instrumento de proteção da criatividade humana, e o conhecimento do tema por diferentes atores que estão envolvidos no crescimento socioeconômico, poderá favorecer a amplificar a cultura da PI em diferentes contextos.

As primeiras invenções demonstram, por meio da evolução e inovações de artefatos, a importância de proteger todo ato inventivo, que se altera constantemente em função das criações e novas atualizações não só tecnológicas, como também de serviços, contribuindo assim significativamente para o desenvolvimento da sociedade.

Neste contexto, vivenciado por constantes avanços tecnológicos, a formação em Propriedade Intelectual se faz necessário, posto que os profissionais que tratarão com as questões que envolvem o tema, enfrentarão um mercado de trabalho dinâmico, onde tais conhecimentos podem contribuir para uma efetivação ação no mundo do trabalho auxiliando a lidar com questões legais e éticas relacionadas à criação, proteção e inovação.

Diante desse contexto é evidente a necessidade de investimentos educacionais para que o país crie vantagens competitivas em relação a outros que, quando bem direcionados, são essenciais para o crescimento econômico que consequentemente atrai mais inovação, contribuindo para a igualdade social e o desenvolvimento humano.

A definição do tema proposto na pesquisa ocorreu pelo entendimento da importância da Propriedade Intelectual e o quando ele interfere no fazer de todos os profissionais, sendo essencial em quase todas as áreas.

O conhecimento sobre propriedade intelectual permite que profissionais compreendam os mecanismos legais disponíveis para proteger suas invenções, obras e marcas, incentivando a inovação e garantindo que os direitos dos criadores sejam respeitados. Para isso, é essencial inserir, ainda na academia, abordagens sobre Propriedade Intelectual e preparar os graduados não apenas para o desenvolvimento

de suas pesquisas, mas também para uma atuação eficaz no mercado de trabalho. Desta forma, a formação em Propriedade Intelectual, é fundamental pela necessidade de capacitar os alunos a proteger e valorizar suas criações inovadoras bem como para o entendimento da proteção de suas próprias criações e suas implicações legais, e éticas que possam garantir o reconhecimento de suas criações e futuramente as devidas compensações financeiras delas provenientes.

Por entender que as iniciativas inovadoras, como também os projetos inovadores realizados pelos alunos, foco deste estudo, frequentemente apresentam um grau significativo de inventividade e inovação, o desenvolvimento desta pesquisa para a instituição demandante é de grande relevância, em virtude da ausência de estudos com alunos da graduação sobre essa temática.

3.2 ADERÊNCIA AO PROFNIT

Este estudo trata do desenvolvimento de um conjunto de videoaulas informativas e didáticas, projetadas para disseminar o conteúdo de PI de forma acessível para alunos de graduação. Este material foi especificamente direcionado aos cursos participantes da pesquisa, visando atender às necessidades e lacunas de conhecimento identificadas.

A aderência do projeto foi classificada no contexto dos Projetos em PI&TT nas Engenharias e na Tecnologia da Informação e Comunicação.

Sobre o tema proposto neste trabalho, foram identificados alguns artigos na Revista Caderno de Prospecção. Os estudos realizados tratam da temática de Propriedade Intelectual no ensino médio técnico e poucos de graduação, tanto dos IF's como das universidades brasileiras.

Santos, Dozza e Porto Júnior (2019), constituíram como estudo de caso a Universidade do Tocantins, dando ênfase a transferência de tecnologia, patentes e inovação. O objetivo do estudo foi propor ações estratégicas para favorecimento da transferência de tecnologia, tendo como principal resultado a necessidade de implementar melhorias com o propósito de promover o incentivo de novas tecnologias mais adequadas às necessidades do mercado.

Saraiva, Butzen e Morejam (2019), abordam a educação empreendedora. O estudo analisou a relação entre o uso de Atividades Educacionais de Formação em Empreendedorismo (AEFEs) na disciplina de *Empreendedorismo* de um curso de

Bacharelado em Engenharia do IFSC e a participação dos alunos em competições. Os resultados mostram uma correlação positiva entre a metodologia de ensino da disciplina e o sucesso dos em competições de ideias de negócio, como a realizada pelo Sebrae-SC e Governo Estadual. Houve uma relação direta entre o número de inscritos e o número de trabalhos classificados.

Baltazar, Vilha, Ferreira Chinellato, Vidotti e Rodrigues (2017), pesquisaram sobre patentes como fonte de informação e subsídio a pesquisa na Universidade Federal do ABC. O trabalho teve por objetivo avaliar o nível de conhecimento e utilização dos pesquisadores da UFABC acerca do uso de informações tecnológicas, especificamente as disponíveis em bases de patentes. O resultado demonstra o desconhecimento e a limitada utilização de informações tecnológicas oriundas de patentes por partes dos pesquisadores da UFABC como subsídios em seus projetos de P, D&I.

Já a abordagem da temática de propriedade intelectual no Instituto Federal do Amazonas fora tratada por Rodrigues, Santos e Oliveira (2023). A pesquisa analisou no âmbito curricular como tema de propriedade intelectual no ensino médio técnico é abordado nos Institutos Federais da Região Norte. O estudo revelou que a temática está sendo pouco difundida, indicando a necessidade de maior atenção ao tema.

Os artigos mencionados tratam da relevância do ensino de PI como forte subsídio para o desenvolvimento em inovação e tecnologia das instituições, iniciando também a discussão com a disseminação do tema por meio de disciplinas específicas.

Dez dissertações com afinidade temática foram identificadas no histórico do PROFNIT. O Quadro 1 apresenta os trabalhos considerados mais relevantes para o contexto desta dissertação.

Quadro 1 - Dissertações do PROFNIT relacionados ao tema da pesquisa

Ano	Autor	Título do trabalho
2011	FARIA, Adriana Xavier de	O Ensino da propriedade intelectual nos cursos de graduação do Brasil: razões e proposições
2019	CAMPOS, Gilson Ribas de	Análise sobre ensino de empreendedorismo e a geração de inovação na Unicentro
2020	CORREIA, João Tanan	A cultura da propriedade intelectual em cursos de design nas instituições de ensino superior da grande Florianópolis
2020	FREIRE, Veronica Maria Vasconcelos	Fomentando a inovação entre os jovens: desafios e mecanismos promotores no ensino médio profissionalizante
2020	NOIA, Wallace Cássio	Propriedade intelectual, empreendedorismo e transferência de tecnologia: proposta de inserção de disciplinas em cursos da UESC
2021	QUEIROZ, Layde Dayelle dos Santos	Formação em propriedade intelectual no ensino médio técnico
2021	SOUSA, Jucélia Barbosa de	Manual para implementação da disciplina de propriedade intelectual nos cursos de nível médio/técnico
2022	RODRIGUES, Darlene	Elaboração de uma HQ como ferramenta para a disseminação do

	Silveira	conhecimento sobre empreendedorismo, inovação e propriedade intelectual para os discentes do Instituto Federal do Amazonas
2022	SOUZA, Alecsandra Oliveira de	Propriedade intelectual na educação: proposta de material didático para o curso técnico em química integrado ao ensino médio do IFRO Campus Ji-Paraná
2023	COSTA, Eliziene Barbosa	Propriedade intelectual para a comunidade acadêmica: material didático com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva e visual

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Trabalhos com temática similar à desta pesquisa, como os de Freire (2020), Queiroz (2021), Sousa (2021), Rodrigues (2022) e Souza (2022), concentraram-se no ensino de PI no nível médio/técnico. Como resultado apresentaram produtos técnicos/tecnológicos em forma de materiais didáticos como manuais, cartilhas e HQ (história em quadrinho).

Diferentemente, Faria (2011), Campos (2019), Corrêa (2020) e Noia (2020) abordaram a inserção de disciplinas sobre propriedade intelectual no ensino superior, contudo, conforme o Quadro 1, Costa (2023) apresentou como produto técnico/tecnológico um material didático em formato de videoaulas, com foco para pessoas com deficiência auditiva e visual.

Esta pesquisa se distingue por diagnosticar o nível de conhecimento sobre Propriedade Intelectual (PI) de um grupo de graduandos e, com base nesse diagnóstico, oferecer ao demandante um material didático em formato de videoaulas direcionado ao público-alvo da pesquisa como exposto.

O estudo que serviu de base para a pesquisa é resultante de uma investigação realizada no Reino Unido, que mapeou as atitudes e visões de mais de 2000 alunos em respeito da propriedade intelectual (PI) com o objetivo de avaliar o conhecimento prévio, os cenários e as perspectivas em relação a PI e carreiras futuras. Esse instrumento foi adaptado para o cenário local e se constituiu basilar para a pesquisa.

Tendo em vista o exposto, acredita-se que este trabalho possa subsidiar novas pesquisas sobre a formação de uma cultura de Propriedade Intelectual no ensino superior.

3.3 IMPACTO

Espera-se, com o resultado do estudo, uma contribuição para a disseminação de conteúdos para a formação superior sobre o tema Propriedade Intelectual para os alunos da graduação do IFAM – *Campus* Manaus Centro e, a partir da geração de

conhecimento nos discentes, um estímulo maior por parte dos estudantes e futuros profissionais em desenvolver processos criativos e protegê-los de forma a ter retorno de seus esforços.

A demanda para a produção de videoaulas sobre Propriedade Intelectual (PI) foi expressa de forma espontânea, impulsionada pela crescente necessidade de conscientização e conhecimento sobre o tema entre estudantes e docentes da instituição. Foi observado uma lacuna na estrutura curricular dos cursos participantes da pesquisa em relação a temática de propriedade intelectual. A demanda também se configura como uma necessidade contratada, uma vez que a instituição busca fortalecer sua cultura de inovação e empreendedorismo, alinhando-se às demandas do mercado e às políticas públicas de incentivo à PI.

A produção impacta de forma efetiva na área educacional, uma vez que o recurso produzido pode ser utilizado como material didático complementar, e ao abordar temas como patentes, modelos de utilidade e *software*, as videoaulas estimularão a criação e a proteção de novas tecnologias, impulsionando a inovação e o desenvolvimento tecnológico na instituição.

3.4 APLICABILIDADE

O produto apresentado, material didático em formato de videoaulas, com acesso aberto e irrestrito, deverá contribuir como recurso de apoio para a disseminação da temática de propriedade intelectual, tanto no IFAM - Campus Manaus Centro, como em outras instituições de ensino que tenham interesse de abordar o assunto na formação de seus alunos.

Em relação a abrangência realizada, o produto está disponibilizado de forma virtual e em acesso aberto no canal do YouTube da biblioteca do IFAM/ Campus Manaus Centro no link <https://www.youtube.com/@BibliotecaIFAMCMC>.

O produto técnico-tecnológico, proveniente da dissertação, poderá ser aplicado de forma irrestrita, uma vez que é de acesso aberto, no IFAM e por outras instituições de ensino de nível superior, em caso de interesse em desenvolver competências sobre a temática.

3.5. INOVAÇÃO

Produção com médio teor inovativo, considerando uma combinação de conhecimento pré-estabelecidos ou nenhum conhecimento na área. A abordagem apresentada na pesquisa traz poucos trabalhos na rede PROFNIT quanto à análise de conhecimentos relacionados aos alunos da graduação. Este material é particularmente relevante, pois não há recursos didáticos disponíveis com essa temática e abordagem para o público-alvo para o qual a produção foi dirigida, sendo também inovativo no que se refere ao foco nesse público dentro da instituição demandante.

3.6. COMPLEXIDADE

O produto técnico/tecnológico proveniente da pesquisa resulta de desenvolvimento baseado em alteração/adaptação de conhecimento existente e estabelecido com a participação de diferentes atores, entre eles web designer e editor de vídeo. Trata-se de um produto alinhado com as necessidades do demandante que foi projetado a partir do perfil dos alunos e composto por conteúdos que atendam às necessidades do processo formativo.

4 OBJETIVO

4.1 OBJETIVO GERAL

Examinar o nível de conscientização dos alunos de graduação do IFAM – Campus Manaus Centro, sobre a temática Propriedade Intelectual.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 4.2.1 Dimensionar teoricamente os elementos que envolvem a formação em propriedade intelectual para alunos de nível superior;
- 4.2.2 Verificar nos projetos pedagógicos dos cursos previamente selecionados como o tema de propriedade intelectual é apresentado;
- 4.3.3 Adaptar o instrumento de coleta de dados a partir do estudo *Student Attitudes Towards Intellectual Property*;
- 4.2.4 Efetuar o levantamento de dados com os sujeitos selecionados a partir da estratégia eleita;
- 4.2.5 Desenvolver, com base nos dados levantados, videoaulas com conteúdo prático e exemplos aplicados, visando disseminar a temática da Propriedade Intelectual (PI) entre os estudantes do ensino superior do IFAM.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, são analisados aspectos para fundamentação teórica da pesquisa de modo a ampliar a compreensão do problema dimensionado estabelecendo uma relação entre o papel das instituições de ensino superior como celeiro de desenvolvimento de criações e inovação tecnológica e o nível de conhecimento dos alunos sobre o tema da propriedade intelectual, bem como as formas de incentivo governamental para fomento da inovação considerando as especificidades da instituição pública foco da pesquisa.

5.1 Formação em propriedade intelectual no ensino superior

A Propriedade Intelectual (PI) tem um papel cada vez mais relevante para impulsionar o progresso e a inovação. Nesse contexto é primordial reconhecer a importância das instituições de ensino superior como local de contribuição de criação e inovação, cooperando assim para o desenvolvimento econômico e social de uma nação.

Deste modo, como forma de assegurar a proteção das ideias e criações provenientes das pesquisas, é necessário disseminar e promover a cultura da propriedade intelectual, bem como conscientizar sobre as formas de proteção das invenções, e a possibilidade do reconhecimento pelo esforço e retorno de investimento.

Como forma de promover a proteção da propriedade intelectual em todo o mundo, em 1967 foi criada a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), que tem como objetivo garantir que os direitos da propriedade intelectual sejam respeitados faz a seguinte definição sobre Propriedade Intelectual (PI).

A OMPI define propriedade intelectual como:

A soma dos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas; às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões da radiodifusão; às invenções em todos os domínios da atividade humana; às descobertas científicas; aos desenhos e modelos industriais; às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais; à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico. (OMPI, 2019, s.p).

Por ser um tema de crescente relevância na atualidade, a propriedade intelectual nas instituições de ensino também tem sido muito discutida, principalmente por ser este um ambiente propício à criação, gerador de conhecimento e de alternativas técnicas/tecnológicas.

A importância da inovação para o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil está refletida no texto constitucional de 1988, como disposto no artigo 218 da Constituição Federal de 1988, que expressa que o Estado deverá promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, e o artigo 219 destaca que “o mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos da lei federal” (BRASIL, 1988).

As instituições de ensino superior desempenham um papel de crucial na sociedade, tendo como missão histórica além de formar, contribuir para a consolidação e elevação do processo jamais acabado de construção da humanidade, sendo reconhecidas por gerar conhecimento e como elo importante para que o país não se distancie de outros países produtores de tecnologias de ponta (Pereira e Santos, 2022).

No Brasil, de acordo com artigo publicado de Moura (2019), “as universidades públicas respondem por 90% da produção científica”, e com a missão de articular o ensino, a pesquisa e a extensão. Ferreira (2018, p. 32) afirma que “o conhecimento científico é reconhecido como um vetor estratégico para a solução dos grandes problemas do mundo contemporâneo como fome, meio ambiente, energia, entre outros”. Assim, as inovações provenientes do conhecimento científico, criam melhorias na qualidade de vida de toda a sociedade.

Na década de 1990, com a globalização e a economia do conhecimento, o tema passou a ser amplamente debatido, e alguns estudos passaram a evidenciar a importância da multidisciplinaridade e da inclusão sistemática do conteúdo de Propriedade Intelectual (Tommasi *et al.* 2015).

Nesse contexto,

Em 1994, no Acordo sobre Aspectos dos Direitos da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS), já era latente a necessidade de maior investimento e atenção ao tema, o que levou a elaboração de algumas cláusulas no acordo para definir a responsabilidade do financiamento à capacitação de recursos humanos em propriedade intelectual, pelos países

desenvolvidos (Tommasi *et al.* 2015, p. 494).

De certo que a produção de conhecimento gerado por meio de pesquisa, suscita algum produto ou serviço, e possui um valor financeiro, questão fundamental para que os criadores conheçam e entendam como suas ideias podem ser resguardadas, a partir de proteção adequada, e quais os amparos legais que podem ser utilizados para proteger suas criações, e que suas contribuições tem um valor (OMPI, 2021).

Para isso é importante a gestão adequada da propriedade intelectual, pois ela não apenas protege os direitos dos criadores, mas também incentiva o desenvolvimento de novas tecnologias e promove a colaboração entre academia e indústria.

Conforme demonstrado por Araújo *et al.* (2010, p. 2):

Além de garantir o direito de propriedade e exclusividade ao titular da criação intelectual, proporcionando-o os meios de defesa contra apropriação indevida do seu conhecimento por parte de terceiros e o privilégio da exclusividade na exploração da criação, a proteção da propriedade intelectual permite que uma nação promova a inovação e a divulgação dos conhecimentos, equilibrando os interesses do inventor, autor e/ou titular e as necessidades gerais da sociedade.

Neste contexto, é essencial compreender os mecanismos de proteção, às políticas institucionais e as implicações éticas envolvidas na administração da propriedade intelectual no ambiente acadêmico, ao passo que as universidades têm o papel de formar não apenas profissionais, mas também cidadãos críticos e engajados, capazes de contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

De fato, “algumas ações são desenvolvidas a fim de produzir bens e serviços de alto valor tecnológico” (Fujita; Mata; Sousa, 2023, p. 4). Tais produções de bens e serviços, promovem um impacto nas pesquisas acadêmicas que, conseqüentemente, se transformam em inovações que conseqüentemente requerem proteção.

O estudo de Chagas e Muniz (2006), conduzido nas universidades Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade de São Paulo (USP), que teve por objetivo analisar o uso dos instrumentos jurídicos que regiam a legislação em propriedade intelectual desse período. Os autores concluíram que a disseminação e a divulgação

da propriedade intelectual requerem ações específicas e estratégias diferenciadas, “em relação a disseminação do conhecimento por meio de disciplinas/matérias, no âmbito dos cursos regulares de graduação e pós-graduação é ínfima” (Chagas e Muniz, 2006).

A análise da oferta de disciplinas sobre Propriedade Intelectual (PI) feita pelos autores, revela uma variedade de abordagens entre as universidades estudadas (USP, UFMG, UFV, UFRJ e UNICAMP). Na USP, a disciplina é restrita aos cursos de Direito, enquanto na UFMG ela se concentra em Computação e Engenharia Química. UFV e UFRJ não oferecem disciplinas específicas sobre o tema, e na UNICAMP a PI é abordada de forma geral em algumas disciplinas. Essa diversidade demonstra a necessidade de expandir e aprofundar o ensino de PI em diversas áreas do conhecimento.

Chagas e Muniz (2006, p. 16) afirmam ainda que “a função social da Propriedade Intelectual é proteger os direitos personalíssimos dos inventores/autores e dos seus empregadores, incluindo aqui as instituições públicas de ensino e pesquisa”, uma vez que por meio das publicações intelectuais, os autores possuem direitos morais e patrimoniais por suas obras, necessitando, portanto, de conhecimentos sobre proteção legal adequada para cada situação.

Na era da inovação e competitividade cada dia mais acirrada no mercado de trabalho e com as constantes inovações quase que diárias das tecnologias em todas as áreas profissionais, é de grande importância que as instituições de ensino superior contribuam, para uma formação clara sobre a percepção da propriedade intelectual e tenham um olhar para o conteúdo que está sendo aplicado com o intuito de observar o que mercado demanda.

Segundo Pereira e Santos (2022, p. 27)

O sistema de inovação dispõe em vários países, além de universidades, de uma variedade enorme de instituições de pesquisa ou grandes laboratórios, alguns mais voltados à pesquisa básica, outros focados na resolução de problemas concretos da sociedade e do setor produtivo.

A partir do acordo de TRIPS, a necessidade de preparação de recursos humanos para o mercado com o foco em Propriedade Intelectual se tornou um fator estratégico para os países que buscam desenvolvimento econômico e tecnológico (Gimenez, Bonacelli e Carneiro 2012).

Em um estudo de 2013, Gimenez, Bonacelli e Carneiro destacaram a limitada oferta de ensino em Propriedade Intelectual (PI), restrita majoritariamente à área do Direito, mesmo em países desenvolvidos como os Estados Unidos. A pesquisa dos autores focou nos desafios do ensino de PI na UNICAMP, utilizando dados de levantamento e análise das disciplinas oferecidas na graduação, pós-graduação e extensão universitária.

Sendo a UNICAMP referência nacional na promoção da inovação, o estudo revelou um aumento geral no número de disciplinas de graduação que incluem termos específicos de PI (patentes, direitos autorais, marcas registradas, etc.) no período analisado (2003-2011). Houve um crescimento na oferta de disciplinas de introdução à PI nesse período, porém muitas eram oferecidas como eletivas, indicando uma possível lacuna na formação básica dos alunos.

O principal resultado do estudo de Gimenez, Bonacelli e Carneiro (2013) reside na constatação de que a conscientização da comunidade acadêmica sobre a importância do ensino de PI deve ser acompanhada da estruturação de unidades curriculares específicas e adequadas às necessidades da área.

Em estudo realizado por Corrêa (2022), que, em sua metodologia, analisou ementas de cursos superiores de graduação, ofertados por IES localizadas na região da Grande Florianópolis, ou Região Metropolitana de Florianópolis em *Design*, o qual demonstrou que apenas seis cursos superiores, ou 20% dos cursos oferecidos trazem alguma temática relacionada à PI, mas nenhum destes cursos oferece disciplina dedicada ao estudo de propriedade intelectual.

No entanto, apesar desse direcionamento, pouco ou quase nada é dedicado às proteções das criações que podem surgir desse esforço intelectual. O autor destaca ainda que, em sua maioria, “os cursos oferecem alguma disciplina relacionada com a gestão de Marca, sem abordar os outros mecanismos de proteção” (Corrêa, 2020, p. 39), o que dimensiona um certo grau de fragilidade de formação na cultura de PI no meio acadêmico, evidenciando uma lacuna a ser preenchida, já que nenhum curso oferece disciplinas dedicadas a temática (Corrêa, 2020).

De maneira similar, no estudo de Noia (2019), que apresenta uma proposta de inserção de disciplinas que tratem a temática de propriedade intelectual, teve como metodologia a abordagem qualitativa, caracterizada como descritiva, exploratória e documental. O estudo incluiu 49 cursos da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) abrangendo a graduação, especializações, mestrados e doutorados. Após

análises documentais, os achados apontaram uma carência de disciplinas nos cursos de graduação com a temática em Propriedade Intelectual (PI) e Transferência de Tecnologia (TT). Embora o empreendedorismo seja mais abordado, o conhecimento sobre PI e TT ainda é pouco disseminado. Além disso, as disciplinas que tratam desses temas são, em sua maioria, optativas, com oferta irregular ou nunca oferecidas.

Na pós-graduação, o autor apresenta a partir da pesquisa, um resultado similar onde o empreendedorismo aparece como tema mais recorrente, enquanto o ensino de Propriedade Intelectual (PI) e Transferência de Tecnologia (TT) é limitado. Os conteúdos estão presentes em poucas ementas de mestrado e doutorado e, com exceção de alguns programas específicos, são tratados apenas em disciplinas optativas com oferta instável ou inexistente.

Em contrapartida, dados de pesquisa de Campos (2019), que analisou a inserção do empreendedorismo nos componentes curriculares dos cursos ofertados pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), apresentam que os cursos participantes da pesquisa “que lograram a experiência de um enfoque nos temas empreendedorismo e inovação tiveram um resultado significativo, através de depósito de patentes e a geração de empresas incubadas” (Campos, 2019, p. 41). Dessa forma, uma estratégia abrangente que integra o ensino de empreendedorismo e inovação, a qualificação dos professores e o fomento à pesquisa apresenta-se como um caminho promissor, visando fortalecer a capacidade competitiva do país e promover o desenvolvimento em múltiplos níveis (Campos, 2019).

Tanto Freire e Carvalho (2021) quanto Tommasi et al. (2015) apontam em seus estudos a tendência histórica de restrição do ensino em Propriedade Intelectual aos cursos de Direito. Para Tommasi *et. al.* (2015). “tanto o ensino como a pesquisa vem sendo cada vez mais difundidos tanto no ensino tecnológico quanto na academia, em nível de especialização, mestrado e doutorado”. Na conclusão do referido estudo os autores destacam a ampliação do ensino e da pesquisa em Propriedade Intelectual (PI) no Brasil nos últimos anos.

Para Casado Filho (2024), os temas estudados pelo Direito da PI não são apenas à seara jurídica, mas inserção de disciplina de Direito da Propriedade Intelectual é necessária e urgente, também em cursos correlatos como Design, Ciências da Computação, Engenharias, entre outros, pois “[...] com um conhecimento aprofundado sobre essa matéria, estudantes e profissionais estarão mais capacitados

e motivados a desenvolver processos criativos em suas respectivas áreas, sabendo como proteger suas criações” (Casado Filho, 2024, p. 10).

Souza e Maranhão (2024, p. 18), reforçam em seu estudo que investigou a importância do ensino da propriedade intelectual nas universidades da região norte que,

Embora seja visível a busca gradativa pela introdução do tema Inovação e Direitos da Propriedade Intelectual nas políticas públicas, sendo esta traduzida em preceitos legais como as leis de proteção à PI e o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, no atual momento, não se pode afirmar que o estado tenha também proporcionado medidas efetivas para um ambiente favorável a formação de recursos humanos, através do ensino da Propriedade Intelectual nas universidades.

A inclusão limitada de cursos com conteúdo sobre Propriedade Intelectual (PI) e Inovação Tecnológica nas ementas curriculares das instituições estudadas evidencia a necessidade de maior atenção à temática.

Países como Japão, Reino Unido e China, são exemplos de nações que vêm realizando esforços para implementar a formação em Propriedade Intelectual desde as escolas primárias e secundárias (Freire e Carvalho 2021).

No Reino Unido o estudo *Student Attitudes Towards Intellectual Property* (2012), examinou o nível de conscientização dos estudantes em relação à Propriedade Intelectual, bem como expectativas futuras em relação à carreira. Os resultados apontam que grande parte dos alunos que participaram da pesquisa responderam que reconheciam a importância de disciplinas que adotassem a temática de PI, tanto para a vida acadêmica quanto para suas carreiras no futuro. Ainda como resultado da pesquisa, foi apontada a constatação de que os alunos necessitam de um aprofundamento em áreas como direitos de *design* e autorais, demonstrando uma compreensão limitada sobre esses temas. A partir dos resultados, foi possível traçar estratégias de inserção do conteúdo, e o estudo tem contribuído para o desenvolvimento de novas pesquisas.

Trencheva, Denchev e Eftimova (2015) investigaram na Bulgária as atitudes dos alunos em relação à propriedade intelectual em ambiente digital. Nesse estudo nacional o principal objetivo foi investigar o conhecimento real da propriedade intelectual, bem como os níveis de sensibilização e a atitude dos estudantes búlgaros em relação à propriedade intelectual no contexto do ambiente digital. Os resultados indicam que, em cursos como Biblioteconomia e Tecnologias da Informação, há um

crescente interesse em aprofundar conhecimentos sobre temas relacionados à Propriedade Intelectual (PI), e que alunos que estudaram a temática estão mais confiantes sobre a utilização dos direitos autorais, ao contrário da maioria que os ignora ao usar materiais *online* para estudo.

Os autores reforçam a necessidade da disseminação da temática como forma de limitar o emprego não autorizada da propriedade intelectual de terceiros, contribuindo assim para a utilização adequada da grande variedade de produtos e serviços de informação disponíveis no espaço digital.

Visando ampliar a perspectiva sobre a temática em um contexto internacional, Tinao *et al.* (2018), realizaram uma pesquisa na Bataan Peninsula State University (Filipinas). A pesquisa, dividida em fases, teve como sujeitos estudantes universitários e docentes da instituição. A primeira fase investigou as atitudes, a conscientização e as aspirações em relação à Propriedade Intelectual.

Em relação aos estudantes, o estudo apontou que “[...] a relevância da PI para seus estudos e carreira futura fosse mais claramente definida e integrada em seus cursos, pois eles querem que as questões de PI sejam mais intimamente relacionadas a seus cursos” (Tinao *et al.* 2018, p. 337, tradução própria). Os alunos reconhecem os benefícios da Propriedade Intelectual (PI) para sua educação e para atuação profissional, demonstrando interesse em aprofundar seus conhecimentos sobre o tema. Apesar da limitada oferta de ensino em PI, desejam maior integração de conteúdos como patentes, direitos autorais, direito de *design* e plágio em seus cursos.

Com os docentes os resultados obtidos destacam a necessidade de aprimorar os serviços de PI, seus processamentos e aplicações para que isso torne o sistema na universidade mais eficiente e produtivo, uma vez que:

as contribuições geradas pelo corpo docente serviriam como recomendação para melhorar os serviços não apenas do Escritório de Apoio à Inovação e Tecnologia (ITSO), mas também da Instrução, e impulsionar ainda mais os programas de techno empreendedorismo da BPSU e, portanto, ganhar reconhecimento em termos de produtividade, inovação e avanço na pesquisa (Tinao *et al.* 2018, p. 336, tradução própria).

Os estudos evidenciam a necessidade da formação em PI, bem como apontam lacunas a serem preenchidas, destacando que a inclusão de conteúdos sobre PI nos currículos, desde a graduação, é fundamental para preparar os futuros profissionais para os desafios do mercado de trabalho, sendo necessário ser esse um processo

contínuo de educação e conscientização. Para isso, o empenho das instituições é essencial, incluindo a atualização das ementas curriculares, bem como um maior investimento em educação, pesquisa e políticas públicas é crucial para garantir a valorização e o respeito à PI, contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico e social do país.

Segundo Ortega e Ribeiro (2022, p. 156), em relação ao contexto mundial,

Nota-se que a inovação é fator de sobrevivência para muitos países desenvolvidos, a exemplo do Japão, que investe em educação, tecnologia moderna, como condição de competitividade e bem-estar social. Com efeito, tais países possuem cenários econômicos mais inovadores, dinâmicos e favoráveis a uma política econômica de crescimento. O investimento em pesquisa de novas tecnologias é o fator determinante pela posição dominante que certos países têm sobre outros.

A interação entre universidades, empresas e governo é basilar para criar um ecossistema de inovação dinâmico e eficiente. Dessa forma, a legislação contribui para a percepção que as empresas possuem em relação à partilha de conhecimentos, trazendo segurança para investimentos e a expectativa de troca de tecnologias. Como forma de unir esforços e um ambiente mais seguro para união entre o público e privado no Brasil, em 2004, foi criada a Lei de Incentivo à Inovação.

5.2 Lei da inovação e as parcerias com as instituições de ensino

A Lei Federal de Inovação, Nº. 10.973 de dezembro de 2004, regulamentada e posta em aplicação no dia 11 de outubro de 2005, alterada em 2016 e regulamentada pelo Decreto nº 9.283 de 07/02/2018, é o dispositivo legal que define o fomento à inovação no Brasil pois “Esta Lei estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País” (Brasil, 2004, cap. I, art. 1).

Por meio do texto legislativo, o governo brasileiro buscou estabelecer meios para unir a iniciativa privada, as universidades e institutos de pesquisa para realização de pesquisas que contribuam para o desenvolvimento tecnológico e a inovação no país.

O principal objetivo da lei de inovação é estabelecer ambientes especializados e colaborativos que estimulem a inovação, promovendo a transferência de tecnologia regulamentando parcerias entre o setor público e privado.

De acordo com Kretschmann (2014, p. 386), “grandes investimentos não garantem a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, de modo que o sistema nacional de inovação preza a transferência tecnológica ao setor produtivo e parceria entre empresas”. Essas parcerias garantidas por lei, impulsionadas por recursos financeiros, ajudam a acelerar o desenvolvimento de novas tecnologias.

Como parte deste processo de desenvolvimento científico e tecnológico, a academia é responsável pela questão de formação de capital humano, como destaca Ferreira *et al.* (2017, p. 2) “a economia do século XXI está baseada na gestão do conhecimento. Consequentemente, a capacidade de materializar conhecimento em produtos e/ou processos também passa a ser estratégica para o desenvolvimento econômico sustentável”.

A partir dessas mudanças, o conhecimento passa a se tornar base da economia, onde as instituições de ensino fazem parte dos agentes envolvidos na construção do conhecimento. Nesse cenário, a Rede Federal de Ensino, a partir da inclusão de cursos de nível superior em 2008, passou a desempenhar também um papel de destaque no fortalecimento do desenvolvimento científico e tecnológico.

6 METODOLOGIA

O estudo foi pautado em uma pesquisa aplicada, exploratória e descritiva, adotando uma abordagem qualiquantitativa, a fim de obter uma compreensão abrangente do fenômeno estudado. O método de estudo de caso foi escolhido como estratégia central, o que permitiu uma investigação detalhada na unidade do IFAM - Campus Manaus Centro.

A coleta de dados foi realizada por meio de análise documental, pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário. A análise dos dados obtidos foi feita seguindo parâmetros da estatística descritiva simples utilizando a ferramenta Excel, permitindo a visualização clara de padrões e tendências dentro de um conjunto de informações. Por meio da construção de tabelas de frequência com FA= frequência absoluta e FR= frequência relativa e a ilustração delas através de gráficos.

Os procedimentos de investigação adotados neste estudo foram planejados com o objetivo de garantir a coleta e análise de dados de forma a responder o problema da pesquisa que consiste em conhecer: o que os alunos da graduação do Campus Manaus Centro do IFAM compreendem, sobre Propriedade Intelectual?

Ao dimensionar o conhecimento dos estudantes sobre esse tema, buscou-se alcançar os objetivos propostos para esta pesquisa. Tais objetivos, que serão detalhados nas seções subsequentes deste trabalho, visam fornecer um panorama claro e preciso do entendimento dos graduandos sobre propriedade intelectual, identificando possíveis lacunas e áreas de interesse, bem como o local de estudo, os sujeitos da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e os instrumentos de análise de dados.

6.1 Aspectos do estudo

A investigação foi conduzida sob a perspectiva de uma pesquisa aplicada, o que se justifica pelo direcionamento prático dos seus resultados. Especificamente, os dados e conclusões obtidos ao longo do estudo foram instrumentalizados para a concepção e produção de videoaulas que abordam de forma introdutória os principais tópicos relacionados à propriedade intelectual, visando disseminar o conhecimento sobre o tema de forma acessível e didática.

Além disso, a investigação caracterizou-se como exploratória, pois teve a

intenção de avaliar o grau de conhecimento de um grupo de alunos sobre a propriedade intelectual. Gil (2016, p. 26) afirma que “na pesquisa exploratória a coleta de dados compreende: levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes em relação ao assunto, análise de exemplos”. A pesquisa se configura também como descritiva, como assinala Marconi e Lakatos (2022, p. 296), tendo em vista que busca descrever as características de uma população e identificar relações entre variáveis, amparada por uma análise em documento oficiais para conhecer o contexto a ser pesquisado.

Com o objetivo de investigar o fenômeno dentro de um contexto e compreender melhor o caso em questão, foi empregado o método de estudo de caso. Yin (2015, p. 17) ressalta que o estudo de caso é uma “investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) e [...] os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes”. Desta forma, o estudo de caso se configura pela seleção de uma instituição que se configurou como o objeto de estudo da pesquisa.

A abordagem quantitativa se configurou pela análise de dados a partir das informações oriundas da aplicação de questionário aos sujeitos da pesquisa. Enquanto a abordagem qualitativa analisou e interpretou aspectos mais profundos para se conhecer a realidade do universo estudado, a partir dos dados coletados sendo possível conhecer o entendimento dos sujeitos a partir do problema da pesquisa de modo a dimensionar a complexidade do comportamento dos discentes, fornecendo uma análise mais detalhada de hábitos, atitudes e comportamentos, uma vez que na abordagem quantitativa “o pesquisador se vale de amostras amplas e de informações numéricas, na qualitativa as amostras são reduzidas, os dados são analisados em seu conteúdo psicossocial” (Marconi; Lakatos, 2022, p. 298).

A partir da análise documental oriundo da observação em textos regulatórios e políticas vigentes da instituição, se atendo também a matriz curricular dos cursos, foi possível verificar questões relacionadas ao ensino de propriedade intelectual pertinentes ao foco da investigação. Como destaca Gil (2016, p. 31), [...] “A modalidade mais comum de documento é a constituída por um texto escrito em papel, mas estão se tornando cada vez mais frequentes documentos eletrônicos, disponíveis sob os mais diversos formatos”.

Em relação à pesquisa bibliográfica, foi feita uma coleta de dados preliminar

com o intuito de compreender e ampliar o conhecimento sobre o tema em questão, e explorar diferentes perspectivas, abordagens e evidências, sendo necessária efetuar uma abordagem mais ampla para permitir maior compreensão do tema. Gil (2016, p. 29) considera que [...] “Esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”.

As buscas realizadas utilizando os termos “Propriedade Intelectual”, “Educação Superior”, “Ensino” foi realizada nas bases de dados Scopus, Web of Science e Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, no período de junho de 2023 a agosto de 2024.

O universo estudado foi o IFAM, a amostra o Campus Manaus Centro, e os sujeitos os alunos do 3º semestre dos cursos de bacharelados de Engenharia Civil e Engenharia Mecânica, e os tecnólogos de Tecnologia de Alimentos; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Processos Químicos; Tecnologia em Produção Publicitária.

A seleção dos referidos cursos foi fundamentada na capacidade dessas áreas de gerarem produtos ou serviços derivados de suas pesquisas ao longo do período acadêmico. Essas criações, muitas vezes inovadoras, têm potencial que necessitam de proteção enquanto uma propriedade intelectual, considerando sua relevância e aplicabilidade no mercado.

Para a coleta de dados foi aplicado o questionário estruturado composto com base na Escala de Likert, dividido em três partes assim destacadas: caráter individual, conhecimento prévio e a relevância sobre o tema. A primeira parte trata sobre os perfis dos respondentes como: gênero, faixa etária, curso que está vinculado e o ano de ingresso. A segunda buscou levantar informações sobre o conhecimento prévio dos participantes da pesquisa quanto ao tema, sendo subdividida com questões sob nível de concordância sobre as afirmações utilizando a escala Likert com os itens de: concordo totalmente, concordo, neutro, discordo e discordo totalmente, e perguntas com opções de: geralmente, às vezes, raramente e nunca. Por fim, na terceira e última parte foi constituída de questões sobre afirmações quanto ao entendimento dos sujeitos em relação à importância do tema de PI para suas respectivas áreas de atuação profissional com os itens de: concordo totalmente, concordo, neutro, discordo e discordo totalmente.

O instrumento de pesquisa (Apêndice D) foi adaptado de uma versão do instrumento utilizado em um estudo *Student Attitudes Towards Intellectual Property* conduzido no Reino Unido. A escolha deste estudo foi motivada pela análise de duas pesquisas anteriores que investigaram o conhecimento em Propriedade Intelectual (PI) entre estudantes do ensino superior: uma realizada na Bulgária e outra nas Filipinas. O estudo búlgaro, intitulado "The Attitude of the Bulgarian Students towards Intellectual Property in Digital Environment: a National Survey Results", focou nas atitudes dos alunos do ensino superior em relação à PI no ambiente digital. Já a pesquisa filipina, intitulada "Taking Intellectual Property Rights Seriously: Are We In or Out? (Phase 1: Intellectual Property Awareness Among Students and Faculty: Tracking Changing Attitudes and Awareness)", teve como objetivo avaliar o nível de consciência sobre PI entre alunos e professores. Após análise comparativa, optou-se por utilizar o estudo "Student Attitudes Towards Intellectual Property" como referência principal, devido à sua maior aderência aos objetivos dessa pesquisa.

Segundo Vergara (2012, p. 39), "o questionário é um método de coletar dados no campo, de interagir com o campo composto por uma série ordenada de questões a respeito de variáveis e situações que o investigador deseja investigar". Com a obtenção desses dados foi possível fazer a interpretação e análise do fenômeno estudado.

6.2 Contexto do local da investigação

6.2.1 Constituição da Rede Federal de Ensino: breve histórico

O IFAM faz parte da Rede Federal de Ensino na educação superior e contribui sobremaneira na produção de conhecimento, por ter um foco voltado para a educação tecnológica e aplicada, dimensionada para o desenvolvimento regional, interiorização e inclusão social, disponibilizando uma educação técnica e acadêmica, preparando seus egressos para o mundo do trabalho.

A Rede Federal de Educação, composta por Institutos Federais (Ifs), Centro Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Escolas Técnicas vinculadas a universidades federais, foi criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Ministério da Educação, 2024), e desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento no Brasil possuindo as seguintes finalidades e características:

Ofertar a educação profissional e tecnológica para formar cidadãos qualificados, com a aptidão para atuar em diversos setores da economia, com vistas no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
 Desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como um processo educativo e investigativo para criar e adaptar soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e regionais;
 Promoção da integração entre educação básica, educação profissional e educação superior, visando otimizar recursos e infraestrutura;
 Orientação da oferta formativa para fortalecer os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados por meio de mapeamento de potenciais de desenvolvimento;
 Estabelecimento como centro de excelência no ensino de ciências aplicadas, incentivando o pensamento crítico e a pesquisa empírica;
 Qualificação como referência no apoio ao ensino de ciências nas instituições públicas, oferecendo capacitação técnica aos docentes;
 Desenvolvimento de programas de extensão e divulgação científica e tecnológica;
 Estímulo à pesquisa aplicada, produção cultural, empreendedorismo, cooperativismo e desenvolvimento científico e tecnológico;
 Promoção da produção, desenvolvimento e transferência de tecnologias sociais, especialmente aquelas voltadas para a preservação do meio ambiente (Brasil, 2008).

Desse modo, a partir das finalidades citadas, é perceptível constatar que a criação da rede federal foi constituída para contribuir significativamente com o desenvolvimento da sociedade, a partir da formação qualificada de seus alunos.

Dos objetivos dispostos no art. 7º da lei de criação dos institutos, se expressa o que se refere aos tipos de cursos que poderão ser oferecidos por essas instituições, a saber: cursos superiores de tecnologia; cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; cursos de bacharelado e engenharia; cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

A implantação das instituições federais de educação profissional tem sua história marcada por uma política direcionada às classes desfavorecidas. Desde sua criação até os dias atuais, essas instituições buscam oferecer cursos que gerem oportunidades para a comunidade, permitindo o acesso às conquistas científicas e tecnológicas. (Ministério da Educação, 2024).

Esse enfoque promove a qualificação da comunidade, facilitando a inserção no mercado de trabalho, como destaca Rocha *et al.* (2022), “[...] visando a formação de indivíduos com competências sociais, cognitivas e produtivas por meio da prática interativa e crítico-reflexiva diante das realidades de um mundo em constante transformação”. Essa percepção induz, como exposto pelo autor, o indivíduo desenvolver sua própria concepção, avaliar suas escolhas e traçar seu caminho profissional.

As instituições da Rede Federal de Ensino são reconhecidas pela qualidade do ensino ofertado, pela diversidade de cursos e por sua relevante atuação junto à população e às empresas locais, atuando no sentido de potencializar o que cada região oferece de melhor em termos de trabalho, cultura e lazer (Brasil, 2023).

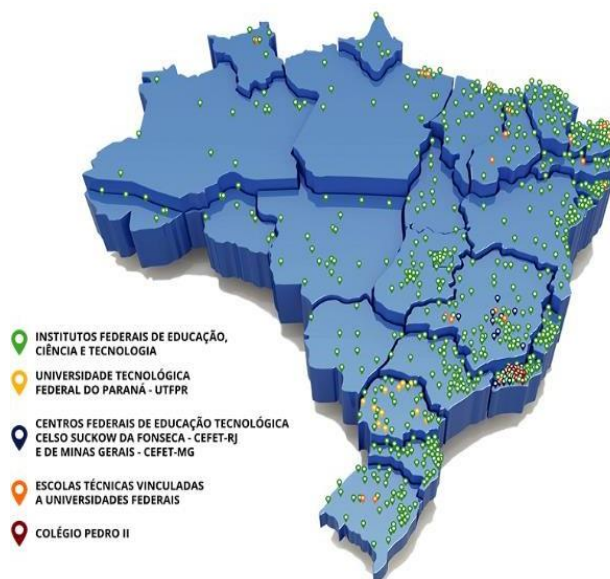
De acordo com Ferreira *et al.* (2017, p. 3),

Considerando que as instituições educacionais compõem o conjunto dos agentes responsáveis pela formação de recursos humanos (RH) que atuarão no mundo do trabalho, é posta a premissa de que sem capital humano adequado, não há construção de capital intelectual necessário ao ambiente de inovação. E para isso, é imprescindível uma educação com diretrizes coerentes a este ambiente, e maior participação dos agentes econômicos nesse processo.

No ano de 2024, segundo dados do Ministério da Educação, a rede federal já contava com 685 unidades, sendo estas vinculadas a 38 Institutos Federais, a 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), à Universidade Tecnológica Federal atuando no sentido de potencializar o que cada região oferece de melhor em termos de trabalho, cultura e lazer (Brasil, 2023).

Com presença em todo o território nacional, a Figura 1 ilustra a forte interiorização da instituição.

Figura 1 – Campi da Rede Federal de Ensino no território brasileiro.



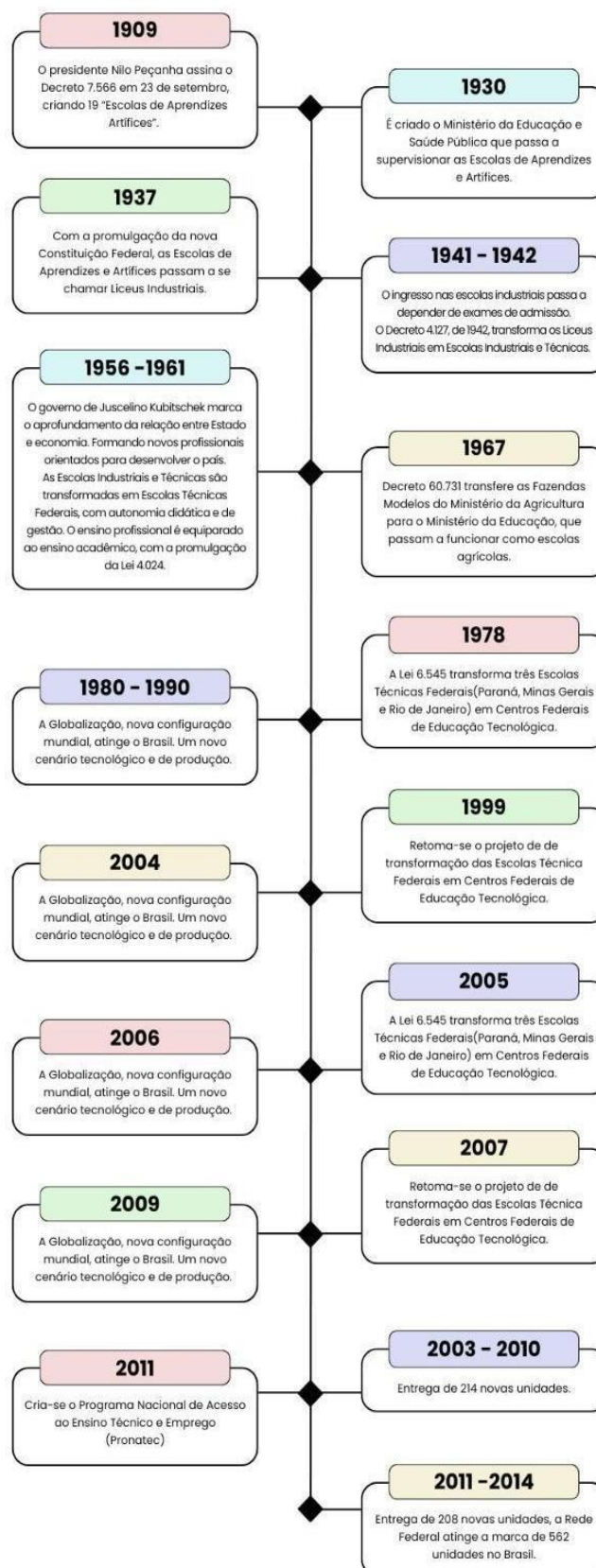
Fonte: Ministério da Educação (2024).

Cada uma dessas instituições representadas na Figura 1, possui campi descentralizados que garantem a presença da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em todo o território nacional, promovendo a educação profissional e o desenvolvimento de inovações tecnológicas alinhadas com as vocações locais. (Ministério da Educação, 2024)

Os Institutos Federais desempenham um importante papel na sociedade, não somente em relação à formação de recursos humanos, mas também no envolvimento para o desenvolvimento de novas tecnologias.

A Figura 2 apresenta uma síntese histórica coberta pelo período temporal de 1909 a 2011, quando o então presidente Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizizes e Artífices e a partir de 2008 os Institutos passaram a oferecer também ensino superior.

Figura 2 - Breve histórico da Rede Federal /Linha do tempo



Fonte: Baseado em Ministério da Educação (2024).

Na representação da Figura 2, é possível visualizar a trajetória histórica da educação técnica no Brasil, que ao longo dos anos foi comprometida em desenvolver as habilidades técnicas, preocupada com a teoria e prática. Em face disso, os Institutos Federais na atualidade se transformaram e refletem em sua mudança uma formação também em nível superior com profissionais capacitados e comprometidos com as demandas exigidas pelo mercado.

O Instituto Federal do Amazonas (IFAM) representa um elemento chave no sistema educacional e tecnológico da região Norte do Brasil. Como uma das principais instituições federais de ensino técnico e superior na Amazônia, o IFAM desempenha um papel crucial na formação de profissionais qualificados e na promoção da inovação tecnológica, visando cumprir sua missão que é: “Promover com excelência a Educação, Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia” (IFAM, 2024).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, como parte dos IFs, teve seu início como Escola de Aprendizes Artífices e foi sofrendo mudanças significativas ao longo dos anos, não somente em sua nomenclatura, como também nas novas modalidades de ensino que foram sendo incorporadas gradativamente.

Em 2008, o cenário do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) foi composto por três instituições federais distintas. Primeiramente, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), que possuía duas unidades de ensino descentralizadas, uma localizada no Distrito Industrial de Manaus e outra no Município de Coari. Além disso, havia a Escola Agrotécnica Federal de Manaus e a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira. Cada uma dessas entidades possuía sua autonomia e trajetória histórica própria, e todas eram reconhecidas como referências de qualidade no ensino. No entanto, por meio do Decreto Lei Nº 11.892, essas três instituições foram unificadas para formar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Instituto Federal do Amazonas, 2024).

Com base nas políticas da Educação Superior, o IFAM em seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, constituiu as principais estratégias e diretrizes pautadas no desenvolvimento institucional (IFAM, 2024).

Na atualidade a instituição conta com 16 *campi* e continua em plena expansão com previsão anunciada pelo Governo Federal de mais dois *Campi* no interior, em fase de implantação (Ministério da Educação, 2024).

6.2.2 Campus IFAM – Manaus Centro

O IFAM – Campus Manaus Centro, foco da pesquisa, atende aos cursos de médio integrado, graduação e pós-graduação.

O Campus Manaus Centro foi selecionado como local da pesquisa devido à sua representatividade dentro da rede do IFAM e à diversidade de cursos oferecidos. O campus abriga os cursos selecionados para a pesquisa que são: bacharelados em Engenharia Civil e Engenharia Mecânica, e os tecnólogos em Tecnologia de Alimentos, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Processos Químicos e Tecnologia em Produção Publicitária. A escolha desses cursos se baseia em sua relevância para a geração de inovações que podem necessitar de proteção como propriedade intelectual.

O Campus Manaus Centro, dentre os 16 *Campus* do IFAM existentes no estado do Amazonas, destaca-se como o mais antigo e o maior em número de cursos ofertados, aumentando assim potencialmente o número de alunos matriculados. Atualmente o Campus atende o público discente do ensino médio à pós-graduação.

Estrategicamente localizado na área central de Manaus, o IFAM – Centro exerce um papel vital na educação e no progresso da comunidade local, oferecendo uma ampla gama de cursos técnicos e superiores de forma a contribuir significativamente para a formação de profissionais altamente qualificados, atendendo às demandas do mercado e promovendo o desenvolvimento socioeconômico da região.

Os cursos superiores em nível de bacharelado do Campus Manaus Centro, foco da pesquisa, visam dentre outros objetivos propostos pela lei que instituiu os IFs, suprir também a demanda do Polo Industrial de Manaus (PIM).

Nesse contexto, é essencial a formação de profissionais qualificados, capazes de atuar em ambientes inovadores e tecnologicamente avançados. Esses cursos foram desenvolvidos com o objetivo de fornecer habilidades específicas e conhecimento aprofundado em seus respectivos campos, garantindo assim uma

resposta eficaz às necessidades do mercado e contribuindo para o crescimento sustentável da região.

O Quadro 2 apresenta a oferta de cursos da graduação incluídos na pesquisa, com ano de criação e modalidade.

Quadro 2 – Cursos superiores ofertados pelo IFAM/ Campus Manaus Centro.

Cursos	Ano de criação	Modalidade
Engenharia Civil	2014	Presencial
Engenharia Mecânica	2009	Presencial
Tecnologia e Alimentos	2005	Presencial
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	2012	Presencial
Tecnologia em Processos Químicos	2005	Presencial
Tecnologia em Produção Publicitária	2001	Presencial

Fonte: elaboração própria da autora com base no site oficial do IFAM Campus Manaus Centro – <http://www2.ifam.edu.br/campus/cmc/diretorias/ensino/diretoria-de-ensino/cursos-1/graduacoes>

Conforme o Quadro 2, todos os cursos são oferecidos na modalidade presencial. O curso mais antigo é o de Tecnologia em Produção Publicitária, enquanto o mais recente é o de engenharia civil.

Os cursos selecionados para a pesquisa, obedecem aos princípios e finalidades que são previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os quais deverão seus refletir projetos pedagógicos (PPC), sendo esse o instrumento básico da gestão do ensino e o propulsor dos objetivos fundamentais do perfil profissional o qual se pretende formar. (PDI – 2019-2023, p.137).

O Quadro 3 apresenta a descrição dos cursos, eixo tecnológico, carga horária, titulação conferida e a quantidade de vagas oferecidas anualmente.

Quadro 3 – Descrição dos cursos.

TITULAÇÃO CONFERIDA	NOME DO CURSO	EIXO TECNOLÓGICO OU ÁREA DE CONHECIMENTO	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	NÚMERO DE VAGAS
Bacharel em Engenharia Civil	Engenharia Civil	INFRAESTRUTURA/ENGENHARIA	3.900h	40
Bacharel em Engenharia Mecânica	Engenharia Mecânica	ENGENHARIA	4.100h	40
Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	2.280h	40

Tecnólogo em Processos Químicos	Curso Superior de Tecnologia em Processos Químicos	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	2.800h	40
Tecnólogo em Produção Publicitária	Curso Superior de Tecnologia em Produção Publicitária	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	2.400h	40
Tecnólogo em Alimentos	Curso Superior em Tecnologia de Alimentos	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	2.800h	40

Fonte: elaborado pela própria autora com base no site oficial do IFAM Campus Manaus Centro - <http://www2.ifam.edu.br/campus/cmc/diretorias/ensino/diretoria-de-ensino/departamentos>

Conforme demonstrado no Quadro 3, todos os cursos oferecem o mesmo quantitativo de vagas, sendo os cursos das engenharias com a maior carga horária.

O foco na formação de profissionais capacitados para atuarem na área de Engenharia Civil, está pautado no gerenciamento de obras e em projetos de estruturas, saneamento, hidráulica e transportes, considerando as atribuições profissionais estabelecidas pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA). O campo de atuação deste profissional é bem vasto, o que contribui para a diversificação profissional. (Instituto Federal do Amazonas, 2024).

No curso de Engenharia Mecânica, o perfil composto para o egresso visa oportunizar a atuação em um contexto global e devendo eles serem capazes de propor soluções para resolver os problemas e promover o progresso científico, tecnológico e humanístico, desenvolvendo pesquisas e projetos. A partir da formação as expectativas em relação ao desempenho dos egressos estão pautadas no exercício da profissão com ética e responsabilidade, ajudando a aumentar a produtividade e contribuindo com o crescimento do mercado tecnológico também são elementos que constituem o processo de formação. (Instituto Federal do Amazonas, 2024).

Dentre outras atribuições, a proposta de formação de engenheiros mecânicos visa estabelecer competências para que eles possam planejar, elaborar e coordenar projetos além de dominar técnicas computacionais e criar modelos de análise de sistemas e produtos. (Instituto Federal do Amazonas, 2024).

De acordo com o PPC do curso de Engenharia de Alimentos, um tecnólogo deve ser capaz de planejar, elaborar, gerenciar e manter os processos relacionados ao beneficiamento, industrialização e conservação de alimentos. Seu campo de atuação abrange desde moinhos, indústrias alimentícias, fábricas de conservas até instituições de pesquisas. Esse profissional ainda supervisiona as várias fases dos

processos de industrialização de alimentos, desenvolve novos produtos, monitora a manutenção de equipamentos, coordena programas e trabalhos nas áreas de conservação, controle de qualidade e otimização dos processos industriais do setor na perspectiva de viabilidade econômica e preservação ambiental. (Instituto Federal do Amazonas, 2024).

O curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema, iniciou suas atividades na instituição com a denominação de Tecnologia em Desenvolvimento de *Software* (TDS), alterando para a nomenclatura atual em 2010. Tem como perspectiva a formação de profissionais capazes de identificar necessidades do negócio, analisar, projetar, documentar, codificar, testar e manter sistemas computacionais com qualidade para atender à demanda do mercado de software. (Instituto Federal do Amazonas, 2024).

O Tecnólogo em Processos Químicos é formado para atender à demanda existente no Polo Industrial de Manaus, que abriga diversas indústrias multinacionais nos setores de bens de consumo e está em constante expansão, com projetos de instalação em andamento. O objetivo do curso é capacitar profissionais aptos para atuarem em diversas indústrias, contribuindo para a produção eficiente de bens e serviços por meio da utilização eficaz de recursos tecnológicos. (Instituto Federal do Amazonas, 2024).

O curso em Produção Publicitária foi concebido com o propósito de formar profissionais capazes de conceber e gerir projetos de publicidade de maneira inovadora, embasado em sólidos fundamentos teóricos e adaptados à realidade local. Essa abordagem buscou atender à demanda crescente por profissionais qualificados, garantindo rápida inserção no mercado de trabalho. A formação busca favorecer a geração de profissionais criativos, éticos e estimular habilidades intelectuais, técnicas, organizacionais, comunicativas e empreendedoras. Essas competências não apenas atendem às necessidades das empresas e da sociedade, mas também possibilitam uma atuação consciente na complexa realidade amazônica. (Instituto Federal do Amazonas, 2024).

Como exposto, cabe destacar que os cursos citados frequentemente envolvem criações de inovações tecnológicas, passíveis de proteção de propriedade intelectual, sendo de grande relevância a conscientização em PI para garantir que tais criações sejam devidamente registradas e protegidas.

6.3 Etapas metodológicas

A Figura 3, apresenta as etapas metodológicas construídas para a realização da pesquisa.

Figura 3 – Representação das etapas metodológicas



Fonte: Elaboração própria (2025).

A figura 3 descreve as etapas metodológicas do estudo, detalhando a sequência das etapas, como a adaptação do instrumento de pesquisa, pré-teste, coleta dos dados, análise de dados, desenvolvimento do produto tecnológico e avaliação do produto.

6.4 Descrição detalhada das etapas metodológicas

A abordagem das etapas metodológicas demonstradas, contribui para atingir os objetivos específicos da pesquisa e descrever a metodologia que foi aplicada para obtenção dos resultados.

6.4.1 Fase 1 – Adaptação do instrumento de coleta de dados

Na primeira fase, o instrumento de coleta de dados do estudo *Student Attitudes Towards Intellectual Property*, realizado no Reino Unido que pesquisou sobre as atitudes, consciência e as aspirações dos alunos em relação à Propriedade Intelectual, foi adaptado para a realidade local. O questionário adaptado empregou a escala Likert com questões fechadas, passando por ajustes para garantir sua fácil compreensão pelos respondentes.

O instrumento foi dividido em três partes, sendo elas: *perfil dos respondentes, conhecimento prévio sobre propriedade intelectual e sobre a relevância da propriedade intelectual para o futuro profissional.*

6.4.2 Fase 2 – Pré-teste

Como forma de validar a confiabilidade do instrumento de pesquisa adaptado e contido no Apêndice D, e promover correções caso houvesse necessidade para torná-lo mais perceptível, realizou-se um pré-teste com 11 alunos do curso de Tecnólogo Mecatrônica em Mecânica Industrial, da disciplina Metrologia Industrial do IFAM – Campus Manaus Distrito Industrial. A aplicação do pré-teste permitiu identificar e corrigir erros de digitação no questionário, avaliar se os itens estavam bem compreendidos, bem como estimar o tempo médio de aplicação e verificar a necessidade de esclarecimentos adicionais em algumas questões.

6.4.3 Fase 3 – Procedimentos para a coleta de dados

Após a pesquisa obter a aprovação do Conselho de Ética em Pesquisa da UFAM (CEP-UFAM) (ANEXO A), foi efetuada a coleta de dados, que ocorreu de forma presencial com os sujeitos de pesquisas pré-selecionados, sendo eles graduandos do 3º período dos cursos descritos nesta pesquisa, totalizando um número de 103 respondentes. A coleta de dados foi realizada em sala de aula e/ou laboratórios da instituição, a partir da conversa com as coordenações dos cursos e respeitando a disponibilidade dos professores em ceder o tempo com a turma.

A aplicação deu-se por meio de um questionário *online*, elaborado na ferramenta *Google Forms*. Para facilitar o acesso e a participação dos alunos, a dinâmica se deu da seguinte forma: no momento da aplicação, um QR Code exclusivo

foi gerado e disponibilizado aos alunos para possibilitar o acesso ao instrumento. Os alunos foram instruídos a fazer a leitura do código com seus próprios dispositivos móveis (*smartphones* ou *tablets*), o que os direcionava automaticamente para o questionário.

Antes do início do preenchimento do questionário, os participantes receberam uma breve explicação sobre os objetivos da pesquisa e a importância de suas respostas. Em seguida foi repassado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponível no Apêndice G, que buscou esclarecer do que se tratava a pesquisa e manifestação de concordância na participação por meio da coleta da assinatura de todos os participantes. As dúvidas expostas no momento da coleta sobre o conteúdo do questionário ou o processo de preenchimento foram esclarecidas no momento de suas manifestações. A utilização do QR Code otimizou o processo de acesso, eliminando a necessidade de digitar longos *links* e garantindo uma experiência ágil e intuitiva para os participantes.

A direção geral do Campus Manaus Centro concedeu a autorização para a realização da pesquisa, conforme carta de aceite, viabilizando o acesso à infraestrutura essencial para o estudo no Campus Manaus Centro (ANEXO B).

6.4.4 Fase 4 – Análise dos dados

Na quarta fase do estudo foi destinada para a realização da verificação, validação e organização dos dados coletados. Em seguida, as informações foram reunidas em planilhas Microsoft Excel para favorecer a análise quantitativa e constituir tabelas e gráficos, visando facilitar a visualização e compreensão dos achados.

A análise das variáveis levantadas a partir da aplicação do instrumento de coleta de dados foi realizada pela construção de tabelas de frequência, exibindo tanto a frequência absoluta (FA) quanto a frequência relativa (FR). A visualização desses dados foi complementada por meio de gráficos, facilitando a compreensão do perfil demográfico da amostra.

6.4.5 Fase 5 – Desenvolvimento do produto tecnológico

A quinta e última fase, seguindo a sequência de passos ilustrada na Figura 4, se constituiu pelo desenvolvimento do produto técnico/tecnológico material didático em formato de videoaulas intitulado *Crie, proteja e inove: material didático sobre Propriedade Intelectual*. Este material didático, criado após análise dos dados coletados, buscou constituir um recurso basilar para uso com discentes de graduação de outros campi da instituição, bem como de outras instituições de ensino superior que venham a apresentar interesse pelo seu conteúdo.

O desenvolvimento do material seguiu o disposto na Figura 4.

Figura 4 – Etapas do desenvolvimento do produto



Fonte: Elaboração própria (2025).

Como exposto na Figura 4, estas etapas sequenciais compreenderam:

Fase 1 – Seleção do conteúdo

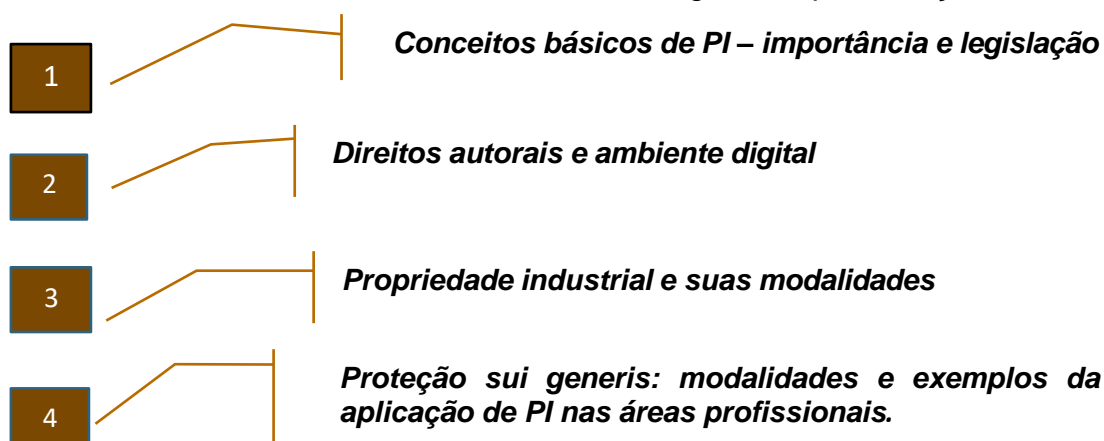
Os critérios para a seleção do conteúdo do produto educacional priorizaram o público-alvo participante da pesquisa. Visando otimizar a experiência de aprendizado e mitigar a fadiga cognitiva, os conteúdos para as videoaulas foram selecionados e

estruturados em quatro módulos distintos, visando facilitar a assimilação progressiva do conteúdo.

Para favorecer uma melhor percepção do conteúdo no que concerne aos recursos visuais, foram selecionadas imagens para enriquecer o conteúdo selecionado, sendo elas obtidas por meio de pesquisa no Google Imagens.

Fase 2 – Divisão dos conteúdos

Os conteúdos foram divididos conforme a seguinte representação:



Para facilitar a compreensão, os conteúdos das videoaulas foram divididos e agrupados. Essa divisão por temas também contribuiu para a estrutura da apresentação.

Fase 3 – Gravação da narração e captura de áudio

A gravação e narração em partes foram realizadas no estúdio, em ambiente apropriado e seguindo o roteiro previamente preparado, o que evitou ruídos e interrupções, garantindo assim a qualidade do áudio.

Fase 4 – Edição e finalização

O software After Effects 2024 foi a base para criação do material que foi desenvolvido utilizando diversos elementos como vídeos, imagens, textos e áudios. Durante a produção foi utilizado o Photoshop 2024 para a edição de imagens específicas e do Adobe Premiere 2024 para a edição de vídeos e do produto no fim.

O Quadro 4 abaixo apresenta os *softwares* utilizados, sua caracterização e funcionalidade para o desenvolvimento do material.

Quadro 4 – Software utilizados no desenvolvimento do material didático

Ferramenta	Descrição
Adobe After Effects 2024	Software de criação de gráficos avançados com movimentos, efeitos e textos. Principalmente utilizado em pós-produção de vídeos em geral. Ferramenta essencial e especializada em desenvolvimento de material gráfico complexo.
Adobe Premiere Pro 2024	Software de edição de vídeo e áudio. Fundamental para a edição de material visual e de áudio para composição de vídeos e tratamento de áudio e vídeo.
Photoshop 2024	Programa de edição de imagens e tratamento avançado.

Fonte: Elaboração própria (2025).

O quadro 4 detalha os softwares de edição de vídeos e o Photoshop, que foram utilizados para aprimorar o produto final. O Photoshop foi fundamental para a edição de imagens, enquanto os softwares foram aplicados para refinar o áudio e as sequências de vídeo, resultando em material de maior qualidade.

6.4.6 Fase 6 – Avaliação do produto tecnológico

Para a avaliação do produto tecnológico, foi utilizada a plataforma *Google Forms* para elaboração do questionário (Apêndice E) dividido em três partes: a primeira parte consistiu em avaliar o conteúdo e metodologia, com perguntas de múltiplas escolhas com escalas de respostas: *muito ruim, ruim, razoável, bom e muito bom*; a segunda para avaliar o design e usabilidade, com escala de respostas: *muito inadequada, inadequada, medianamente adequada, adequada e muito adequada*, e a última etapa com cinco questões abertas teve o objetivo de saber o que mais chamou atenção no material, o que poderia ser melhorado. Para esse último bloco de perguntas empregou-se a técnica de análise do conteúdo, dividida em três fases: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Bardin, 2011).

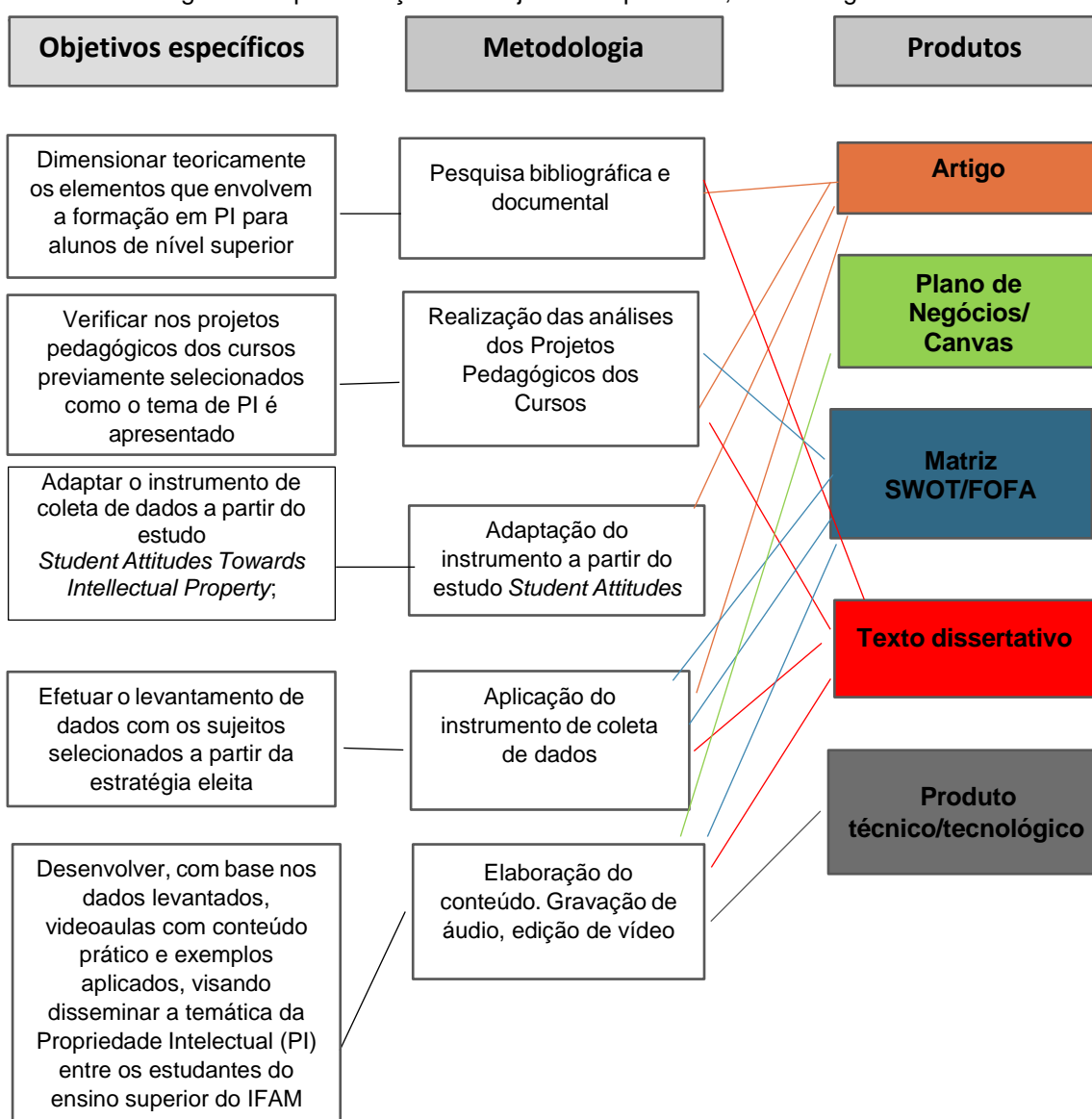
A avaliação do produto foi feita por 16 alunos do 4º período da disciplina Administração e Programação de Banco de Dados, do curso de Tecnologia em

Análise e desenvolvimento de sistemas. Os discentes selecionados para avaliar o material não fizeram parte da pesquisa inicial.

6.5 Matriz de amarração/validação

A matriz de amarração/validação apresentada na Figura 5 foi criada para assegurar o alinhamento da pesquisa, explicitando os objetivos específicos, a metodologia empregada, a relação entre eles e os produtos finais resultantes.

Figura 5 – apresentação dos objetivos específicos, metodologia e resultados



Fonte: Elaboração própria (2025).

Os resultados obtidos pelo emprego da matriz de validação estão expostos no próximo capítulo.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação dos resultados da pesquisa está dividida em dados mensuráveis e não mensuráveis. Os dados mensuráveis foram obtidos por meio de um questionário, que avaliou o nível de conscientização sobre propriedade intelectual entre os alunos de graduação do IFAM – Campus Manaus Centro. Já os dados não mensuráveis consistem em evidências levantadas pela análise documental do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI e dos Projetos Pedagógicos PPCs.

7.1 Dados mensuráveis

7.1.1 Análise dos dados do instrumento de coleta de dados

Os resultados quantitativos da pesquisa, obtidos por meio da aplicação de questionário (Apêndice D) são apresentados nessa seção.

Para traçar o perfil dos respondentes, a parte inicial do questionário coletou informações sobre gênero (oferecendo três opções de escolha), faixa etária, curso e ano de ingresso.

Na questão 1 – dos sujeitos participantes da pesquisa em relação a gênero, há um predomínio de respondentes que se identificam como masculinos 66,02%, seguidos por femininos 33,01% e, em menor proporção, pessoas que se identificam como não binária 0,97%. Essa assimetria indica um desequilíbrio de representatividade de gênero na amostra, o que pode refletir características específicas do curso ou instituição onde a pesquisa foi aplicada. A presença, ainda que isolada, de uma pessoa não binária reforça a importância de manter alternativas inclusivas em questionários, promovendo o respeito à diversidade, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 - Tabela de gênero

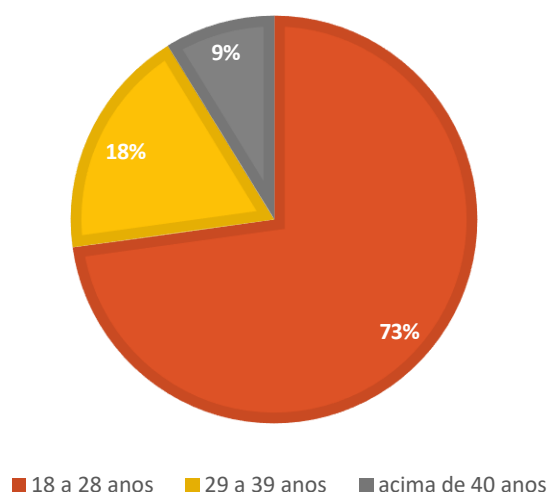
V1	FA	FR (%)
Feminino	34	33,01%
Masculino	68	66,02%
Não binário	1	0,97%
Total Geral	103	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Para a questão 2 buscou-se identificar a idade dos participantes. De uma maneira geral, a maior parte dos participantes (72,82%) está na faixa etária entre 18

a 28 anos, demonstrando que o público da pesquisa é predominantemente jovem, o que é comum em cursos de graduação. Apenas 18,45% têm entre 29 e 39 anos, enquanto um pequeno grupo (8,74%) está acima dos 40.

Gráfico 1 – Faixa etária dos respondentes.

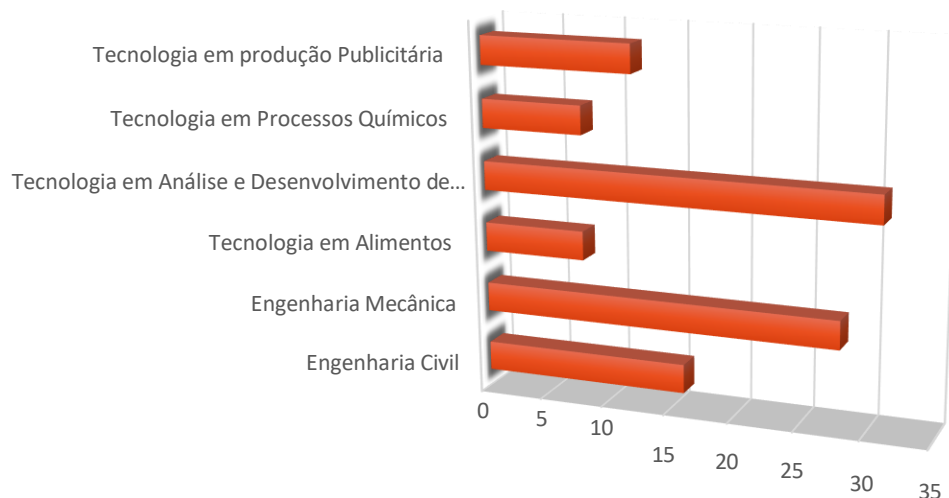


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Esses dados indicam que o tema da propriedade intelectual está sendo explorado com estudantes em fase inicial ou intermediária de carreira, o que pode impactar tanto o nível de conhecimento quanto o interesse pelo tema, como apresentado no Gráfico 1.

Na representação do Gráfico 2 em relação ao quantitativo de respondentes da pesquisa, os cursos mais representados foram Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (30,10%) e Engenharia Mecânica (27,18%). Outros cursos, como Engenharia Civil (15,53%) e Tecnologia em Produção Publicitária (11,65%).

Gráfico 2 – Representação dos cursos.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Esse perfil diverso permite uma análise mais ampla da percepção sobre propriedade intelectual, abrangendo diferentes áreas do conhecimento, da tecnologia à comunicação, o que pode influenciar o nível de familiaridade com o tema.

A maior parte dos estudantes ingressou no ano de 2024 (67,96%), indicando que boa parte da amostra é composta por alunos iniciantes. Os ingressantes de 2023 representam (19,42%), e os demais anos têm participações muito pequenas, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Ano de ingresso no curso

V4	FA	FR (%)
2018	1	0,97%
2020	2	1,94%
2021	1	0,97%
2022	7	6,80%
2023	20	19,42%
2024	70	67,96%
2025	2	1,94%
Total Geral	103	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Isso sugere que o levantamento foi aplicado majoritariamente a estudantes que ainda estão nos primeiros períodos, o que pode justificar níveis de conhecimento mais baixos em questões mais específicas sobre propriedade intelectual.

A segunda parte do instrumento foi dedicada a saber sobre nível de conhecimento prévio dos respondentes no que diz respeito à propriedade intelectual, foco do estudo.

Para as respostas do bloco de oito questões, foi aplicada a escala de Likert considerando as seguintes assertivas: discordo totalmente; discordo; neutro; concordo; concordo totalmente. A tabela 3 expõe, de forma quantitativamente, a organização das variáveis de 5 a 12.

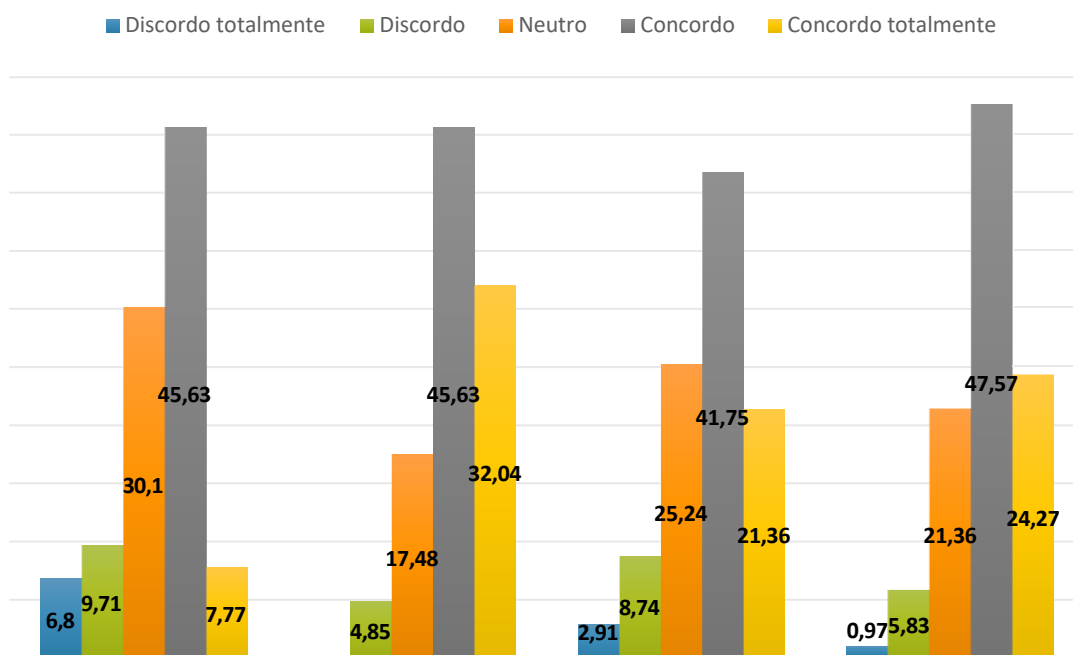
Tabela 3 - Distribuição das respostas

Organização das variáveis 5 a 12	Discordo totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo totalmente
Tenho um conhecimento parcial em relação à Propriedade Intelectual	7	10	31	47	8
É imprescindível saber sobre Propriedade Intelectual durante o seu curso de graduação	0	5	18	47	33
Em relação ao seu nível de conhecimento sobre direito autoral, você considera	3	9	26	43	22
Referente ao seu nível de conhecimento sobre programa de computador	1	6	22	49	25
Quanto ao seu conhecimento sobre marca	1	8	29	49	16
Quanto ao seu nível de conhecimento sobre patente, você considera	2	15	26	48	12
No que diz respeito ao conhecimento em desenho industrial	10	14	31	35	13
O tema de Propriedade Intelectual para o futuro da sua carreira é essencial	0	3	14	46	40

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No Gráfico 3, são apresentados os dados percentuais referentes às variáveis de 5 a 8, organizados na Tabela 3.

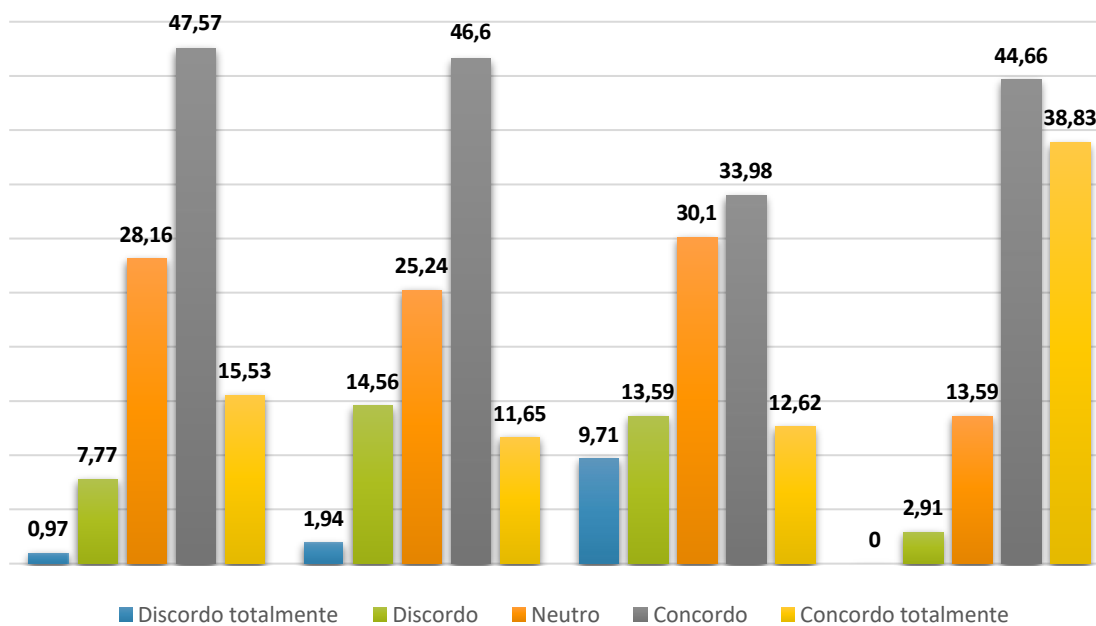
Gráfico 3 – Conhecimento prévio em PI.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O Gráfico 4 apresenta, em termos percentuais, a distribuição das respostas referentes às variáveis 9 a 12, cujos dados estão organizados na Tabela 3.

Gráfico 4 – Conhecimento prévio em PI.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Do disposto no Gráfico 3 e 4, é possível conduzir as seguintes análises para cada questão disposta no instrumento de coleta de dados.

Q5 – Conhecimento parcial em relação à Propriedade Intelectual

Mais da metade dos estudantes (53,40%) declarou concordar total ou parcialmente que possui conhecimento parcial sobre Propriedade Intelectual. No entanto, (30,10%) se posicionaram de forma neutra e (16,51%) afirmaram discordar dessa afirmação. Embora os dados mostrem uma percepção moderada de familiaridade com o tema, o alto percentual de neutralidade é particularmente preocupante. Ele reflete uma insegurança ou um desconhecimento significativo entre os alunos, algo inesperado para graduandos que dependem de pesquisas em bases de dados e do uso correto das obras de autores para fundamentar seus próprios trabalhos.

Q6 – Conhecimento sobre Propriedade Intelectual durante curso de graduação

A maioria dos participantes (77,67%) concorda com a importância do ensino sobre Propriedade Intelectual durante a graduação. Apenas (4,85%) discordam e 17,48% se mantiveram neutros. O dado demonstra que, mesmo que alguns estudantes não se sintam familiarizados com o tema, há um reconhecimento generalizado sobre sua relevância na formação acadêmica.

Q7 – Nível de conhecimento sobre direito autoral

A neutralidade nas respostas, particularmente em relação ao direito autoral, ressalta uma lacuna significativa na formação dos alunos. Esse resultado é preocupante, visto que, nos primeiros anos da graduação, espera-se que os estudantes já tenham conhecimento sobre temas como plágio e o uso correto de obras por meio de citações. Mesmo que a maioria dos estudantes (63,11%) reconheça ter informações totais ou parciais sobre direito autoral, essa percepção é contraditória. Afinal, uma parcela considerável (25,24%) adotou uma posição neutra e 11,65% afirmaram discordar. Essa disparidade sugere que, apesar de se considerarem informados, muitos alunos ainda demonstram insegurança ou falta de conhecimento

aprofundado, o que destaca a necessidade de fortalecer a conscientização e a educação sobre o tema.

Q8 – Nível de conhecimento sobre programa de computador

Pela leitura do Gráfico 3 é possível notar que a maioria dos estudantes (71,84%) declarou concordar ou concordar totalmente quanto ao seu nível de conhecimento sobre programas de computador, sugerindo uma familiaridade razoável com essa temática. Apenas 6,80% discordaram e 21,36% permaneceram neutros, o que pode indicar que, apesar do bom índice geral, ainda existe um grupo com dúvidas ou pouca segurança quanto a esse tipo de conhecimento.

Q9 – Nível de conhecimento sobre marca

O Gráfico 3 destaca que a maior parte dos estudantes (63,10%) afirmou ter conhecimento sobre marca, enquanto 28,16% mantiveram-se neutros e 8,74% discordaram em algum grau. Embora os dados sugiram um reconhecimento moderado do tema, o grau significativo de neutralidade revelado é preocupante. Esse resultado indica que uma proporção relevante de estudantes ainda está incerta quanto ao seu domínio sobre o assunto, o que levanta um alerta, pois o conhecimento em Propriedade Intelectual (PI) é fundamental não só para a vida acadêmica, mas também para a carreira profissional.

Q10 – Nível de conhecimento sobre patente

O Gráfico 3 mostra que 58,25% dos estudantes têm conhecimento positivo sobre patentes, enquanto uma parcela significativa (25,24%) se mantém neutra e 16,50% discordam. Essa distribuição revela uma compreensão menos consolidada do tema em comparação ao conhecimento sobre marcas e programas de computador. A persistência da neutralidade é particularmente preocupante, pois os cursos incluídos na pesquisa são suscetíveis a invenções e inovações. Por isso, o conhecimento sobre patentes é fundamental para a futura carreira desses alunos, o que reforça a necessidade de tratar o tema logo nos períodos iniciais da graduação.

Q11 – Nível de conhecimento sobre desenho industrial

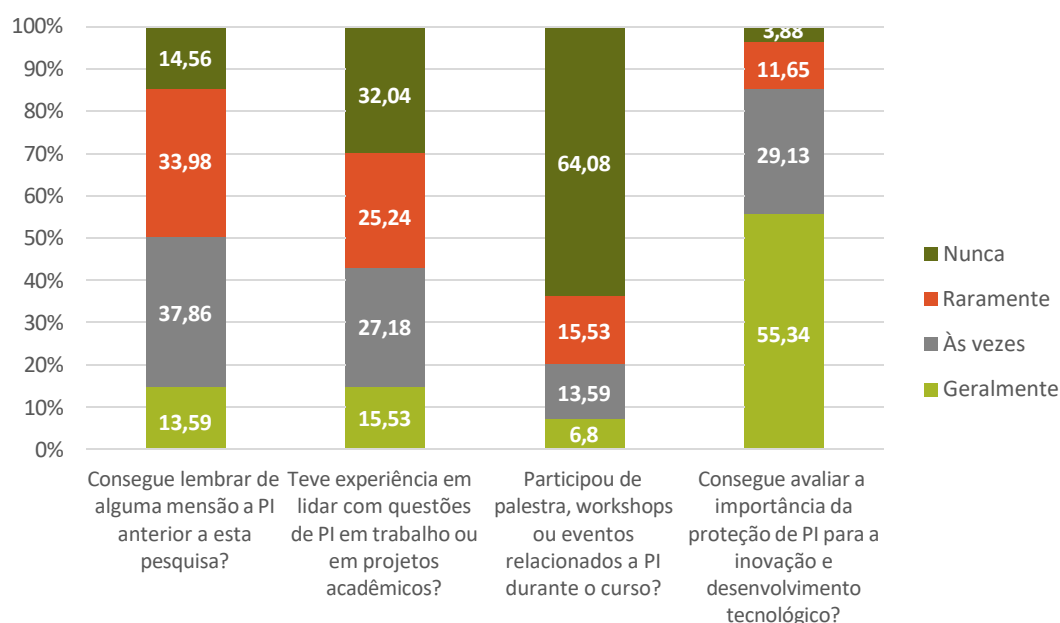
A distribuição apresentada no Gráfico 3 revela um cenário mais equilibrado e com menor confiança entre os estudantes. Embora 46,60% tenham afirmado ter conhecimento sobre a proteção de desenhos industriais, uma porcentagem significativa se manteve neutra (30,10%) e 23,30% declararam discordância. Esse resultado indica que este pode ser um dos conceitos menos dominados entre os avaliados. A alta porcentagem de neutralidade para um tema tão relevante demonstra a urgência em considerar a temática da Propriedade Intelectual (PI) nas reformulações da grade curricular, principalmente para os cursos de graduação que tratam de inovação e design.

Q12 – Importância do tema de propriedade intelectual para o futuro da carreira

A grande maioria dos estudantes (83,49%) reconhece a importância da propriedade intelectual para suas carreiras, com 44,66% concordando e 38,83% concordando totalmente com a afirmação. Apenas 2,91% discordaram. Como base nos resultados, é possível afirmar que a propriedade intelectual é um tema amplamente valorizado e considerado crucial para o futuro profissional pela maioria.

O Gráfico 5 apresenta os percentuais de resposta para as questões 13, 14, 15 e 16 do instrumento de coleta de dados, correspondentes as opções de resposta ofertadas a partir da escala Likert, a saber: raramente; nunca; às vezes; geralmente.

Gráfico 5 – Representação das perguntas em relação a familiaridade do tema de PI anterior a pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Do disposto no Gráfico 5, é possível conduzir as seguintes análises para cada questão disposta no instrumento de coleta de dados.

Q13 – Menção à Propriedade Intelectual anterior a pesquisa

Conforme apresentado no Gráfico 5, a maioria dos estudantes (71,84%) afirmou ter tido algum tipo de contato anterior com o tema, mesmo que esporádico, enquanto 14,56% disseram nunca ter tido contato e 13,59% relataram lembrar geralmente. Esse dado sugere que, embora o tema não seja totalmente desconhecido, ele ainda não é recorrente na formação acadêmica.

Q14 – Experiência em lidar com questões de propriedade intelectual em trabalho prático ou em projetos acadêmicos

Quando da leitura do Gráfico 5, é possível notar que pouco mais da metade dos estudantes (52,42%) relatou nunca ou raramente ter tido experiências práticas com propriedade intelectual, o que evidencia uma lacuna significativa entre teoria e prática. Apenas (15,53%) relataram vivência mais frequente com o tema, destacando a necessidade de inserção mais efetiva da PI em projetos reais.

A análise sugere que, apesar de a propriedade intelectual ser vista como um tema importante pelos estudantes, há um certo desconhecimento sobre as áreas específicas que ela se aplica. A alta porcentagem de estudantes que valorizam o tema, em contraste com sua baixa experiência prática, sugere uma lacuna entre a teoria e a aplicação. Isso indica que, embora entendam o conceito de Propriedade Intelectual, eles não conseguem aplicá-lo em projetos reais ou em suas áreas de atuação. Essa falta de familiaridade com a aplicação prática pode se tornar uma barreira em suas futuras carreiras, dificultando a capacidade de proteger suas próprias inovações e de lidar com questões de PI no ambiente profissional.

Q15 – Participação de palestras, workshops ou eventos relacionados à Propriedade Intelectual durante o curso de graduação

O Gráfico 5 revela um dado alarmante: a maioria dos estudantes (64,08%) nunca participou de eventos sobre Propriedade Intelectual (PI), e apenas 20,39% relataram alguma participação. Esse resultado, por si só, já indica a ausência de atividades extracurriculares sobre o tema. No entanto, a análise vai além: a falta de acesso a eventos de PI, um assunto de grande relevância para o desenvolvimento de atividades em todos os cursos pesquisados, sugere que a própria instituição não tem promovido a conscientização de forma proativa. Essa lacuna contribui diretamente para o baixo conhecimento dos estudantes, levantando a necessidade urgente de uma abordagem institucional para o tema.

Q16 – Avaliação da importância da proteção da Propriedade Intelectual para a inovação e desenvolvimento tecnológico

Nos dados apresentados no Gráfico 5, é possível observar que mais da metade dos estudantes (55,34%) afirmou que geralmente consegue avaliar a importância da Propriedade Intelectual nesse contexto, e (29,13%) disseram que isso acontece às vezes. Esses números são positivos e indicam que, mesmo com limitações na formação prática, há uma boa percepção quanto ao papel estratégico da Propriedade Intelectual na promoção da inovação.

A Tabela 4 apresenta a distribuição de respostas correspondentes às variáveis 13, 14, 15 e 16.

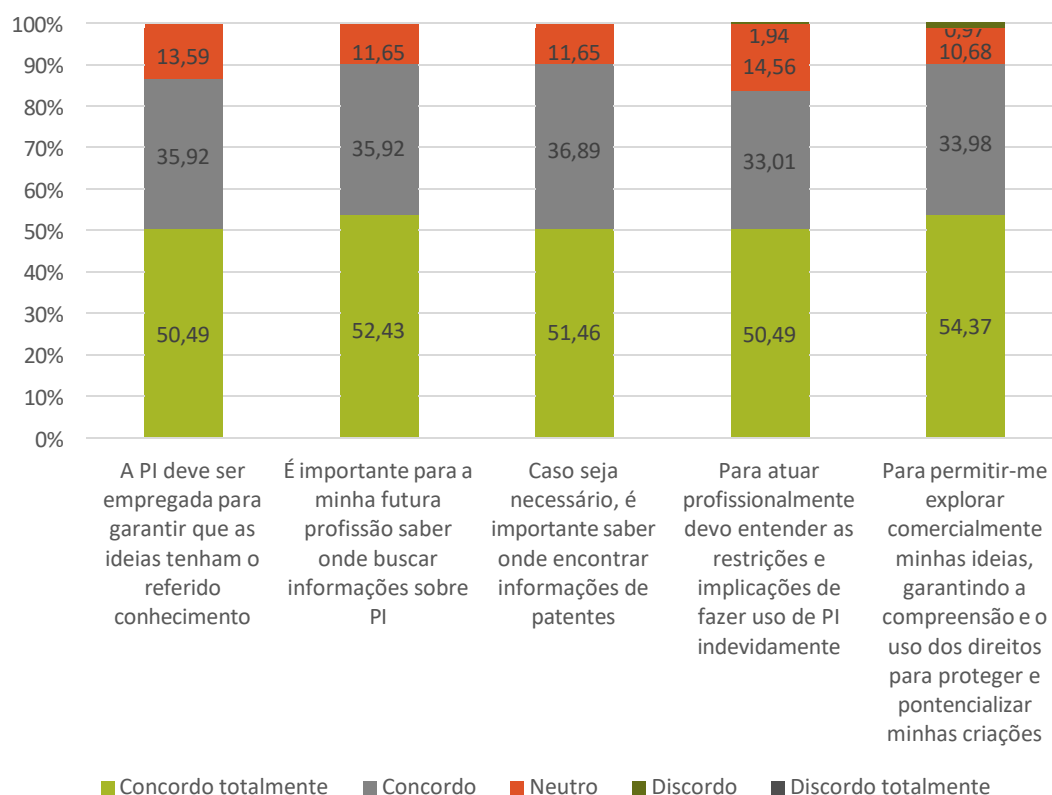
Tabela 4 – Distribuição das respostas.

Perguntas das variáveis 13 a 16	Geralmente	Às vezes	Raramente	Nunca
Consegue lembrar de alguma outra menção a PI anterior a esta pesquisa?	14	39	35	15
Já teve alguma experiência em lidar com questões de PI em trabalho prático ou em projetos acadêmicos?	16	28	26	33
Participou de palestras, workshops ou eventos relacionados a PI durante o curso?	7	14	16	66
Consegue avaliar a importância da proteção da PI para a inovação e desenvolvimento tecnológico?	57	30	12	4

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Para a terceira parte do questionário que buscou saber sobre a relevância do tema de propriedade intelectual na atuação profissional dos respondentes, foram empregados as seguintes variáveis empregadas em uma escala Likert: discordo; neutro, concordo e concordo totalmente, para as questões 17,18, 19, 20 e 21, cujo resultado está exposto no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Grau de relevância da propriedade intelectual na carreira profissional.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Do disposto no Gráfico 6, é possível conduzir as seguintes análises para cada questão disposta no instrumento de coleta de dados.

Q17 – Emprego da Propriedade Intelectual

É possível perceber que a maioria dos participantes 86,41% concorda total ou parcialmente que a propriedade intelectual garante que as ideias tenham o devido reconhecimento, o que mostra um entendimento significativo sobre o papel da PI na valorização das criações humanas. Apenas 13,59% mantiveram uma posição neutra, e nenhum estudante discorda. Esses dados reforçam que há uma valorização clara do reconhecimento das ideias, mesmo que o domínio técnico sobre o tema ainda não seja pleno.

Q18 – Importância do conhecimento de fontes da informação sobre Propriedade Intelectual

Sobre a importância do conhecimento sobre o tema, a maior parte dos estudantes (88,35%) considera importante ou muito importante saber onde encontrar informações sobre Propriedade Intelectual. Apenas (11,65%) foram neutros quando questionados sobre as fontes. Esses dados sugerem que os alunos reconhecem a necessidade de autonomia para pesquisar e se informar sobre o tema, o que pode ser um indicativo de abertura para formações futuras mais aprofundadas.

Q19 – Informação patentearia

Mais de 88% dos estudantes concordam total ou parcialmente sobre a importância de saber acessar informações de patentes. Esse reconhecimento é essencial, especialmente em áreas tecnológicas e de engenharia, nas quais o acesso a esse tipo de informação pode representar um diferencial na solução de problemas ou na criação de inovações.

Q20 – Restrições e implicações da propriedade intelectual para práticas profissionais

É importante notar que a grande maioria dos respondentes (83,50%) reconhece a importância de compreender as implicações legais do uso indevido de elementos protegidos pela Propriedade Intelectual. Apenas 14,56% se mostraram neutros, e uma parcela muito pequena (1,94%) discordou sobre a questão. Esses dados mostram um senso de responsabilidade por parte dos estudantes, ainda que o aprofundamento técnico sobre o tema possa ser ampliado.

Q21 – Emprego da PI para explorar comercialmente as criações

Os resultados apresentados no Gráfico 5, mostram alta concordância (33,98%) dos respondentes enquanto (54,37%) concordam totalmente, somando (88,35%) de adesão à afirmativa. Apenas 0,97% discordam e 10,68% permanecem neutros. Esses números indicam que os estudantes valorizam fortemente o papel da Propriedade Intelectual como instrumento para transformar ideias em ativos comerciais, protegendo suas criações e maximizando seu potencial de aplicação prática e retorno econômico.

7.2 Dados não mensuráveis

7.2.1 Análise dos dados documentais

A análise documental foi realizada para se obter os dados e informações específicas relacionadas aos cursos pesquisados, os documentos norteadores usados como fonte de informação foram o PDI e os PPCs dos cursos que fazem parte da pesquisa.

7.2.1.1 Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação do Amazonas de acordo com a políticas da Educação Superior

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2019-2023), é um documento estratégico que tem como objetivo principal traçar as ações e diretrizes da instituição.

No que se refere às diretrizes dos cursos de graduação descritas no PDI do Instituto Federal de Educação do Amazonas, instituição preza com o:

[...] pluralismo pedagógico, o uso de tecnologias digitais de ensino e aprendizagem, a otimização de equipamentos, instalações e recursos financeiros, e uma flexibilização curricular, a qual pode ser realizada por meio da organização em eixos que permitam certificações durante o processo de formação (PDI 2019-2023, IFAM, p. 138).

Dessa forma, o modelo educacional proposto preza pela autonomia e protagonismo dos alunos no processo de aprendizagem, e desenvolvimento pautado não somente no período específico que estão inseridos na instituição, mas também de forma contínua.

O Quadro 5 apresenta uma visão geral das regulamentações nacionais, e também em nível institucional.

Quadro 5 – Regulamentações norteadoras para os Cursos Superiores de Tecnologia.

Regulamentações norteadoras para os Cursos Superiores de Tecnologia	
Regulamentações no âmbito nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Parecer que trata da Formação de Tecnólogos. • Parecer que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo. • Resolução que institui as DCN gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologias. • Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004: que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. • Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

Regulamentações no âmbito do IFAM	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). • Resolução que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica (ODA). • Resolução que disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação. • Resolução que institui as Normas que regulamentam a Composição e o Funcionamento dos Colegiados dos Cursos de Graduação. • Resolução que aprova o aporte Documental e Norteador para Elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação oferecidos pelo Instituto. • Resolução que aprova o Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos Superiores de Tecnologias e Bacharelado. • Resolução que aprova o Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação.
-----------------------------------	---

Fonte: Baseado no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2023 (2024).

As regulamentações apresentadas no Quadro 5 fazem parte das diretrizes de criação, organização, funcionamento e avaliação dos cursos oferecidos no IFAM.

Para os cursos de graduação as principais regulamentações, segundo descrito no PDI (2019-2024), são:

A Lei N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
 Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 - Políticas de educação ambiental;
 A Lei N. 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes;
 Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira, Africana e Indígena;
 A Lei N. 10.861, de 14 de abril de 2014 – Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES;
 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso ou da área;
 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

As regulamentações previstas tanto para os cursos superiores de tecnologias, como para os cursos de bacharelados atendem aos requisitos exigidos pelo Ministério da Educação.

Para atender as exigências das leis de inovação no âmbito federal e municipal, no seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o Instituto Federal do Amazonas apresenta algumas estratégias que serão abordadas no próximo tópico.

7.2.1.2 Competências previstas para cumprimento das leis de Inovação Federal e Estadual

Dentre o prospectado pelo Instituto Federal de Educação do Amazonas – IFAM está a consolidação o Núcleo de Inovação Tecnológica, visando estar alinhado com o as demandas da sociedade e para,

[...]desenvolver as competências previstas nas Leis de Inovação Federal e Estadual, dotando-se de políticas de propriedade intelectual harmonizada e atuante, com ênfase na transferência de tecnologia, de maneira a desenvolver produtos tecnológicos protegidos, mais competitivos e de maiores valores agregados, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico-sustentável (PDI 2019-2023, IFAM, p. 246).

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o IFAM firma o compromisso de desenvolver competências necessárias que integrem a proteção da propriedade intelectual, transferência de tecnologia e desenvolvimento sustentável. Para esse propósito, propõem as seguintes diretrizes:

- a) Valorizar a pesquisa aplicada que resulta em inovação tecnológica, capaz de agregar valor econômico e melhoria da qualidade de vida da sociedade;
- b) Buscar incentivos junto aos órgãos de fomento visando à obtenção de recursos para as atividades, com foco no desenvolvimento de inovação tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas;
- c) Difundir a cultura de proteção da propriedade intelectual no IFAM para estimular o registro, o licenciamento e a comercialização dos produtos oriundos da pesquisa;
- d) Criar facilidades quanto ao trâmite envolvendo a proteção do conhecimento cultural, científico e tecnológico e outros inerentes aos processos de patenteamento;
- e) Manter atualizados, e regulamentar quando necessário, os trâmites relativos à inovação, estabelecendo instrumentos, estrutura e mecanismos de acompanhamento dos Programas de Inovação e do registro de pesquisas com Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais Associados, conforme legislação vigente, no âmbito do Instituto Federal do Amazonas (PDI 2019-2023, IFAM, p. 247).

A partir do estabelecimento dessas diretrizes, o Instituto busca criar um ambiente propício para a inovação, fortalecendo a pesquisa e a proteção da propriedade intelectual produzidas no seu contexto.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023, p. 243), determina que a pesquisa científica e a inovação tecnológica no IFAM devem ser realizadas em todas

as suas unidades, envolvendo servidores qualificados, desde graduados até doutores, e estudantes de diversas modalidades de ensino.

O IFAM tem como foco tanto o desenvolvimento básico como o aplicado, sendo a última prioritária, por levar em conta o avanço tecnológico e as necessidades sociais e do setor produtivo. A instituição integra seus trabalhos aos arranjos produtivos locais, tendo como objetivo promover projetos inovadoras que agreguem valor ao conhecimento técnico-científico relevante para a sociedade. A difusão do conhecimento e das tecnologias geradas, por meio de cursos técnicos, tecnológicos e de pós-graduação, fortalece a interação entre ensino, pesquisa e extensão.

Com o intuito de alavancar a pesquisa e a inovação, em sua política de desenvolvimento institucional, o IFAM também reforça sua função social na comunidade em que está inserido destacando no planejamento estratégico a construção de [...] “uma cultura empreendedora capaz influenciar o público interno (servidores) e contribuir para o desenvolvimento de competências empreendedoras em nossos alunos, e estimulando constantemente a criatividade e a inovação [...] (PDI 2019-2023, IFAM, p. 91).

Como forma de integrar a academia com o setor produtivo, o Instituto Federal de Educação do Amazonas, em junho de 2003, ainda denominado como CEFET- AM, fundou a incubadora de empresas do IFAM (AYTY), contando com o apoio de algumas entidades, entre elas o SEBRAE, que estão comprometidas em promover uma iniciativa que apoie a inovação, fomenta o desenvolvimento de novas tecnologias e negócios, e promova o empreendedorismo, visando oferecer oportunidades para trabalho autônomo e criativo, especialmente para os alunos que estão concluindo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) e seus ex-alunos. (AYTY [...], 2023).

A AYTY é credenciada desde 2010 pelo Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia (CAPDA) como incubadora de base tecnológica, permitindo que as empresas incubadas desenvolvam soluções inteligentes e participem em atividades de pesquisa e desenvolvimento. Isso proporciona vantagens significativas, incluindo a participação em projetos com empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM).

A AYTY – Incubadora de Empresas do IFAM, é um Programa de Empreendedorismo da Pró-reitora de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas sob a responsabilidade da Coordenação Geral de

Empreendedorismo, atuando de forma sistêmica. É por meio da incubadora que a cultura de inovação é disseminada entre a comunidade acadêmica. (AYTY [...], 2023), considerando que o estímulo ao empreendedorismo é visto como uma importante estratégia de transferência de tecnologia (Pires e Quintella, 2015). Entre as finalidades principais da Incubadora do IFAM estão: orientações aos empreendedores, promoção de capacitação e de eventos de Inovação, realização de parcerias com entidades de apoio ao empreendedorismo e com outras instituições de ensino.

Segundo Pires e Quintella (2015, p. 184), “as incubadoras de empresas de base tecnológica, associada ao fortalecimento da cultura empreendedora entre os alunos, e a criação de spin-off acadêmicos são facilitadores do desenvolvimento tecnológico e do lançamento de inovações no mercado”. Para novos empreendedores é essencial o conhecimento da propriedade intelectual para proteção de suas criações, pois a medida que entendem o processo passam a utilizá-lo na vida profissional.

7.2.1.3 Projeto Pedagógico do Curso – PPC

No que se refere às análises dos Projetos Pedagógicos dos Cursos selecionados para a pesquisa, tornou-se evidente que, dentre os seis, cinco deles incorporam em suas matrizes curriculares disciplinas voltadas ao tema do empreendedorismo, porém nenhum apresentou o tema Propriedade Intelectual.

A propriedade intelectual ajuda os empreendedores a se destacarem em um mercado competitivo, promover a cultura da inovação e a geração de novos empregos, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social de um país.

No Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, o IFAM propõe que os cursos de graduação atuem dentro dos seguintes princípios e diretrizes:

como um compromisso social de qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e emancipação social, econômica, cultural e epistemológica, na perspectiva da formação ontológica que envolva tanto a formação para o trabalho como a transformação do ser humano na sua plenitude, compreendendo que o conhecimento se constrói na interface entre a realidade e a intervenção inovadora desta (PDI- 2019-2023, p. 136).

Em suas diversas particularidades culturais, sociais, produtivas e econômicas, os programas de graduação oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) tem como objetivo transcender o paradigma educacional predominante, enraizado em uma visão iluminista, e fomentar uma integração social fundamentada nos valores da condição humana, na vasta diversidade material e imaterial dos povos amazônicos. (PDI – 2019-2023, p. 137).

Essas particularidades culturais e objetivos estão atreladas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPCs, o qual se estabelece como o instrumento primordial para a gestão do ensino e para a consecução dos objetivos essenciais do perfil profissional almejado. Nessa ótica, os PPCs devem estar em consonância com as diretrizes delineadas pela Lei Nº 11.892/2008, a qual estabelece:

- a) a necessidade de atuar no ensino, na pesquisa e na extensão, compreendendo as especificidades destas dimensões e as interações que caracterizam sua indissociabilidade;
- b) a compreensão da pesquisa ancorada nos princípios científicos – que se consolida na construção da ciência e desenvolvimento da tecnologia – e no educativo – que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade entendendo-a como essencial para a construção da autonomia intelectual e, portanto, potencializadora de uma educação que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade;
- c) a concepção das atividades de extensão como forma de diálogo permanente e mais amplo com a sociedade;
- d) a compreensão de que o conhecimento deve ser tratado em sua completude, nas diferentes dimensões da vida humana, integrando ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos – permeando as propostas pedagógicas dos cursos de graduação (Licenciaturas, Bacharelados e Superiores de Tecnologia) – na perspectiva de ultrapassar o rígido limite traçado pelas disciplinas convencionais;
- e) o reconhecimento da precedência da formação humana e cidadã, sem a qual a qualificação para o exercício profissional não promove transformações significativas para o trabalhador e para o desenvolvimento social;
- f) a necessidade de assegurar aos sujeitos as condições de interpretar a sociedade e exercer sua cidadania, na perspectiva de um país fundado na justiça, na equidade e na solidariedade;
- g) a organização de itinerários formativos que permitam o diálogo entre os diferentes segmentos da graduação (Bacharelado, Licenciatura e Superior de Tecnologia), ampliando as possibilidades de formação vertical (elevação de escolaridade) e horizontalmente (formação continuada);
- h) a sintonia dos currículos com as demandas sociais, econômicas e culturais locais, permeando-os das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental, pautada na ética da responsabilidade e do cuidado;
- i) o reconhecimento do trabalho como experiência humana primeira, organizadora do processo educativo (PDI – 2019-2023, p. 138).

A organização de itinerários formativos deve permitir a interação entre diferentes segmentos da graduação, ampliando as possibilidades de formação

contínua, o conhecimento deve ser tratado de forma completa, integrando ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos, preparando o egresso para o mundo do trabalho.

O Quadro 6 detalha a distribuição dos cursos de bacharelados e tecnólogos investigados e as respectivas disciplinas cujas ementas evidenciam a integração de temas concernentes à Propriedade Intelectual.

Quadro 6 – Cursos relacionados para a pesquisa.

CURSO/ DISCIPLINAS	MODALIDADE	OBJETIVOS	EMENTA
Engenharia Civil/ Empreendedorismo	Bacharelado	Despertar o espírito empreendedor transformando ideias em negócios, gerindo e utilizando ferramentas de gestão para elaboração do Plano de Negócios e captação de recursos	Introdução ao Empreendedorismo; Características empreendedoras; Processo empreendedor; Plano de Negócios: Elaboração; Captação de Recursos; Gestão do Negócio; Empreendedorismo Corporativo; Empreendedorismo social.
Engenharia Mecânica/ Administração e empreendedorismo	Bacharelado	Compreender os conceitos relativos à administração e à estrutura organizacional de uma empresa, bem como o fenômeno do empreendedorismo no Brasil e identificar as características e papel do empreendedor no século XXI, além de verificar tendências e oportunidades para desenvolver um Plano de Negócios.	A administração e suas perspectivas. A empresa e o ambiente. Relações étnico raciais nas empresas. O papel da administração e do Administrador nas organizações contemporâneas. A natureza e os desafios da moderna Administração. Evolução do pensamento administrativo; Origem e desenvolvimento do empreendedorismo; Empreendedorismo no Brasil; Características do Comportamento Empreendedor; Intraempreendedorismo; Criatividade, desenvolvimento da visão e identificação de oportunidades e validação de ideia; Construção de Plano de Negócio
			Empreendedorismo: Introdução ao Empreendedorismo: definições, surgimento e

<p>Tecnologia em Alimentos / Empreendedorismo e cooperativismo</p>	<p>Tecnólogo</p>	<p>Incentivar e oportunizar aos acadêmicos novos aprendizados demonstrando de forma teórica e prática uma visão empreendedora de negócios, desenvolvendo conhecimentos e conceitos voltados ao empreendedorismo e ao cooperativismo como maneira de conduzir seu próprio negócio.</p>	<p>principais frentes de estudo, formas de empreendedorismo (Oportunidade x Necessidade), importância para a economia; Características empreendedoras: perfil Empreendedor; é possível ensinar empreendedorismo? Como desenvolver novas ideias de negócio; Plano de negócios: definições; por que escrever um; objetivos; público-alvo; estruturas. Oportunidade e Conceito do Negócio; Equipe de gestão; Produtos e Serviços; Mercado e Competidores; Marketing e Vendas; Plano Operacional. - Cooperativismo: Histórico, princípios e fundamentos do cooperativismo; educação cooperativista, legislação, legalidade e o estatuto social, Constituição de uma cooperativa e sua gestão</p>
<p>Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas / Empreendedorismo em tecnologia da informação</p>	<p>Tecnólogo</p>	<p>Desenvolver conhecimentos, habilidades e comportamentos para despertar o empreendedorismo como alternativa concreta de atuação e realização profissional tanto no setor de informática como em outros setores.</p>	<p>Conceito e introdução ao Empreendedorismo, Conhecimentos básicos sobre negócios / empresas e empreendedorismo, Marketing e Empreendedorismo, Plano de Negócios, Mecanismos de fomento a negócios.</p>
<p>Tecnologia em Processos Químicos / *Gestão e empreendedorismo/ Atividade Curricular de Extensão</p>	<p>Tecnólogo</p>	<p>Neste componente, os alunos serão apresentados a diferentes temas pertinentes à área de Processos Químicos Industriais. Também serão apresentados aos alunos a necessidade de integração teoria prática, de interdisciplinaridade, da extensão e pesquisa como</p>	<p>Fundamentos da Atividade Curricular de Extensão (ACEx); Integração dos conhecimentos científicos e tecnológicos com a realidade local; Observação das necessidades da comunidade; Aplicação dos conhecimentos em situações reais.</p>

		elemento educativo, bem como de problematização e contextualização, de integração ao mercado de trabalho, de capacidade de trabalho em equipe, autônoma e empreendedora.	
Tecnologia em Produção Publicitária / Gestão de marcas	Tecnólogo	Conceber marcas (manual de identidade e suas aplicações). Desenvolver estratégias mercadológicas para criação, apresentação e/ou reposicionamento de marcas	Gestão da marca. Conceitos e definições. Elementos visuais e componentes da marca. Evolução das marcas. Branding equity. Branding. Branding sensorial. Estratégias e posicionamentos; Ações de marketing voltadas à marca
Empreendedorismo		Formar discentes com habilidades para empreender, capazes de gerar emprego e renda, que interajam com o ecossistema empreendedor com propostas inovadoras e criativas.	Conceitos de empreendedor e empresário; Características empreendedoras; Propósito; Tipos de constituição de empresas: Microempreendedor Individual, Microempresa, pequena, média e grande empresa; Empreendedorismo tradicional e digital; Tipos de Inovação; Startups; principais conceitos do universo das startups; Plano de negócios; Canvas; Gestão financeira da pessoa física e jurídica; Precificação de produtos e serviços; Investidores. Conceitos e práticas de sucesso em Economia Criativa, Economia Colaborativa, Economia Circular.

Fonte: Elaboração própria (2024).

*Disciplina extinta

No quadro 6, observou-se que nos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, comportam em sua grade curricular a disciplina de Empreendedorismo. Já o curso de Tecnologia em Alimentos apresenta a disciplina de Empreendedorismo, e nos cursos de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema a disciplina

apresentada é a de Empreendedorismo em tecnologia da informação. No curso de Tecnologia em Processos Químicos, a disciplina de Gestão e Empreendedorismo foi substituída por atividade curricular de extensão. Por fim, o curso de Produção Publicitária inclui em sua grade curricular a disciplina de Gestão de Marcas e Empreendedorismo.

Pode-se observar que, na maioria dos cursos, onde os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) foram previamente analisados, as disciplinas de empreendedorismo são oferecidas, contudo, em nenhum dos cursos em análise há disciplinas diretamente relacionadas ao tema de Propriedade Intelectual.

A amostra da pesquisa, composta por alunos do 3º período, demonstrou uma clara valorização da Propriedade Intelectual (PI) na esfera teórica. No entanto, a análise documental dos projetos pedagógicos dos cursos indicou uma lacuna significativa no aprofundamento prático do tema. Diante dessa constatação, é possível inferir que os resultados não seriam substancialmente diferentes se a pesquisa fosse estendida a alunos de períodos mais avançados. A falta de disciplinas dedicadas a conteúdos práticos de PI sugere que essa deficiência de conhecimento é uma constante ao longo de toda a grade curricular, afetando estudantes em diferentes fases do curso

8 PRODUTO TÉCNICO/ TECNOLÓGICO

O produto técnico/tecnológico desenvolvido a partir da pesquisa foi um material didático, no formato de videoaulas, com conteúdo introdutório sobre propriedade intelectual. As videoaulas receberam o título de “*Crie, proteja e inove: material didático sobre propriedade intelectual*”, com o objetivo de estabelecer a identidade do material e possibilitar seu futuro registro.

Considerando a importância de verificar a adequação, a clareza e a aplicabilidade do material, tornou-se necessária a realização de um estudo de validação, que permita avaliar sua pertinência e potencial de uso em contextos educacionais. A validação visa não apenas atestar a qualidade técnica e pedagógica do produto, mas também fornecer subsídios para seu aperfeiçoamento, de modo a maximizar seu impacto na formação dos usuários.

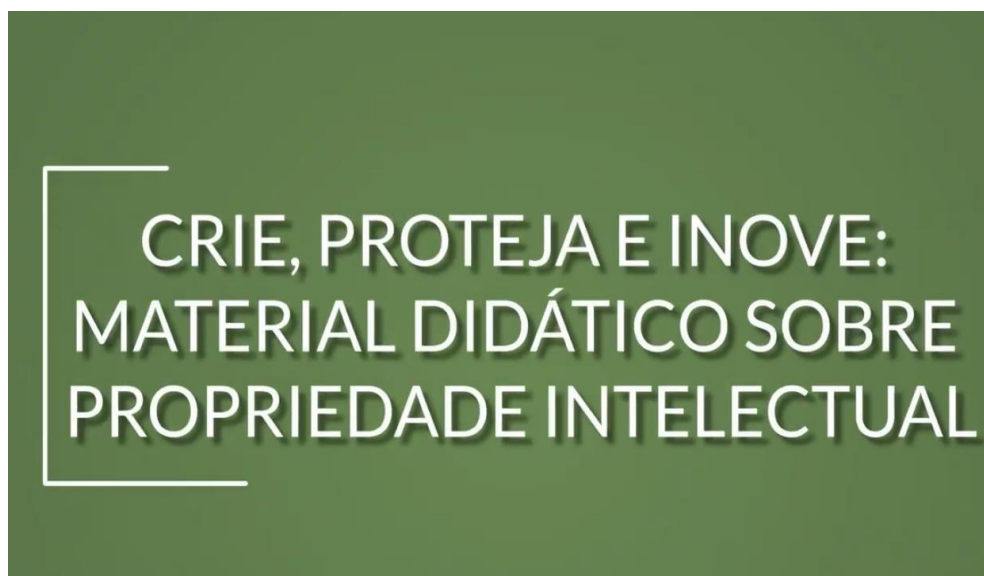
8.1 Apresentação do material

Os vídeos estão disponíveis no canal do YouTube <https://www.youtube.com/@BibliotecaIFAMCMC> da biblioteca CMC – Campus Centro.

Esta versão dos vídeos está dividida em 4 módulos: Apresentação; Direitos autorais e ambiente digital; Propriedade industrial; Proteção *Sui generis*.

A Figura 6 mostra a tela inicial do primeiro módulo do material.

Figura 6 – Tela inicial



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

8.2 Avaliação do material didático desenvolvido

A avaliação do material didático envolveu o público-alvo do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do 4º período do IFAM – Campus Manaus Centro. Para a coleta de dados, utilizou-se a ferramenta do *Google Forms* para elaboração do instrumento para o qual foi empregada a escala Likert para mensurar as respostas, sendo dispostas as variáveis para a primeira pergunta: ‘muito ruim’, ‘ruim’, ‘razoável’, ‘bom’ e ‘muito bom’, e para a segunda pergunta: ‘muita inadequada’, ‘inadequada’, ‘medianamente adequada’, ‘adequada’ e ‘muita adequada’. Além disso, foram incluídas cinco questões abertas para sugestões.

A Tabela 5 apresenta a distribuição das respostas referente à primeira pergunta, que aborda sobre o conteúdo e a metodologia empregada para o desenvolvimento do material didático.

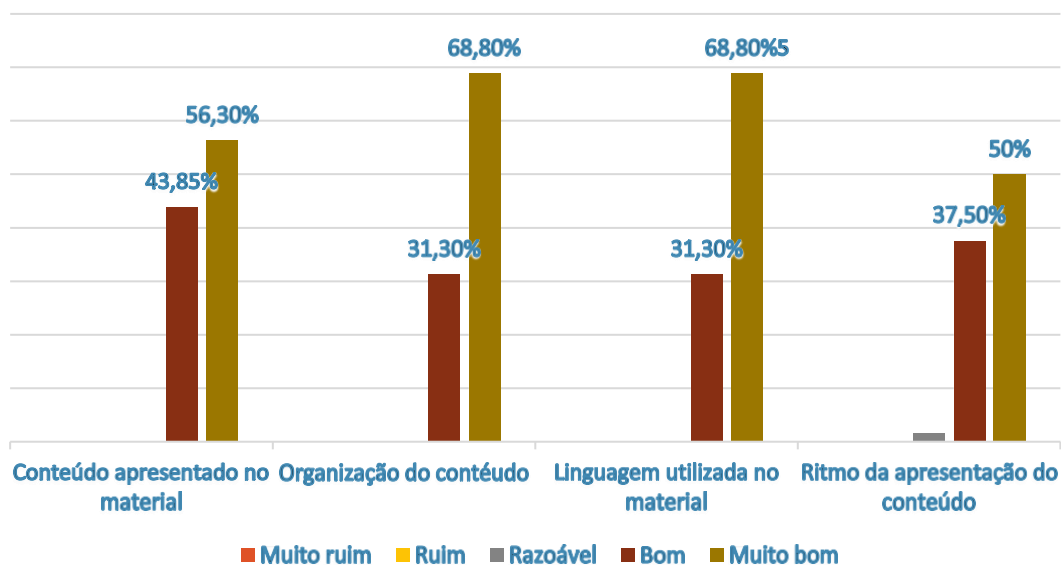
Tabela 5 – Avaliação do conteúdo, linguagem e ritmo.

Perguntas	Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom
Como avalia o conteúdo apresentado no material				7	9
Em relação organização do conteúdo				5	11
Quanto a linguagem utilizada no material				5	11
Como avalia o ritmo de apresentação do conteúdo			2	6	8

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O Gráfico 7 apresenta a consolidação das respostas às quatro perguntas relacionadas ao conteúdo e metodologia do material didático.

Gráfico 7 – Avaliação do conteúdo e metodologia.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Do disposto no Gráfico 7, é possível conduzir as seguintes análises para cada questão disposta no instrumento de coleta de dados.

Q1 – Avaliação do conteúdo apresentado no material

Em relação ao conteúdo que foi apresentado no material, observou – se que a maioria dos respondentes (56%), avaliou como *muito bom*, enquanto que (43%) o classificaram como *bom*. Combinando as respostas, quase 99% consideraram o conteúdo do material apresentado adequado, consolidando o objetivo de comunicar a mensagem de forma clara e eficaz.

Q2 – Organização do conteúdo

No que diz respeito a organização do conteúdo, constata-se que (68%) dos participantes avaliaram como *muito boa*, e (31,3%) consideram *bom*. Esses dados mostram que, que a estrutura, a sequência dos tópicos e a clareza foram percebidas como excelentes, facilitando a compreensão e o aprendizado para a vasta maioria do público. E que, embora o material tenha sido concebido como uma introdução à propriedade intelectual, foi extremamente bem-sucedido em seu propósito.

Q3 – Linguagem utilizada no material

Sobre a linguagem utilizada no material, (68%) dos respondentes consideraram *muito boa*, ao passo que (31,3%) avaliaram como *bom*. Esse resultado sugere que o conteúdo foi comunicado de forma acessível e eficaz, com linguagem adequada sem jargões técnicos excessivos, o que propiciou uma melhor assimilação do tema.

Q4 – Ritmo de apresentação do conteúdo

Quanto ao ritmo das apresentações, (50%) dos respondentes o avaliaram como *muito bom*, (37,5%) como *bom* e (12,5%) o classificaram como *razoável*. Os resultados mostram que o ritmo das apresentações foi bem-sucedido para a grande maioria do público. No entanto, o feedback de que o ritmo foi apenas "razoável" para uma pequena parte dos participantes aponta para a possibilidade de que o ritmo possa ser ajustado para atender melhor a todos. É possível que alguns tenham achado a apresentação muito rápida ou muito lenta, dependendo de seu nível de conhecimento prévio sobre o tema.

Na Tabela 6, é apresentada a compilação da segunda pergunta que aborda o design e a usabilidade das videoaulas, a experiência de uso em relação à interface, a navegação e a experiência geral de uso.

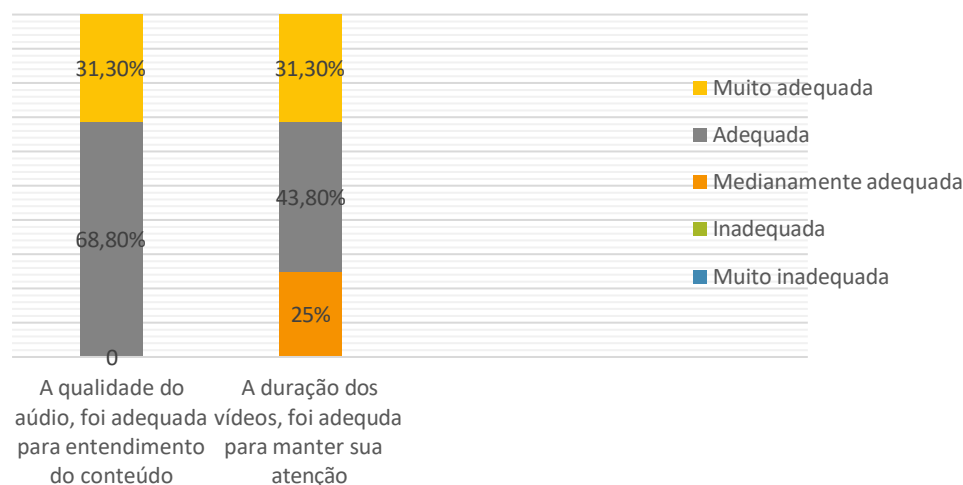
Tabela 6 – Design e Usabilidade do material.

Perguntas	Muito inadequada	Inadequada	Medianamente adequada	Adequada	Muito adequada
A qualidade do áudio das videoaulas, foi adequada para o entendimento do conteúdo				11	5
A duração dos vídeos, foi adequada para manter sua atenção			4	7	5

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O Gráfico 8 sintetiza às respostas relacionadas ao design e a usabilidade do material didático.

Gráfico 8 – Design e usabilidade do material.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Do disposto no Gráfico 8, é possível conduzir as seguintes análises para cada questão disposta no instrumento de coleta de dados.

Q1 – Qualidade do áudio das videoaulas

No que se refere à qualidade do áudio, (31,3%) dos respondentes a consideram *muito adequada*, enquanto a maioria (68,8%) a avaliou como *adequada*. Esse resultado demonstra que os participantes não tiveram problemas com a clareza do som, volume ou qualquer ruído, o que é um fator fundamental para garantir a absorção do conteúdo e o sucesso da apresentação.

Q2 – Duração dos vídeos

Para (31,3%) dos respondentes a duração dos vídeos é muito adequada, sendo para (43,85 %) consideraram adequada e (25%) medianamente adequada. Embora a maioria tenha aprovado a duração, o percentual de (25%) que a achou apenas "medianamente adequada" merece atenção. Isso aponta para a necessidade de um ajuste fino no ritmo ou no tempo dos vídeos, buscando um equilíbrio que atenda melhor a todos os perfis de estudantes e garanta que o conteúdo seja consumido de forma mais eficiente.

A fim de analisar a visão dos discentes sobre o material didático, foram propostas cinco questões abertas de resposta opcional. As análises foram divididas por categorias consideradas mais importantes. Para análise das respostas, foram utilizadas tabelas como recursos para sistematização dos dados, dividida em categorias, descrição, as principais respostas acompanhadas de frequências do número de respondente.

Q1 – Incentivo a reflexão e/ou a aplicação prática do conhecimento

A Tabela 7 representa respostas à primeira pergunta, resumidas em três categorias principais.

Tabela 7 – Representação das respostas à primeira pergunta

Categoria	Descrição	Respostas	Frequência	%
Confirmação simples	Respostas afirmativas diretas e objetivas	Sim", "Sim, com certeza", "Sim, incentiva", "Definitivamente sim"	12	75%
Ênfase na reflexão	Destacam que o produto promove reflexão sobre temas importantes	"Sim, coloca em questão tópicos importantes que não são do conhecimento de todos"	2	12,5%
Ênfase na aplicação prática	Mencionam diretamente a relação com aplicação prática	"O produto incentivo ambos", "Aborda de maneira expositiva como a Propriedade Intelectual é importante"	2	12,5%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

É possível visualizar que a maioria a maioria (75%) utilizou respostas diretas e objetivas, como "sim" ou "sim, incentiva", demonstrando aceitação clara da proposta do material. Esses dados confirmam que, embora os estudantes tenham pouca experiência prática prévia, o material apresentado serve como um estímulo importante. Ele não apenas introduziu o tema de forma acessível, como também foi capaz de inspirar e incentivar os estudantes a refletir sobre a aplicação real da propriedade intelectual em suas carreiras, um passo fundamental para preencher a lacuna entre teoria e prática.

Q2 – Sugestões

A Tabela 8 apresenta quatorze respostas, organizadas em cinco categorias previamente identificadas no processo de análise.

Tabela 8 – Dinâmica e recursos.

Categoria	Descrição	Respostas/Sugestões	Frequência	%
Nenhuma sugestão	Satisfação com o material atual	"Acho que está ótimo da forma que está"	8	57,15%
Melhorar a dinâmica e ritmo das aulas	Sugerem aulas mais envolventes ou com ritmo mais ágil.	"Melhorar o ritmo das aulas", "Talvez deixar a aula um pouco mais dinâmica", "A leitura é um pouco lenta"	3	21,43%
Inserção de recursos visuais e humanos	Aparecer alguém explicando e exemplos práticos	"Colocar uma pessoa aparecendo e explicando de forma dinâmica com situações e exemplos reais"	1	7,14%
Atividades para fixação	Inclusão de exercícios	"Perguntas e respostas curtas para testar o entendimento"	1	7,14%
Acessibilidade	Legenda para melhor compreensão na apresentação	"Colocar legenda no vídeo de apresentação"	1	7,14%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A maioria dos respondentes (57,15%) afirmou não ter sugestões de melhoria ou declarou satisfação com o material, enquanto (43%) sugeriram mais dinâmica e fluidez na apresentação dos vídeos. Essa análise revela que mesmo a maioria não ter sugestões, para (43%) dos respondentes é necessário melhorar a dinâmica dos vídeos, essas sugestões de aumentar o dinamismo e a fluidez nos vídeos representam uma excelente oportunidade para otimizar ainda mais o material, transformando uma apresentação mais atrativa para o público-alvo.

Q3 – Melhorias

As principais categorias extraídas das treze respostas obtidas estão na Tabela 9.

Tabela 9 – Melhorias

Categoria	Descrição	Respostas/Sugestões	Frequência	%
Nenhuma sugestão de melhoria	Respostas que indicam satisfação com o material	"Não, pois consideraram o material muito bom"	8	61,55%
Qualidade do áudio	Sugestões de ajuste técnico no som ou correção de ruídos	"Melhorar o áudio", "Último vídeo com áudio fraco", "Ruídos em alguns momentos"	2	15,38%

Melhoria na dinâmica e ritmo	Sugestões para tornar as aulas mais ágeis e envolventes	“Deixar a aula mais dinâmica”, “Melhorar o ritmo da leitura”	2	15,38%
Atividade de fixação	Inclusão de perguntas curtas para reforçar o conteúdo	“Perguntas e respostas curtas para testar o entendimento”	1	7,69%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Nessa categoria (61,55%) dos respondentes indicaram satisfação com o material. Os que apresentaram sugestões de melhorias (38,45%). As sugestões apresentadas destacaram preocupação com a dinâmica e fluidez das videoaulas, apontando ritmo lento ou pouca interatividade. Com base nos dados, é possível observar que uma parcela dos respondentes expressa preferência por vídeos mais dinâmicos e interativos como forma de assimilação do conteúdo.

Q4 – Pontos fortes

De quinze respostas obtidas sobre os pontos fortes do material didático estão sintetizadas na Tabela 10.

Tabela 10 – Pontos Fortes

Categoria	Descrição	Respostas	Frequência	%
Clareza e simplicidade na linguagem	Linguagem clara, acessível e direta, facilitando a compreensão	“Linguagem clara e acessível”; “A explicação de forma simples e direta”	5	33,35%
Objetividade e duração adequada	Apresentações diretas, curtas e sem excessos	“Vídeos rápidos e direto ao ponto”; “Curta duração”; “Material objetivo e sucinto”	4	26,66%
Organização e estrutura	Boa divisão dos tópicos, sequência lógica e exemplos contextualizados	“Boa divisão dos tópicos”; “Material direto e bem organizado”	3	20%
Conteúdo rico e relevante	A profundidade e a quantidade de informações apresentadas	“Material excelente, rico em conteúdo”; “Muito conhecimento a ser consumido”	2	13,33%
Recursos didáticos	Uso de narração, imagens e legendas como apoio	“Apresentação com narração, fotos e legendas”	1	6,66%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A categoria mais recorrente foi clareza e simplicidade na linguagem, com (33,35%) das respostas, seguida de objetividade e duração adequada (26,66%) e

organização e estrutura (20%). Nesse caso, a partir dos dados apresentados indicam acreditamos que a maioria dos respondentes preza por uma linguagem simples, uma apresentação dinâmica e objetiva, e também consideram importante a objetividade e duração adequada dos vídeos.

Q5 – Pontos fracos

A Tabela 11 sistematiza treze respostas distribuídas em cinco categorias.

Tabela 11 – Pontos fracos

Categoria	Descrição	Respostas	Frequência	%
<i>Nenhum ponto fraco percebido</i>	Discentes que afirmaram não ter identificado fragilidades	“Nenhum”, “Não há”, “Não consegui identificar”, “Até agora não tem pontos fracos”	6	46,2%
<i>Questões técnicas (áudio/slide)</i>	Referências a problemas de som, excesso de texto ou qualidade visual	“Questão técnica, como áudio e slide”, “Talvez muitos textos”	2	15,38%
<i>Estilo de apresentação</i>	Comentários sobre a ausência de apresentador ou cenário real.	“Poderia aparecer a pessoa explicando”, “Falta de um cenário real pode causar distração”	2	15,38%
<i>Duração dos vídeos</i>	Observações sobre o tempo das videoaulas	“O 3º vídeo parece muito longo”, “Duração das aulas”	2	15,38%
<i>Não sabe opinar</i>	Respostas que indicam dúvida ou indecisão	“Não sei dizer”	1	7,66%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Embora a maioria dos respondentes (46,2%) não tenha identificado pontos fracos no material, (30,76%) destacaram questões técnicas e a duração dos vídeos como pontos a serem revisados. Com base nos dados, as questões técnicas e a duração dos vídeos, apontadas como sugestões de melhoria, representam oportunidades claras para a otimização do material.

9 IMPACTOS

Espera-se que o produto técnico/tecnológico resultante deste estudo contribua para a disseminação da temática em Propriedade Intelectual para os alunos da graduação do IFAM – *Campus* Manaus Centro. A partir desse conhecimento, espera-se também um estímulo maior por parte dos estudantes e futuros profissionais em desenvolverem processos criativos e protegê-los, visando obter retorno financeiro pelos seus esforços, tanto para os discentes quanto para a própria instituição.

10 ENTREGÁVEIS DE ACORDO COM OS PRODUTOS DO TCC

- ✓ **APÊNDICE A** - Matriz de SWOT (FOFA)
- ✓ **APÊNDICE B** - Modelo de Negócio CANVAS
- ✓ **APÊNDICE C** - Artigo Científico em avaliação
- ✓ Texto Dissertativo no formato mínimo do PROFNIT Nacional
- ✓ **APÊNDICE F** - Produto técnico/tecnológico Material didático sobre Propriedade Intelectual “*Crie, proteja e inove: material didático sobre Propriedade Intelectual*”.
- ✓ **ANEXO C** - Comprovante de submissão/publicação do artigo
- ✓ **ANEXO D** – Comprovante de entrega ao demandante

11 CONCLUSÃO

A questão central que impulsionou esse estudo foi identificar o que os alunos da graduação do Campus Manaus Centro do IFAM sabem sobre Propriedade Intelectual. Por entender que os alunos dos cursos selecionados na pesquisa desenvolvem algum tipo de produto e serviço em sua jornada acadêmica, o objetivo geral da pesquisa buscou identificar o nível de conhecimento sobre a temática de Propriedade Intelectual e identificar a existência da oferta de disciplina na formação.

Para responder ao problema de pesquisa e alcançar os objetivos dos estudos, a coleta de dados se deu por meio de análise de documentos oficiais da instituição e aplicação de questionários com os discentes do 3º período dos cursos previamente selecionados.

Para o primeiro objetivo da pesquisa, foi realizado um levantamento de perfil para identificar os cursos de nível superior com maior relevância para o tema.

Para atingir o segundo objetivo da pesquisa, foi feita a análise no Plano de Desenvolvimento Institucional e nas ementas dos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Em seu plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) o IFAM afirma seu compromisso no desenvolvimento das competências para impulsionar a inovação tecnológica em todos os níveis de ensino, porém em relação aos resultados encontrados na análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, observa-se que, entre as ofertas de disciplinas, o curso de Tecnologia em Produção Publicitária destaca-se por incluir não só a disciplina de *Empreendedorismo*, mas também a de Gestão de marcas. Nos demais cursos, a abordagem é restrita à disciplina de *Empreendedorismo* direcionada à área de atuação, sendo possível identificar uma lacuna significativa em relação à temática de Propriedade Intelectual. Essa constatação permitiu direcionar a produção do material didático.

O estudo escolhido como basilar para direcionar o primeiro objetivo da pesquisa foi o *Student Attitudes Towards Intellectual Property*, que por meio da adaptação à realidade dos discentes do IFAM – Campus Manaus Centro, possibilitou o desenvolvimento de uma estrutura mais adequada para a abordagem dos temas essenciais. A adaptação do questionário permitiu atingir o quarto objetivo, sendo possível identificar o nível de conhecimento dos alunos em Propriedade Intelectual (PI), bem como a relevância da temática para o futuro de suas carreiras profissionais, atingindo assim o terceiro objetivo.

Com a análise estatística descritiva simples realizada a partir das respostas ao questionário foi possível traçar um panorama abrangente sobre o perfil e o nível de familiaridade dos estudantes com o tema da propriedade intelectual. Observou-se que a maioria dos respondentes são jovens, possivelmente por serem de cursos da área tecnológica, a predominância das respostas foi majoritariamente do gênero masculino.

Embora os dados revelem certo desconhecimento ou neutralidade em relação a conceitos específicos como patentes, marcas e desenho industrial, também se constatou um reconhecimento expressivo da importância da propriedade intelectual para a formação acadêmica e para o futuro profissional. Além disso, ainda que muitos estudantes tenham tido pouco ou nenhum contato prático com o tema, uma parcela significativa declarou já ter escutado sobre ele em algum momento, mesmo que de forma esporádica.

Em vista do objetivo geral proposto para a pesquisa para examinar o nível de conscientização dos alunos de graduação do IFAM – *Campus* Manaus Centro, sobre a temática Propriedade Intelectual e identificar a existência da oferta de disciplinas na formação, destaca que resultados indicam a necessidade e a oportunidade de fortalecer a inserção da temática da Propriedade Intelectual não só nos currículos dos cursos superiores, mas também sendo necessário a busca de outras alternativas para abordar o assunto. Tal medida contribuiria para uma formação mais completa, preparando melhor os alunos para lidar com os desafios e exigências do mercado de trabalho contemporâneo, em que o conhecimento e a inovação são ativos cada vez mais valiosos e protegidos.

A criação de um material didático em forma de videoaulas atende ao quinto objetivo da pesquisa, o material apresenta um conteúdo introdutório sobre PI trazendo exemplos práticos e dinâmicos, contribuindo assim com a disseminação da abordagem entre os alunos do ensino superior do IFAM.

O material foi submetido à avaliação na turma do 4º período do curso de Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas na disciplina de Administração e Programação de Banco de Dados, sendo bem aceito pelo público-alvo que efetuou sugestões de melhorias que não comprometem a usabilidade ou objetivo final.

Os dados revelaram uma avaliação majoritariamente positiva sobre o produto sendo os aspectos mais valorizados: clareza, objetividade, organização do conteúdo e o uso de recursos de multimídia. Segundo Cerigatto e Machado (2018, p. 165) “o vídeo pode ser uma ótima estratégia para introduzir um assunto que será abordado

em sala de aula e também pode ser utilizado para significar o conteúdo”. O formato do material em vídeo demonstrou ser um diferencial positivo para assimilar informações de maneira mais eficaz, conteúdos apresentados nesse formato facilitam a assimilação, promovendo maior autonomia ao aluno (Moran, Masetto e Behrens, 2000).

O material didático pode ser acessado por meio do canal no Youtube da biblioteca do IFAM – Campus Manaus Centro no link; <https://www.youtube.com/@BibliotecaIFAMCMC>.

Os resultados desta pesquisa, embora restritos a um público específico (alunos do 3º período), servem como um importante ponto de partida para reflexões mais amplas. Os dados coletados revelam uma lacuna na formação em propriedade intelectual, algo que se torna ainda mais crítico em cursos de base tecnológica.

O estudo sugere que é fundamental que a instituição priorize a inclusão de conteúdos de PI já nos períodos iniciais da graduação. Essa medida não só fortalece o conhecimento teórico dos alunos, mas também os prepara para os desafios práticos do mercado de trabalho, onde a proteção e valorização de inovações são essenciais.

A pesquisa me permitiu ir além da minha atuação rotineira e obter uma visão panorâmica sobre o ensino de propriedade intelectual (PI) no local que atuo. Antes, meu apoio aos estudantes sobre o tema era mais pontual; agora, tenho uma compreensão mais profunda das lacunas e necessidades deles. Com esse conhecimento, sinto que posso aprimorar meu papel, oferecendo um suporte mais direcionado e efetivo quando me procuram. Isso me motiva a ser uma ponte mais sólida entre o conhecimento teórico e a aplicação prática, contribuindo de maneira mais significativa para as pesquisas dos discentes.

12 PERSPECTIVAS FUTURAS

Considerando que a pesquisa foi conduzida somente com discentes da graduação e de um determinado período, a sugestão para futuros estudos seria ampliá-la para incluir também alunos em períodos mais avançados, e para discentes da pós-graduação.

Tendo em vista, que o material apresentado trata de noções introdutórias da propriedade intelectual, e com a ampla abrangência que o tema apresenta, abrem-se inúmeras possibilidades para uma exploração mais completa dos tópicos de propriedade intelectual, também em formato de videoaulas que permite a contínua e dinâmica disseminação da temática.

REFERÊNCIAS

AMORIM-BOHER, M. B. et al. **Ensino e Pesquisa em Propriedade Intelectual no Brasil**. Revista Brasileira de Inovação, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 208-310, 2007.

AYTY – Incubadora de Empresas do IFAM. Negócios em movimento. Manaus: PROEX- IFAM. 11 p.

ARAUJO, E. F.; BARBOSA, C. M. QUEIROGA, E. dos S.; ALVES, F. A. Propriedade Intelectual: proteção e gestão estratégica do conhecimento. Revista Brasileira de Zootecnia, v. 39, p. 1-10, 2010. Suplemento especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbz/a/qvhFGsx5DspdgdHZkRSv9pf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 jun. de 2024.

BALTAZAR, L.F; VILHA, A.M; FERREIRA, F.D; CHINELLATO, A.C; VIDOTTI, S. E; RODRIGUES, R. C. Patentes como fonte de informação tecnológica para subsídio à pesquisa: uma análise amostral da Universidade Federal do ABC. **Caderno de Prospecção**, 10(4), p. 681-695, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/23208>. Acesso em: 11 abri. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília, DF, Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Lei n. 10.973 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.973.htm. Acesso em: 11 abri. 2023.

BRASIL. Lei n. 9.456, de 25 de abril de 1997. Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19456.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a criação dos Institutos Federais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-

2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 05 abri. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/ept/rede-federal>. Acesso em: 08 abri. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/guia-basico>. Acesso em: 24 mar. 2024.

CAMPOS, **Gilson Ribas de. Análise sobre o ensino de empreendedorismo e a geração de inovação na UNICENTRO**. 2019. 49 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação). Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCEN_59fd337c5be4ebc59efac6c18a355568. Acesso em: 6 fev. 2025.

CASADO FILHO, Petrúcio Lopes. A importância do estudo do Direito da Propriedade nas universidades brasileiras. **Revista Caderno Pedagógico**. Curitiba, v. 21, n. 8, p. 01-13. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/6687>. Acesso em: 20 set. 2024.

CERIGATTO, Pícaro M.; MACHADO, Guidotti V. **Tecnologias digitais na prática pedagógica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. pág.165. ISBN 9788595028128. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595028128/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

CHAGAS, E. N.; MUNIZ, J. N. **Propriedade intelectual e pesquisa**. Viçosa, MG: UFV, 2006. 139 p.

CORRÊA, João Tanan. **A cultura da propriedade intelectual em cursos de Design nas instituições de ensino superior da grande Florianópolis**. 2020. 59 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215964>. Acesso em: 10 fev. 2025

DIAS, Fabrícia Ribeiro. **Habilidades e competências para a inovação tecnológica: proposta de materiais e métodos para produção de plano de ensino e guia de capacitação em propriedade intelectual**. 2018. 65 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/34720>. Acesso em: 6 fev. 2025.

FARIA, Adriana Xavier de. **O Ensino da Propriedade Intelectual nos Cursos de Graduação do Brasil: Razões e Proposições**. 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado

Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/academia/arquivo/arquivos-biblioteca/FARIAAdrianaXavier2011.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

FERREIRA, P. S.; MACHADO, R. P.; LIMA, A. DE L.; VIEIRA, E. S. F. M. Força de trabalho e capital intelectual no contexto da educação profissional, científica e tecnológica no Brasil. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 13, n. 27, p.1-23, 2017. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2916/3328>. Acesso em: 10 abr. 2024.

FERREIRA, V.B. Políticas públicas para fomento científico, tecnológico e de inovação. In: E-Science e políticas públicas para ciência, tecnologia e inovação no Brasil [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 31-55. ISBN: 978-85-232-1865-2. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/bc84k/pdf/ferreira-9788523218652-04.pdf>. Acesso em: 3 de maio 2024.

FREIRE, V. M. V.; CARVALHO, J. M. de. Propriedade Intelectual para Inovação: percepções e perspectivas em uma escola profissionalizante. **Cadernos de Prospecção**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 414, 2021. DOI: 10.9771/cp.v14i2.36965. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/36965>. Acesso em: 18 fev. 2025.

FUJITA, A. T.; MATA, J. F da.; SOUSA, L. C. A gestão da propriedade intelectual nas instituições públicas de ensino superior mineiras. **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior**. (Campinas), v. e023025, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/QGp4NzzrJRv9RPg8g5Ymr8C/>. Acesso em: 6 fev. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS. Plano de Desenvolvimento Institucional: 2019-2023. Manaus: PRODIN, 2019b. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/diretorias-sistemicas/institucional/menu-dpdi/plano-de-desenvolvimento-institucional-1>. Acesso em: 10 abr. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS. Campus Manaus Centro. Departamento de Infraestrutura. **Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Civil**. Manaus: DAINFRA, 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS. Campus Manaus Centro. Departamento de Processos Industriais. **Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Mecânica**. Manaus: DPI, 2020. Disponível em: https://sig.ifam.edu.br/sigaa/public/departamento/documentos.jsf?lc=pt_BR&id=361. Acesso em: 3 de maio 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS. Campus Manaus Centro. Departamento Acadêmico de Química, Ambiente e Alimentos. **Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia e Alimentos**. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/cmc/diretorias/ensino/diretoria-de-ensino/cursos-1/graduacoes/tecnologia-em-alimentos/alimentos>. Acesso em: 3 de maio 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS. Campus Manaus Centro. Departamento Acadêmico de Química, Ambiente e Alimentos. **Projeto Pedagógico do Curso de tecnologia em Processos Químicos**. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/cmc/diretorias/ensino/diretoria-de-ensino/cursos-1/graduacoes/tecnologia-em-processos-quimicos/processos-quimicos>. Acesso em: 3 de maio 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS. Campus Manaus Centro. Departamento Acadêmico de Informação e Comunicação. **Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema**. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/cmc/diretorias/ensino/diretoria-de-ensino/cursos-1/graduacoes/tecnologia-em-analise-e-desenvolvimento-de-sistemas/analise-e-desenvolvimento-de-sistemas>. Acesso em: 3 de maio 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS. Campus Manaus Centro. Departamento Acadêmico de Informação e Comunicação. **Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Produção Publicitária**. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/cmc/diretorias/ensino/diretoria-de-ensino/cursos-1/graduacoes/tecnologia-em-producao-publicitaria/tecnologia-em-producao-publicitaria>. Acesso: 3 de maio 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2016. p. 25- 43.

GIMENEZ, A. M. N.; BONACELLI, M. B. M.; CARNEIRO, A. M. The Challenges of Teaching and Training in Intellectual Property. **Journal of Technology Management & Innovation**, Santiago, Chile, v. 7, n. 4, p. 176–188, 2012. DOI: 10.4067/S0718-27242012000400014. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-27242012000400014. Acesso em: 24 out. 2024.

JUNGSMANN, Diana de Mello. **A caminho da inovação: proteção e negócios com bens de propriedade intelectual: guia para o empresário**. Brasília: IEL, 2010. 125 p.

KRETSCHMANN, Ângela. Para um bom gerenciamento da Propriedade Intelectual nas Universidades. **Revista de Propriedade Intelectual Direito Contemporâneo e Constituição**, v. 3, n. 5, p. 385-406, 2014. Disponível em: <http://www.pidcc.com.br/br/capa/2012-10-31-19-03-58/edicao-05-2014>. Acesso em: 3 de maio 2024.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. Barueri: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559770670. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. Ed. Campinas: Papirus, 2000.

MOURA, Mariluce. Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção

científica do Brasil. **Ciência na rua**. 11 abri. 2019. Disponível em: <http://ciencianarua.net/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>. Acesso em: 17 ago. 2024.

NATIONAL UNION OF STUDENTS. Student Attitudes Towards Intellectual Property. Londres: NUS, 2012. Disponível em: <http://ipaware.org/wp-content/uploads/2016/10/20121012-IP-report.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.

NOIA, Wallace Cássio. **Propriedade intelectual, empreendedorismo e transferência de tecnologia: proposta de inserção de disciplina em cursos da UESC**. 2020. 180 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação). Disponível em: <https://profnit.org.br/wp-content/uploads/2021/08/UESC-WALLACE-CASSIO-NOIA-TCC.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2025.

OECD – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Oslo Manual 2018**: Guidelines for Collecting, Reporting and Using Data on Innovation. The Measurement of scientific, technological and innovation activities. 4th Edition. Paris; Luxembourg: Eurostat; OECD Publishing, 2018.

ORTEGA, A. C. da S.; RIBEIRO, M. de F. Incentivos fiscais às inovações tecnológicas no Brasil: uma análise a partir da Lei do Bem. In: **Revista de Direito Internacional Econômico e Tributário**. v. 17, n. 2, p. 150-177, 2022. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rdiet/article/view/13016>. Acesso em: 7 jun. 2024.

PEREIRA, J. M.; SANTOS, J. P. L. Gestão da inovação em Universidades e Institutos Federais do Nordeste: reflexos da adesão ao programa de mestrado em propriedade intelectual PROFNIT. **Revista Gestão em Análise**, Fortaleza, v. 11, n. 3, p. 25-38, set./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/gestao/article/view/4337>. Acesso em: 10 abr. 2024.

PIRES, E. A.; QUINTELLA, C. M. A. T. Política de propriedade intelectual e transferência de tecnologia nas universidades: uma perspectiva do NIT da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **HOLUS**, Salvador, ano 31, v. 6, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3600>. Acesso em 10 ago. 2024

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, D. S.; SANTOS, R. M. N. dos; OLIVEIRA, R. C. de. A Temática de Propriedade Intelectual como Parte da Formação dos Alunos dos Cursos Técnicos dos Institutos Federais da Região Norte. **Cadernos de Prospecção**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 51–68, 2023. DOI: 10.9771/cp.v16i1.50960. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/50960>. Acesso em: 8 fev. 2025.

ROCHA, A. da.; CONCEIÇÃO, G. L. S. da; SANTOS, J. L. de S.; ARTILES, R. C. F.; LIMA, S. H. de A.; SILVA, J. A. F. da. Formação profissional para o mundo do trabalho: o papel dos Institutos Federais. **Dossiê Temático: “A pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica: temas, abordagens e fontes”**. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6257/625772431006/html/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

SARAIVA, I. Z. .; BUTZEN, E.; MOREJON, C. F. M. Educação Empreendedora na Base da Inovação: análise de um Case de sucesso no empreendedorismo catarinense de base universitária. **Cadernos de Prospecção**, [S. l.], v. 12, n. 5, p. 1231, 2019. DOI: 10.9771/cp.v12i5.32188. Disponível em: <https://revbaianaenferm.ufba.br/index.php/nit/article/view/32188>. Acesso em: 18 jun. 2025.

SOUZA, J. dos S.; MARANHÃO, G. N. de A. O ensino da propriedade intelectual nas universidades públicas da região norte como fomento à cultura de inovação e empreendedorismo. **Desafios** - Revista Interdisciplinar Da Universidade Federal Do Tocantins, Tocantins, v. 11, n. 5, jul. 2024. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/16546>. Acesso em: 2 fev. 2025.

TINAO, E. S; IBÁÑEZ, A. D.; RIVERA, C. G.; RIVERA, A. P.; ENRIQUEZ, C. S. JESUS, A. O. De. Taking Intellectual Property Rights Seriously: Are We In or Out? (Phase 1: Intellectual Property Awareness Among Students and Faculty: Tracking Changing Attitudes and Awareness). *In* 4th International Research Conference on Higher Education. 2018. **Conference Paper**. KnE Social Sciences, pages 325–338.

TOMMASI, A. C.; JESUS JUNIOR, L. A. de.; MACHADO, G. J.C.; OLIVEIRA JÚNIOR, A. M. de. Ensino e pesquisa de propriedade intelectual no Brasil, *In*., ENCONTRO NORDESTINO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA, 8., 2015, Aracajú. **Anais** [...]. Aracajú, 2015. p. 493-489. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/301422622_ENSINO_E_PESQUISA_DE_PROPRIEDADE_INTELLECTUAL_NO_BRASIL. Acesso em: 10 set. 2024.

TOSTA, K. C. B. T.; SPANHOL, F. J.; TOSTA, H. T. Conhecimento, Universidade e Inovação: como se relacionam na geração de inovação baseada em conhecimento. **GUAL**, Florianópolis, v. 9, n. 3 p. 245-268, set. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/1662599/Downloads/Artigo-ConhecimentoUniversidadeeInovao.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2024.

TRENCEVA, T.; DENCHEV, S.; EFTIMOVA, S. The Attitude of the Bulgarian Students towards Intellectual Property in Digital Environment: a National Survey Results. *In*., INTERNATIONAL CONFERENCE NEW PERSPECTIVES IN SCIENCE EDUCATIONS, 4, 2015, Florence, New Perspectives in Science Educations, Floreice, Italy, 2015. Disponível em: <https://conference.pixel->

online.net/NPSE/files/npse/ed0004/PPT/1369-SEPI837-PPT-NPSE4.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

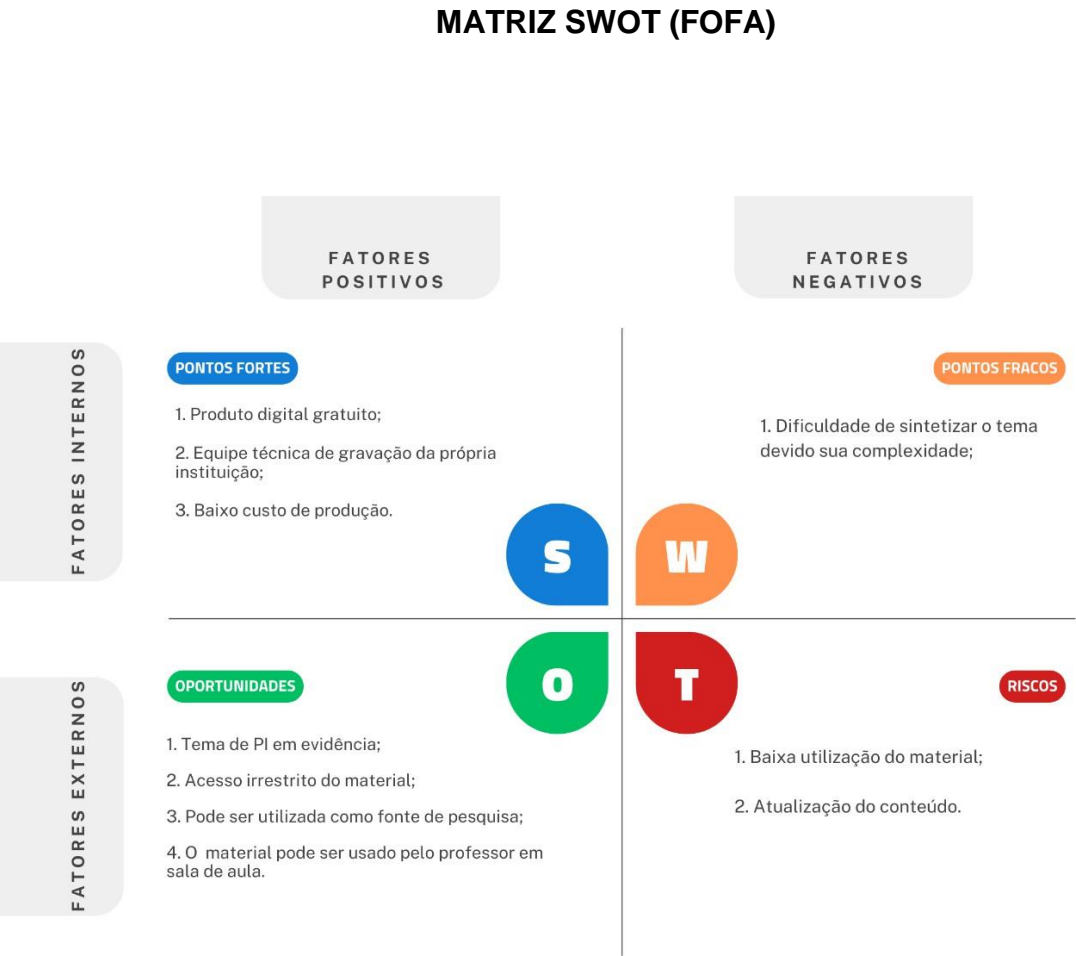
WIPO. O que é Propriedade Intelectual? Genebra: WIPO, 2020. ISBN 978-92-805-3226-5

WIPO – WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. O que é propriedade intelectual? Disponível em: <https://www.wipo.int/about-ip/en/>. Acesso em: 18 de mar. 2024.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

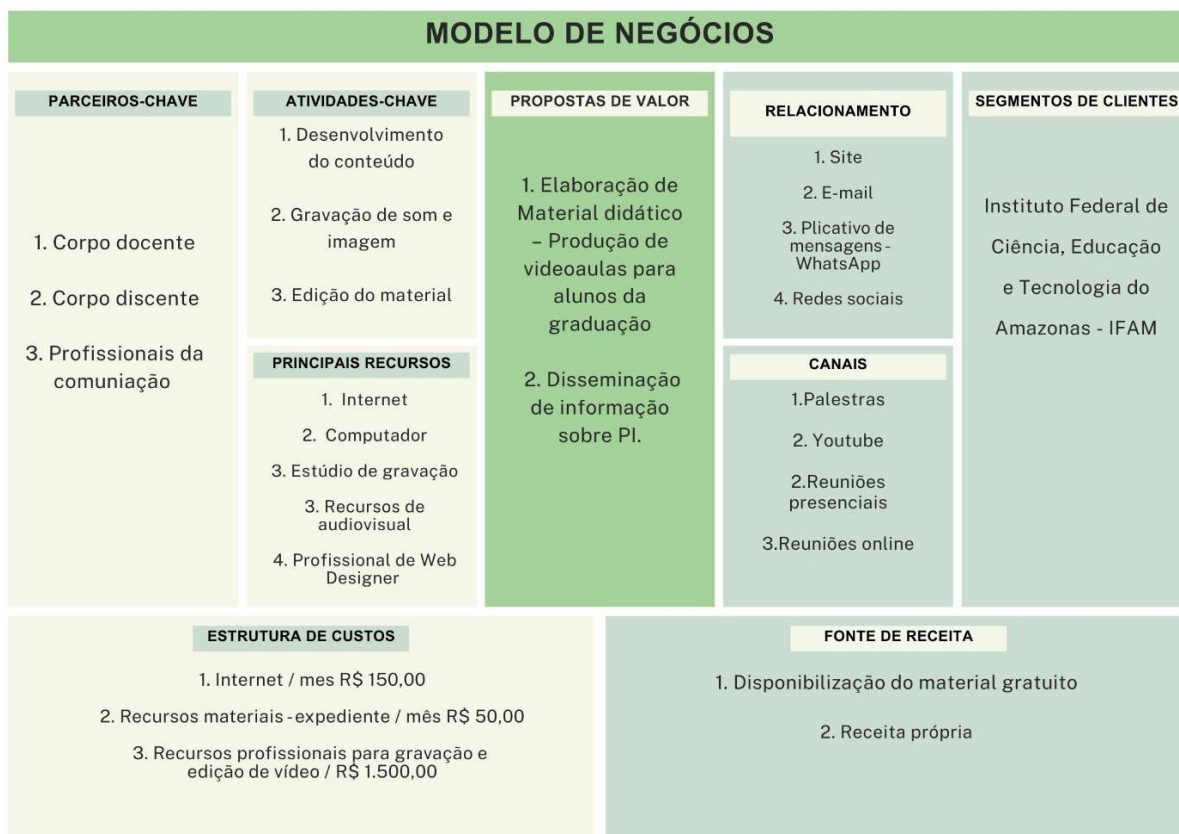
APÊNDICES

Apêndice A - Matrix FOFA (SWOT)



Apêndice B - Modelo de Negócio CANVAS

CANVAS



APÊNDICE C – Artigo submetido

VIDEOAULAS COMO FERRAMENTA PARA A DISSEMINAÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NA GRADUAÇÃO

Márcia Cristina Auzier Portilho¹

Célia Regina Simonetti Barbalho¹

¹Universidade Federal do Amazonas

RESUMO

Este artigo descreve os estudos que conduziram ao desenvolvimento de um material didático em formato de videoaulas como contribuição da disseminação da temática de propriedade intelectual. A pesquisa caracteriza-se como aplicada, com objetivos exploratório e descritivos e abordagem mista. Realizou-se um estudo com discentes de seis cursos da graduação com o objetivo de analisar o grau de conhecimento sobre propriedade intelectual. Os cursos de bacharelados e tecnólogos participantes da pesquisa foram escolhidos por apresentarem pesquisas que geram produtos e serviços passíveis de proteção. Foi realizada a análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos onde observou-se uma lacuna em relação a formação de PI na estrutura curricular. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, local da investigação, faz parte da Rede Federal de Ensino na educação superior e contribui sobremaneira na produção de conhecimento, tem o foco voltado para a educação tecnológica e aplicada, dimensionada para o desenvolvimento regional, interiorização e inclusão social. Conclui-se que embora os estudantes tenham pouco conhecimento sobre conceitos específicos de propriedade intelectual, como patentes e marcas, eles reconhecem a importância da PI para a carreira e a formação acadêmica.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual. Material Didático. Ensino Superior.

VIDEO CLASSES AS A TOOL FOR DISSEMINATING INTELLECTUAL PROPERTY IN UNDERGRADUATE EDUCATION

ABSTRACT

This article describes the studies that led to the development of didactic material in the form of video lessons as a contribution to the dissemination of the topic of intellectual property. The research is characterized as applied, with exploratory and descriptive objectives, and a mixed approach. A study was conducted with students from six undergraduate programs with the aim of analyzing their level of knowledge about intellectual property. The participating bachelor's and technological programs were chosen because they carry out research that generates products and services eligible for protection. An analysis of the Pedagogical Course Projects was carried out, which revealed a gap in the inclusion of intellectual property training in the curriculum structure. The Federal Institute of Education, Science and Technology of Amazonas, where the investigation took place, is part of the Federal Network of Higher Education Institutions and makes significant contributions to knowledge production. Its focus is on technological and applied education, oriented toward regional development, outreach, and social inclusion. The study concludes that although students have little knowledge of specific intellectual property concepts, such as patents and trademarks, they recognize the importance of IP for their careers and academic development.

Keywords: Intellectual Property. Teaching Material. Higher Education.

Área tecnológica: Propriedade intelectual. Tecnologia educacional. Universidade.

INTRODUÇÃO

No contexto atual, a propriedade intelectual (PI) e a inovação emergiram como tema de intensa discussão, especialmente em setores da sociedade com foco direcionado ao desenvolvimento social e econômico de nações. A inovação tecnológica é um motor essencial para o progresso, pois é por meio de novas soluções que ocorrem mudanças significativas em produtos e serviços. Essas mudanças têm sido realizadas pela humanidade desde os primórdios da civilização.

Segundo Ortega e Ribeiro (2022, p. 153) “dentro de um novo paradigma do processo inovativo, também chamado de modelo interativo de inovação, a tecnologia é tida como um fenômeno complexo, multidimensional” e, nesse novo modelo, é imprescindível a participação de vários atores.

Nesse contexto, no Brasil, a busca por um ecossistema de inovação robusto tem sido impulsionada por leis que visam promover avanços tecnológicos e científicos, facilitado pela interação entre academia e indústria. Ferreira (2018, p. 32), enfatiza que “os atores envolvidos nesta combinação, como as universidades e instituições de pesquisa, acolhem a ciência ao realizarem suas práticas, ao refutarem e/ou corroborarem os pressupostos vigentes”. Segundo Pereira e Santos (2022, p. 29), “as universidades brasileiras são reconhecidas por sua importância na geração de conhecimento e como elo importante para que o país não se distancie das tecnologias de ponta disponíveis nos países mais desenvolvidos”, ao passo que são também catalisadoras de conhecimento, formadoras de talentos e colaboradoras estratégicas para o setor produtivo.

As universidades públicas do Brasil, trazem em sua essência um diferencial no que se refere a geração de conhecimento, “concentram seus esforços em direção da criação de linhas de pesquisa que geram resultados como a produção de artigos científicos ou investigações sem aplicação industrial imediata” (Fujita; Mata; Sousa, 2023).

Além disso, essas mesmas instituições têm em seu ambiente a capacidade única de combinar teoria e prática, permitindo que ideias inovadoras sejam testadas e aplicadas em cenários reais.

Para Ferreira (2018, p. 36), “a comunidade científica constrói o conhecimento científico e devolve-o à sociedade como uma resposta aos questionamentos dessas oriundos”, sendo eles constantemente produzidos, modificados, transformados e impactados na sociedade. Algumas produções realizadas e desenvolvidas dentro dos ambientes acadêmicos possuem alto valor tecnológico e se transformam em inovações tecnológicas e consequentemente requerem proteção (Fujita; Mata; Sousa, 2023).

Neste contexto, vivenciado por constantes avanços tecnológicos, a formação em Propriedade Intelectual se faz necessária, posto que os discentes ingressarão no mercado de trabalho dinâmico, onde tais conhecimentos podem contribuir para se destacarem em seus futuros empregos e a lidarem com questões legais e éticas relacionadas à criação, proteção e inovação.

O conhecimento sobre propriedade intelectual permite que estudantes compreendam os mecanismos legais disponíveis para proteger suas criações, obras e marcas, incentivando a inovação e garantindo que os direitos dos criadores sejam respeitados. Para isso, é essencial inserir, ainda na academia, abordagens sobre a temática como forma de preparar os graduados não apenas para o desenvolvimento de suas pesquisas, mas também para uma atuação eficaz no mercado de trabalho, sendo a formação em propriedade intelectual justificável pela necessidade de capacitar os alunos a proteger e valorizar suas criações inovadoras.

Nesse cenário, também é importante o entendimento da proteção de suas próprias criações, bem como todas as questões legais, éticas da propriedade intelectual, garantindo assim o

reconhecimento por seus trabalhos e futuramente as devidas compensações provenientes de suas criações.

Deste modo, como forma de assegurar a proteção das ideias e criações provenientes das pesquisas, é necessário disseminar e promover a cultura da propriedade intelectual, bem como conscientizar sobre as formas de proteção das invenções, e a possibilidade do reconhecimento pelo esforço e retorno de investimento.

No sentido de fortalecer o ambiente da produção de conhecimento das instituições de ensino superior, Faria (2011) destaca que a introdução do ensino da propriedade intelectual nos cursos de graduação no Brasil buscou modificar o nível de percepção sobre o tema, ampliando as possibilidades de valorização do capital intelectual, além de promover a cultura de proteção das ideias inovadoras.

Com base nessa perspectiva, e buscando entender a realidade local de uma instituição de ensino, formulou-se a seguinte pergunta de pesquisa: o que os alunos da graduação do Campus Manaus Centro do IFAM sabem sobre Propriedade Intelectual?

A fim de responder à pergunta de pesquisa, foram elaboradas duas questões principais: 1) Como está apresentado o tema de propriedade intelectual na estrutura curricular nos cursos de bacharelados e tecnólogos do IFAM- Campus Manaus Centro? 2) Qual o grau de familiaridade dos alunos em relação a temática de propriedade intelectual, conhecimento prévio, e o nível de compreensão sobre a relevância da propriedade intelectual para o desenvolvimento e a prática na atuação profissional?

As instituições de ensino superior desempenham um papel de crucial na sociedade, tendo como missão histórica além de formar, contribuir para a consolidação e elevação do processo jamais acabado de construção da humanidade, sendo reconhecidas por gerar conhecimento e como elo importante para que o país não se distancie de outros países produtores de tecnologias de ponta (Pereira e Santos, 2022).

Elas também se caracterizam como um ambiente de geração de conhecimento, produção e inovação, e as universidades em suas particularidades constituem, também, um local de preservação do patrimônio da humanidade (Tosta, K.; Spanhol; Tosta, H., 2016).

A partir do acordo TRIPS, a necessidade de preparação de recursos humanos para o mercado com o foco em propriedade intelectual se tornou um fator estratégico para os países que buscam desenvolvimento econômico e tecnológico (Gimenez, Bonacelli e Carneiro 2012).

Como proposta da pesquisa conduzida com os alunos da graduação do IFAM – Campus Manaus Centro, tem-se a elaboração de um material didático em formato de videoaulas, desenvolvidas com o propósito de contribuir para a disseminação do conteúdo.

Para dimensionar o que foi prospectado, este artigo está estruturado em quatro partes: a primeira é a introdução; na segunda, é apresentada a metodologia; na terceira parte, os resultados e discussão; e na quarta, a conclusão.

METODOLOGIA

A propriedade intelectual (PI) tem um papel cada vez mais relevante para impulsionar o progresso e a inovação. Nesse contexto é primordial reconhecer a importância das instituições de ensino superior como local de contribuição de criação e inovação, cooperando assim para o desenvolvimento econômico e social de uma nação.

Por ser um tema de crescente relevância na atualidade, a propriedade intelectual nas instituições de ensino também tem sido muito discutida, principalmente por ser este um ambiente propício à criação, gerador de conhecimento e de alternativas técnicas/tecnológicas.

A pesquisa em questão foi conduzida tomando por base um estudo realizado no Reino Unido em 2012 com mais de 2.000 da educação intermediária (*further education*) e do ensino superior (*higher education*) que investigou a consciência e aspirações desses alunos em relação à propriedade intelectual, buscando também compreender de que forma o conhecimento nessa área poderia influenciar em suas trajetórias profissionais.

Para mais aprofundamento sobre o tema foi realizada uma revisão bibliográfica, análise documental, pesquisa em documentos jurídicos e aplicação de instrumento de coleta de dados, adaptado do estudo mencionado.

A pesquisa caracteriza-se como aplicada, exploratória e descritiva, com abordagem mista, a coleta de dados foi realizada por meio de análise documental, pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário. Os dados da pesquisa bibliográfica com buscas realizadas utilizando os termos “Propriedade Intelectual”, “Educação Superior”, “Ensino” em bases de dados como Scopus, Web of Science e Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, no período de junho de 2023 a agosto de 2024. A pesquisa documental deu-se a partir de análises feita nos projetos pedagógicos dos cursos escolhidos para a pesquisa.

O universo estudado foi o IFAM, a amostra o Campus Manaus Centro, e os sujeitos os alunos do 3º semestre dos cursos de bacharelados de Engenharia Civil e Engenharia Mecânica, e os tecnólogos de Tecnologia de Alimentos; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Processos Químicos; Tecnologia em Produção Publicitária.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado, utilizando a Escala Likert, e foi dividido em três seções principais:

- ✓ Caráter individual: Coletou dados demográficos dos participantes, como gênero, faixa etária, curso e ano de ingresso.
- ✓ Conhecimento prévio: Avaliou o conhecimento dos participantes sobre o tema, utilizando uma escala de concordância: concordo totalmente a discordo totalmente, e opções de frequência: geralmente a nunca.
- ✓ Relevância do tema: Verificou o entendimento dos participantes sobre a importância do tema de PI para suas carreiras, também utilizando a escala de concordância.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em virtude do contexto apresentado e da importância da formação em propriedade intelectual no ensino superior, a proposta da pesquisa avaliou o nível de consciência dos alunos dos cursos selecionados para a pesquisa em relação a propriedade intelectual. A partir dos dados coletados, foi desenvolvido um material didático em formato de videoaulas que contribua com a disseminação da temática entre o público-alvo uma vez que ficou constatado uma lacuna para essa formação.

Para conhecer o grau de familiaridade dos sujeitos da pesquisa em relação a temática de propriedade intelectual, foi aplicado o questionário após adaptação do estudo basilar, para 103 discentes dos seis cursos selecionados para pesquisa responderam o questionário.

O Quadro 1 apresenta os cursos participantes da pesquisa e suas respectivas disciplinas que apresentam algum conteúdo relacionado a PI. Nele, percebe-se que o tema de *Empreendedorismo* recebe destaque através de uma disciplina específica em todos os cursos

analisados. Contudo, a disciplina de *Gestão de marca* é encontrada apenas no curso de Produção Publicitária, enquanto os conceitos fundamentais de PI não são contemplados em nenhuma disciplina.

Quadro 1 – Descrição dos cursos e disciplinas.

Nº	CURSOS	DISCIPLINAS
01	Engenharia Civil	Empreendedorismo
02	Engenharia Mecânica	Administração e empreendedorismo
03	Tecnologia de Alimentos	Empreendedorismo e cooperativismo
04	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Empreendedorismo em tecnologia da informação
05	Tecnologia em Processos Químicos	*Gestão e empreendedorismo
06	Tecnologia em Produção Publicitária	Gestão de marcas e empreendedorismo

Fonte: Elaborada pelos autores do artigo (2025).

*disciplina extinta

Pesquisas indicam a predominância de conteúdos relacionados ao empreendedorismo, embora de grande relevância, há uma carência na temática da propriedade intelectual durante o processo formativo (Corrêa, 2020; Noia, 2019).

Freire e Carvalho (2021) e Tommasi et al. (2015), apontam em seus estudos a tendência histórica de restrição do ensino em propriedade intelectual aos cursos de Direito, enquanto que Gimenez, Bonacelli e Carneiro (2012), destacaram a limitada oferta de ensino em propriedade intelectual (PI), reforçando as assertivas dos autores anteriores de que ela é restrita majoritariamente à área do Direito, mesmo em países desenvolvidos como os Estados Unidos.

Essa observação reverberam nos achados do estudo realizado por Corrêa (2020), que, em sua metodologia, analisou ementas de cursos superiores de graduação, ofertados por IES localizadas na região da Grande Florianópolis, ou Região Metropolitana de Florianópolis em *Design*, o qual demonstrou que apenas seis cursos superiores, ou 20% dos cursos oferecidos trazem alguma temática relacionada à PI, mas nenhum destes cursos oferece disciplina dedicada ao estudo de propriedade intelectual, no entanto, apesar desse direcionamento, pouco ou quase nada é dedicado às proteções das criações que podem surgir desse esforço intelectual.

O autor destaca que, em sua maioria, “os cursos oferecem alguma disciplina relacionada com a gestão de Marca, sem abordar os outros mecanismos de proteção” (Corrêa, 2020, p. 39). O que ocasiona um certo grau de fragilidade de formação na cultura de PI no meio acadêmico, evidenciando uma lacuna a ser preenchida, já que nenhum curso oferece disciplinas dedicadas ao estudo de PI (Corrêa, 2020).

Em contrapartida, dados de pesquisa de Campos (2019), que analisou a inserção do empreendedorismo nos componentes curriculares dos cursos ofertados pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), os resultados obtidos quanto à inovação tecnológica, apresentam que os cursos participantes da pesquisa “que lograram a experiência de um enfoque nos temas empreendedorismo e inovação tiveram um resultado significativo, através de depósito de patentes e a geração de empresas incubadas” (Campos, 2019, p. 41).

Dessa forma, uma estratégia abrangente que integra o ensino de empreendedorismo e inovação, a qualificação dos professores e o fomento à pesquisa apresenta-se como um caminho

promissor, visando fortalecer a capacidade competitiva do país e promover o desenvolvimento em múltiplos níveis (Campos, 2019).

Para verificar o nível de conhecimentos dos alunos em relação à PI, o questionário obteve respostas de 103 discentes, conforme apresentado a seguir.

A Tabela 1 apresenta os dados coletados por meio de questionário, os quais descrevem o perfil dos respondentes da pesquisa.

Tabela 1 – Perfil dos respondentes da pesquisa.

Variáveis	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
SEXO		
Feminino	34	33,01%
Masculino	68	66,02%
Não binário	1	0,97%
Total	103	100,00%
FAIXA ETÁRIA		
18 a 28 anos	75	72,82%
29 a 39 anos	19	18,45%
Acima de 40 anos	9	8,74%
Total	103	100,00%
CURSOS		
Engenharia Civil	16	15,53%
Engenharia Mecânica	28	27,18%
Tecnologia em Alimentos	8	7,77%
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	31	30,10%
Tecnologia em Processos Químicos	8	7,77%
Tecnologia em produção Publicitária	12	11,65%
Total	103	100,00%

Fonte: Elaborado pelos autores do artigo (2025).

A distribuição da variável gênero revela um predomínio de respondentes que se identificam como masculinos (66,02%), seguidos por femininos (33,01%) e, em menor proporção, uma pessoa que se identifica como não binária (0,97%). Essa assimetria indica um desequilíbrio de representatividade de gênero na amostra, o que reflete nas características específicas do curso ou instituição em que a pesquisa foi aplicada. A presença, ainda que isolada, de uma pessoa não binária reforça a importância de manter alternativas inclusivas em questionários, promovendo o respeito à diversidade.

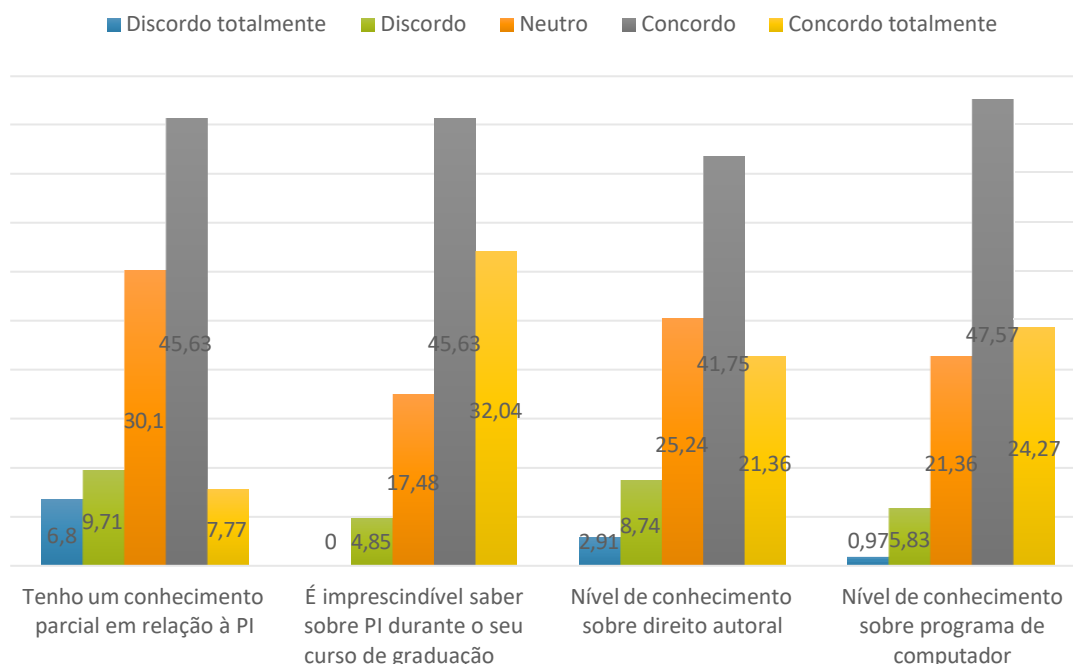
A maior parte dos participantes (72,82%) está na faixa etária de 18 a 28 anos, demonstrando que o público da pesquisa é predominantemente jovem, o que é comum em cursos de graduação. Apenas 18,45% têm entre 29 e 39 anos, enquanto um pequeno grupo (8,74%) está acima dos 40. Esses dados indicam que o tema da propriedade intelectual está sendo explorado com estudantes em fase inicial do curso, o que pode impactar tanto o nível de conhecimento quanto o interesse pelo tema.

Os cursos mais representados na amostra foram Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (30,10%) e Engenharia Mecânica (27,18%), os outros cursos, como Engenharia Civil

(15,53%) e Tecnologia em Produção Publicitária (11,65%). Esses dados se justificam por um maior quantitativo de alunos cursando o período predeterminado para a pesquisa.

Os gráficos 1 e 2 demonstram o nível de conhecimento prévio dos respondentes sobre propriedade intelectual.

Gráfico 1 – Conhecimento prévio em PI.



Fonte: Elaborado pelos autores do artigo (2025).

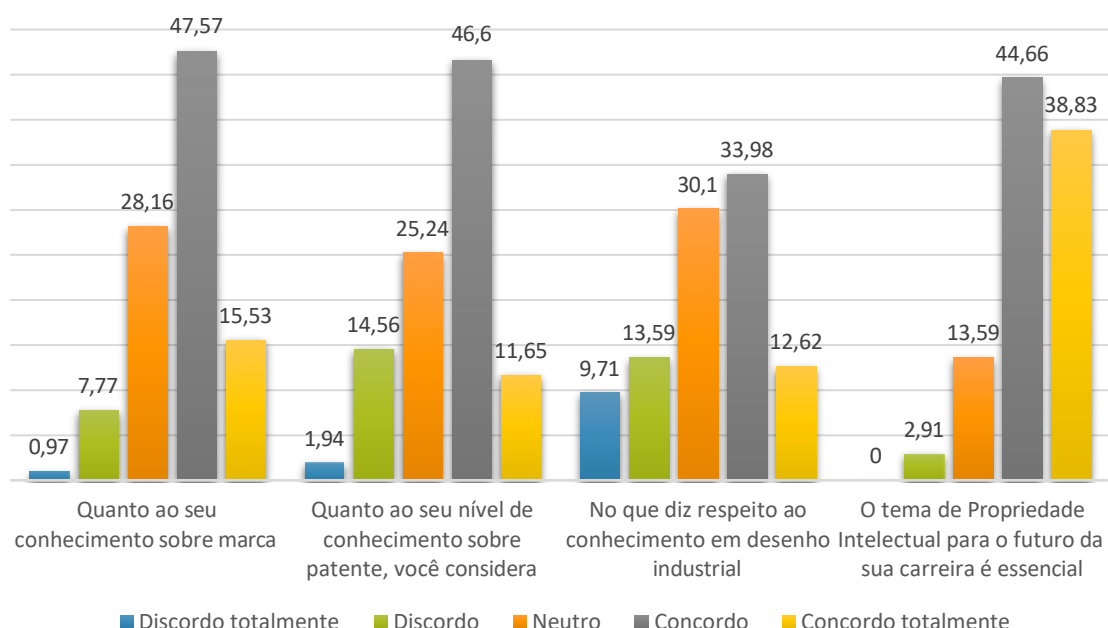
Mais da metade dos estudantes (53,40%) declarou concordar total ou parcialmente que possui conhecimento parcial sobre propriedade intelectual. No entanto, 30,10% se posicionaram de forma neutra e 16,51% afirmaram discordar dessa afirmação. Esses dados indicam uma percepção moderada de familiaridade com o tema, mas também refletem certa insegurança ou desconhecimento, especialmente entre os que preferiram uma resposta neutra.

A maioria dos participantes (77,67%) concorda com a importância do conhecimento sobre propriedade intelectual durante a graduação. Apenas 4,85% discordam e 17,48% se mantiveram neutros. Isso demonstra que, mesmo que alguns estudantes não se sintam familiarizados com o tema, há um reconhecimento generalizado sobre sua relevância na formação acadêmica.

No que se refere ao nível de conhecimento em direito autoral, a maioria dos estudantes (63,11%) concordam total ou parcialmente que possuem conhecimento nesse tema. Ainda assim, 25,24% adotaram uma posição neutra, e 11,65% afirmaram discordar. Esse resultado sugere que, embora muitos reconheçam algum domínio, ainda há espaço para aprofundamento, especialmente em um campo tão relevante para a proteção de produções acadêmicas e profissionais.

Pela leitura do Gráfico 1 é possível notar que a maioria dos estudantes (71,84%) declarou concordar ou concordar totalmente quanto ao seu nível de conhecimento sobre programas de computador, sugerindo uma familiaridade razoável com essa temática. Apenas 6,80% discordaram e 21,36% permaneceram neutros, o que pode indicar que, apesar do bom índice geral, ainda existe um grupo com dúvidas ou pouca segurança quanto a esse tipo de conhecimento, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Conhecimento prévio em PI.



Fonte: Elaborado pelos autores do artigo (2025).

O Gráfico 2 mostra que a maior parte dos estudantes (63,10%) afirmou ter conhecimento sobre marca, enquanto 28,16% mantiveram-se neutros e 8,74% discordaram em algum grau. Esses números sugerem um reconhecimento mais moderado sobre o tema, com uma proporção relevante de estudantes ainda incerta quanto ao seu domínio sobre o assunto.

Em relação ao nível de conhecimento sobre patentes, foi positivo para 58,25% dos estudantes, enquanto 25,24% se mantiveram neutros e 16,50% declararam discordância. Esse resultado aponta para uma compreensão menos consolidada do tema em comparação ao conhecimento sobre marcas e programas de computador.

A distribuição apresentada no Gráfico 2, revela um cenário mais equilibrado e com menor confiança: 46,60% dos estudantes concordaram ou concordaram totalmente quanto ao conhecimento em desenho industrial, mas 30,10% ficaram neutros e 23,30% discordaram. O resultado indica que este pode ser um dos conceitos menos dominados entre os avaliados.

A grande maioria (83,49%) dos estudantes reconhece a importância da propriedade intelectual para suas carreiras, com 44,66% concordando e 38,83% concordando totalmente com a afirmação. Apenas 2,91% discordaram.

No Quadro 2 é apresentado as perguntas relacionadas ao conhecimento prévio em propriedade intelectual.

Quadro 2 – Perguntas sobre conhecimento prévio em PI.

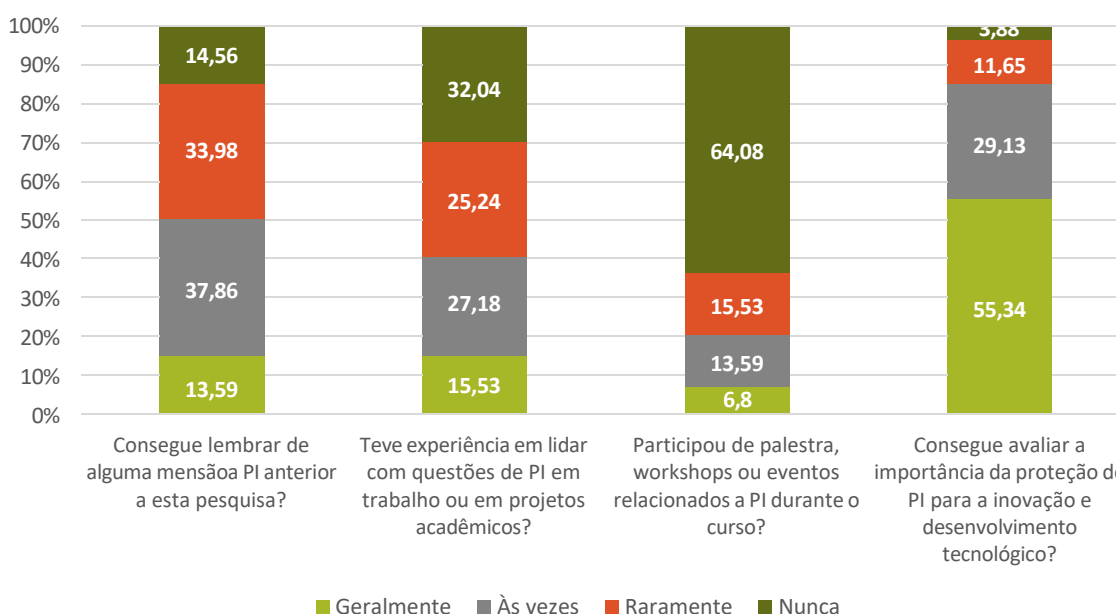
Perguntas sobre conhecimento prévio em PI
Você consegue se lembrar de alguma outra menção à propriedade intelectual anterior a esta pesquisa?

Você já teve alguma experiência em lidar com questões de propriedade intelectual em trabalho prático ou em projetos acadêmicos?
Você já participou de palestras, workshops ou eventos relacionados à propriedade intelectual durante o curso?
Você consegue avaliar a importância da proteção da propriedade intelectual para a inovação e desenvolvimento tecnológico?

Fonte: Elaborado pelos autores do artigo (2025).

No Gráfico 3, é possível visualizar os percentuais das respostas tratadas no Quadro 2.

Gráfico 3 – Representação das perguntas em relação a familiaridade do tema de PI anterior a pesquisa.



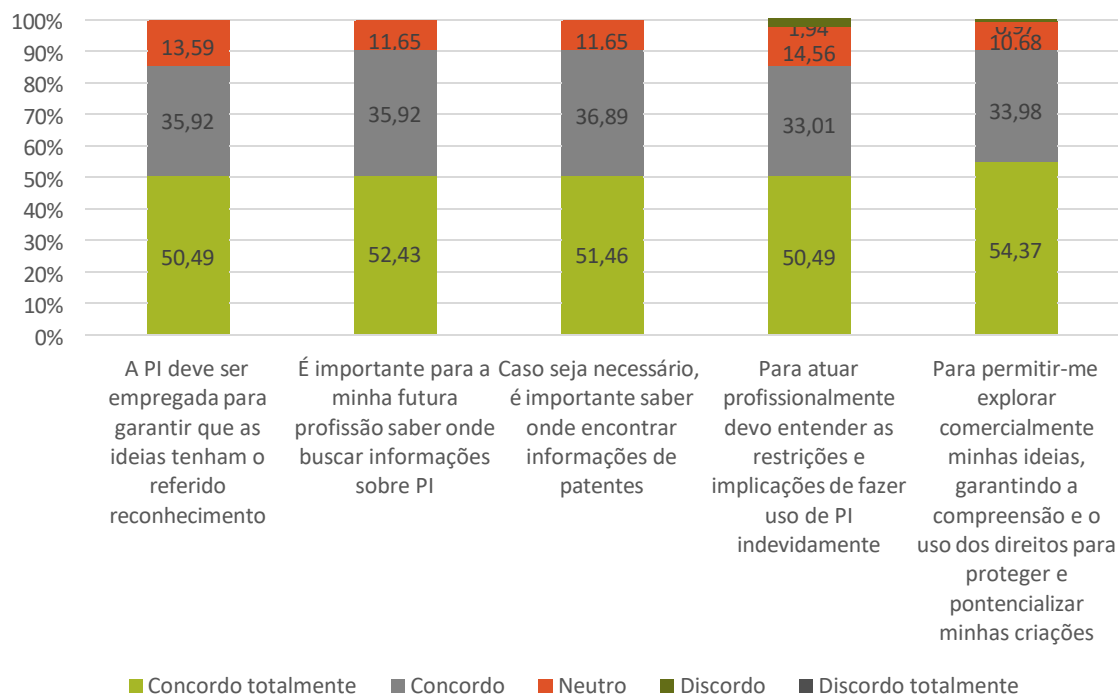
Fonte: Elaborado pelos autores do artigo (2025).

Quando perguntado se conseguiam lembrar de alguma menção a PI anterior a pesquisa, a maioria dos estudantes (71,84%) afirmaram ter tido algum tipo de contato anterior com o tema, mesmo que esporádico, enquanto 14,56% disseram nunca ter tido contato e 13,59% relataram lembrar geralmente. É possível notar que pouco mais da metade dos estudantes (52,42%) relatou nunca ou raramente ter tido experiências práticas com propriedade intelectual, o que evidencia uma lacuna significativa entre teoria e prática. Apenas 15,53% relataram vivência mais frequente com o tema, destacando a necessidade de inserção mais efetiva da PI em projetos reais.

A tendência observada no Gráfico 3 sugere que a maioria expressiva dos estudantes (64,08%) nunca participou de eventos voltados à propriedade intelectual, enquanto apenas 20,39% relataram algum tipo de participação. Esse dado evidencia uma ausência de atividades extracurriculares sobre o tema nos cursos analisados, o que pode contribuir para o baixo conhecimento percebido por parte dos estudantes. É possível observar que mais da metade dos estudantes (55,34%) afirmou que geralmente consegue avaliar a importância da propriedade intelectual nesse contexto, e 29,13% disseram que isso acontece às vezes.

No Gráfico 4, é apresentado a porcentagem das questões relacionadas à relevância da propriedade intelectual na carreira profissional.

Gráfico 4 – Grau de relevância da propriedade intelectual na carreira profissional.



Fonte: Elaborado pelos autores do artigo (2025).

Sobre a importância da propriedade intelectual, como forma de garantir o reconhecimento de ideias, é percebida pela maioria dos participantes, com um percentual de 86,41% concorda total ou parcialmente com essa afirmação, o que mostra um entendimento significativo sobre o papel da propriedade intelectual na valorização das criações humanas. Apenas 13,59% mantiveram uma posição neutra, e nenhum estudante discorda.

Sobre a importância do conhecimento sobre o tema, a maior parte dos estudantes (88,35%) considera importante ou muito importante saber onde encontrar informações sobre propriedade intelectual. Apenas 11,65% foram neutros quanto a isso. No que diz respeito sobre a importância de saber onde acessar informações sobre patente, mais de 88% dos estudantes concordam total ou parcialmente sobre a importância de saber onde encontrar informações de patentes.

É importante notar que a grande maioria dos respondentes (83,50%) reconhece a importância de compreender as implicações legais do uso indevido de elementos protegidos pela propriedade intelectual. Apenas 14,56% se mostraram neutros, e uma parcela muito pequena 1,94% discordou.

Sobre a exploração comercial de suas ideias e compreensão do uso efetivo do direito de proteção, os resultados mostram alta concordância: 33,98% dos respondentes concordam e 54,37% concordam totalmente, somando 88,35% de adesão à afirmativa. Apenas 0,97% discordam e 10,68% permanecem neutros.

Esses números indicam que os estudantes valorizam fortemente o papel da propriedade intelectual como instrumento para transformar ideias em ativos comerciais, protegendo suas criações e maximizando seu potencial de aplicação prática e retorno econômico.

A partir da lacuna encontrada, criou-se um material didático intitulado: “*Crie, proteja e inove: material didático sobre propriedade intelectual*”, buscando contribuir com a disseminação de

propriedade intelectual entre os alunos da graduação. Para criação das videoaulas foi elaborado um roteiro que incluiu a seleção do conteúdo, gravação da narração e captura de áudio, por fim a edição e finalização. O material foi desenvolvido com foco no público-alvo da pesquisa. As videoaulas estão divididas em quatro módulos: 1º Conceitos básicos de PI – importância e legislação; 2º Direitos autorais e ambiente digital; 3º propriedade industrial e suas modalidades; 4º Proteção *sui generis*: modalidades e exemplos da aplicação de PI nas áreas profissionais.

CONCLUSÃO

Com a crescente importância da inovação e da proteção do conhecimento na sociedade contemporânea, o tema propriedade intelectual (PI) tornou-se de grande relevância para a formação de profissionais em diversas áreas. No contexto acadêmico, especialmente em instituições de ensino técnico e tecnológico, como o Instituto Federal do Amazonas (IFAM) – Campus Manaus Centro, onde a produção de projetos e tecnologias é constante, o conhecimento sobre PI se torna fundamental para que os graduados possam proteger suas criações, compreender seus direitos e responsabilidades, e atuar de forma ética e estratégica quando inseridos no mercado de trabalho.

Considerando o objetivo de verificar como o tema de PI é abordado, a análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) que orientam a formação desses alunos revelou a seguinte observação: a temática do *Empreendedorismo* recebe destaque através de uma disciplina específica, enquanto os conceitos básicos da propriedade intelectual não são contemplados em nenhuma disciplina.

Com o intuito de atingir o objetivo da pesquisa, que buscou analisar o grau de familiaridade e o conhecimento prévio bem como o nível de compreensão da relevância da propriedade intelectual para o desenvolvimento e a prática na atuação profissional, os dados encontrados na pesquisa quantitativa revelaram certo desconhecimento ou neutralidade em relação a conceitos específicos como patentes, marcas e desenho industrial. Contudo, constatou-se um reconhecimento expressivo da importância da propriedade intelectual para a formação acadêmica e para o futuro profissional. Além disso, ainda que muitos estudantes tenham tido pouco ou nenhum contato prático com o tema, uma parcela significativa declarou já ter em algum momento da vida acadêmica algum contato com a temática, mesmo que de forma esporádica.

Esses resultados indicam a necessidade e a oportunidade de fortalecer a inserção da temática da propriedade Intelectual nos currículos dos cursos superiores. Tal medida contribuiria para uma formação mais completa, preparando melhor os alunos para lidar com os desafios e exigências do mercado de trabalho contemporâneo, em que o conhecimento e a inovação são ativos cada vez mais valiosos e protegidos.

Por fim, a pesquisa resultou o desenvolvimento de um material didático em formato de videoaulas, que se mostra como uma importante contribuição para a disseminação do conteúdo de propriedade intelectual (PI) nos cursos da graduação.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Considerando que a pesquisa foi conduzida somente com discentes da graduação e de um determinado período, a sugestão para futuros estudos seria ampliá-la para incluir também alunos em períodos mais avançados, e para discentes da pós-graduação.

Em relação ao material apresentado, que foca em noções introdutórias da propriedade intelectual, e devido à abrangência do tema, abre-se inúmeras possibilidades de exploração mais aprofundada dos outros tópicos relacionados a propriedade intelectual.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, João Tanan. **A cultura da propriedade intelectual em cursos de Design nas instituições de ensino superior da grande Florianópolis**. 2020. 59 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215964>. Acesso em: 10 fev. 2025.

FARIA, Adriana Xavier de. **O Ensino da Propriedade Intelectual nos Cursos de Graduação do Brasil: Razões e Proposições**. 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/academia/arquivo/arquivos-biblioteca/FARIAAdrianaXavier2011.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

FERREIRA, V.B. Políticas públicas para fomento científico, tecnológico e de inovação. In: **E-Science e políticas públicas para ciência, tecnologia e inovação no Brasil [online]**. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 31-55. ISBN: 978-85-232-1865-2. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/bc84k/pdf/ferreira-9788523218652-04.pdf>. Acesso em: 3 de maio 2024.

FREIRE, V. M. V.; CARVALHO, J. M. de. Propriedade Intelectual para Inovação: percepções e perspectivas em uma escola profissionalizante. **Cadernos de Prospecção**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 414, 2021. DOI: 10.9771/cp.v14i2.36965. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/36965>. Acesso em: 18 fev. 2025.

FUJITA, A. T.; MATA, J. F. da.; SOUSA, L. C. A gestão da propriedade intelectual nas instituições públicas de ensino superior mineiras. **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior**. (Campinas), v. e023025, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/QGp4NzzrJRv9RPg8g5Ymr8C/>. Acesso em: 6 fev. 2025.

GIMENEZ, A. M. N.; BONACELLI, M. B. M.; CARNEIRO, A. M. The Challenges of Teaching and Training in Intellectual Property. **Journal of Technology Management & Innovation**, Santiago, Chile, v. 7, n. 4, p. 176–188, 2012. DOI: 10.4067/S0718-27242012000400014. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-27242012000400014. Acesso em: 24 out. 2024.

NATIONAL UNION OF STUDENTS. **Student Attitudes Towards Intellectual Property**. Londres: NUS, 2012. Disponível em: <http://ipaware.org/wp-content/uploads/2016/10/20121012-IP-report.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.

NOIA, Wallace Cássio. **Propriedade intelectual, empreendedorismo e transferência de tecnologia: proposta de inserção de disciplina em cursos da UESC**. 2020. 180 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação). Disponível em: <https://profnit.org.br/wp-content/uploads/2021/08/UESC-WALLACE-CASSIO-NOIA-TCC.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2025.

ORTEGA, A. C. da S.; RIBEIRO, M. de F. Incentivos fiscais às inovações tecnológicas no Brasil: uma análise a partir da Lei do Bem. In: **Revista de Direito Internacional Econômico**

e Tributário. v. 17, n. 2, p. 150-177, 2022. Disponível em:

<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rdiet/article/view/13016>. Acesso em: 7 jun. 2024.

PEREIRA, J. M.; SANTOS, J. P. L. Gestão da inovação em Universidades e Institutos Federais do Nordeste: reflexos da adesão ao programa de mestrado em propriedade intelectual PROFNIT. **Revista Gestão em Análise**, Fortaleza, v. 11, n. 3, p. 25-38, set./dez. 2022.

Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/gestao/article/view/4337>. Acesso em: 10 abr. 2024.

TOMMASI, A. C.; JESUS JUNIOR, L. A. de.; MACHADO, G. J.C.; OLIVEIRA JÚNIOR, A. M. de. Ensino e pesquisa de propriedade intelectual no Brasil, *In*., ENCONTRO NORDESTINO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA, 8., 2015, Aracajú. **Anais [...]**. Aracajú, 2015. p. 493-489. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/301422622_ENSINO_E_PESQUISA_DE_PROPRIEDADE_INTELLECTUAL_NO_BRASIL. Acesso em: 10 set. 2024.

TOSTA, K. C. B. T.; SPANHOL, F. J.; TOSTA, H. T. Conhecimento, Universidade e Inovação: como se relacionam na geração de inovação baseada em conhecimento. **GUAL**, Florianópolis, v. 9, n. 3 p. 245-268, set. 2016. Disponível em:

<file:///C:/Users/1662599/Downloads/Artigo-ConhecimentoUniversidadeeInovao.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2024.

VIEIRA, Sonia. **Introdução à bioestatística**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. 245 p. ISBN 978-85-352-7716-6.

Apêndice D - Questionário de coleta de dados

Instrumento de coleta de dados – com os alunos da Graduação, curso de bacharelado e tecnólogos

Convidamos você a responder este questionário, cujo o objetivo é coletar dados para a pesquisa: **Conhecimento em Propriedade Intelectual**: uma investigação com estudantes da graduação do IFAM - *Campus* Manaus Centro, sob a responsabilidade da mestrandia Márcia Cristina Auzier Portilho, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de tecnologia para Inovação (UFAM)

1ª PARTE - DADOS SOBRE O PERFIL DO RESPONDENTE

Gênero

1. Masculino () Feminino () Outro (Qual?) _____

Qual sua faixa etária?

a) 18 a 28 anos () b) 29 a 39 anos c) () acima de 40 anos

Qual o seu curso?

- () Engenharia Civil
- () Engenharia Mecânica
- () Tecnologia em Alimentos
- () Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- () Tecnologia em Processos Químicos
- () Tecnologia em Produção Publicitária

Qual ano de ingresso no curso?

R: _____

2ª PARTE - Conhecimento sobre Propriedade Intelectual – visa atender o objetivo da pesquisa em avaliar o conhecimento prévio dos participantes sobre o tema de Propriedade Intelectual

Indique o seu nível de concordância com as seguintes afirmações:

- a) **Tenho um conhecimento parcial em relação à Propriedade Intelectual**
 - () Concordo totalmente
 - () Concordo
 - () Neutro
 - () Discordo
 - () Discordo totalmente

b) É imprescindível saber sobre propriedade intelectual durante o seu curso de graduação

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo
- ☐ Neutro
- ☐ Discordo
- ☐ Discordo totalmente

c) Em relação ao seu nível de conhecimento sobre direito autoral, você considera

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo
- ☐ Neutro
- ☐ Discordo
- ☐ Discordo totalmente

d) Referente ao seu nível de conhecimento sobre programa de computador

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo
- ☐ Neutro
- ☐ Discordo
- ☐ Discordo totalmente

e) Quanto a seu conhecimento sobre marca

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo
- ☐ Neutro
- ☐ Discordo
- ☐ Discordo totalmente

f) Sobre seu nível de conhecimento sobre patente você considera

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo
- ☐ Neutro
- ☐ Discordo
- ☐ Discordo totalmente

g) No que diz respeito ao conhecimento em desenho industrial

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo
- ☐ Neutro
- ☐ Discordo
- ☐ Discordo totalmente

h) O tema de Propriedade Intelectual para o futuro da sua carreira é essencial

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo
- ☐ Neutro
- ☐ Discordo
- ☐ Discordo totalmente

Responda às seguintes perguntas:

a) Você consegue se lembrar de alguma outra menção a propriedade intelectual anterior a esta pesquisa?

- ☐ Geralmente
- ☐ Às vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

b) Você já teve alguma experiência em lidar com questões de Propriedade Intelectual em trabalho prático ou em projetos acadêmicos?

- ☐ Geralmente
- ☐ Às vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

c) Você já participou de palestras, workshops ou eventos relacionados a Propriedade Intelectual durante o curso?

- ☐ Geralmente
- ☐ Às vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

d) Você consegue avaliar a importância da proteção da propriedade intelectual para a inovação e desenvolvimento tecnológico?

- ☐ Geralmente
- ☐ Às vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

3ª PARTE – Grau de relevância da Propriedade Intelectual – Considerando as impressões iniciais dos entrevistados sobre Propriedade Intelectual (PI), as seguintes questões visam explorar o entendimento da importância sobre o tema Propriedade Intelectual em suas respectivas áreas de atuação profissional.

Indique o seu nível de concordância com as seguintes afirmações:

a) A propriedade intelectual deve ser empregada para garantir que as ideias tenham o referido reconhecimento

- ☐) Concordo totalmente
- ☐) Concordo
- ☐) Neutro
- ☐) Discordo
- ☐) Discordo totalmente

b) É importante para minha futura profissão saber onde buscar informações sobre Propriedade Intelectual

- ☐) Concordo totalmente
- ☐) Concordo
- ☐) Neutro
- ☐) Discordo
- ☐) Discordo totalmente

c) Caso seja necessário, é importante saber onde encontrar e usar informações de patentes

- ☐) Concordo totalmente
- ☐) Concordo
- ☐) Neutro
- ☐) Discordo
- ☐) Discordo totalmente

d) Para atuar profissionalmente devo entender as restrições e implicações de fazer uso da Propriedade Intelectual indevidamente

- ☐) Concordo totalmente
- ☐) Concordo
- ☐) Neutro
- ☐) Discordo
- ☐) Discordo totalmente

e) Para permitir-me explorar comercialmente as minhas ideias, garantindo a compreensão e o uso efetivo dos direitos para proteger e potencializar minhas criações

- ☐) Concordo totalmente
- ☐) Concordo
- ☐) Neutro
- ☐) Discordo
- ☐) Discordo totalmente

Apêndice E – Formulário de avaliação do produto técnico/tecnológico.

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

O presente instrumento tem por finalidade avaliar/validar o produto técnico/tecnológico “**Crie, proteja e inove: material didático sobre Propriedade Intelectual**”, desenvolvido pela mestrandia **Márcia Cristina Auzier Portilho**, em consonância com o resultado da pesquisa “**Conhecimento em Propriedade Intelectual: uma investigação com estudantes da graduação do IFAM - Campus Manaus Centro**”, realizada por meio do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT), sob a orientação da Profa. Dra **Célia Regina Simonetti Barbalho**. A avaliação consiste em três etapas, sendo a primeira que considera o conteúdo e metodologia, a segunda etapa que avalia o designer e usabilidade; e, por fim, na terceira etapa, você encontrará cinco questões abertas. Convidamos os srs. sras. a participar da avaliação/validação deste material didático. Sua participação é voluntária, porém é muito importante para apoiar o aperfeiçoamento deste material educativo.

CONTEÚDO E METODOLOGIA

Nesta seção do questionário, pedimos que você responda sobre o conteúdo apresentado e a metodologia utilizada nas videoaulas.

a) Como avalia o conteúdo apresentado no material?

- ☐ Muito ruim
- ☐ Ruim
- ☐ Razoável
- ☐ Bom
- ☐ Muito bom

b) Em relação organização do conteúdo, você considera?

- ☐ Muito ruim
- ☐ Ruim
- ☐ Razoável
- ☐ Bom
- ☐ Muito bom

c) Quanto a linguagem utilizada no material, como avalia?

- ☐ Muito ruim
- ☐ Ruim
- ☐ Razoável
- ☐ Bom
- ☐ Muito bom

d) Como avalia o ritmo de apresentação do conteúdo?

- ☐ Muito ruim
- ☐ Ruim
- ☐ Razoável
- ☐ Bom
- ☐ Muito bom

DESIGN E USABILIDADE:

Nesta seção, gostaríamos de sua opinião sobre o design e a usabilidade das videoaulas. Sua percepção sobre a interface, a navegação e a experiência geral de uso é muito importante para aprimorarmos este material

a) A qualidade do áudio das videoaulas, foi adequada para o entendimento do conteúdo?

- ☐ Muito inadequada
- ☐ Inadequada
- ☐ Medianamente adequada
- ☐ Adequada
- ☐ Muito adequada

b) A duração dos vídeos, foi adequada para manter sua atenção?

- ☐ Muito inadequada
- ☐ Inadequada
- ☐ Medianamente adequada
- ☐ Adequada
- ☐ Muito adequada

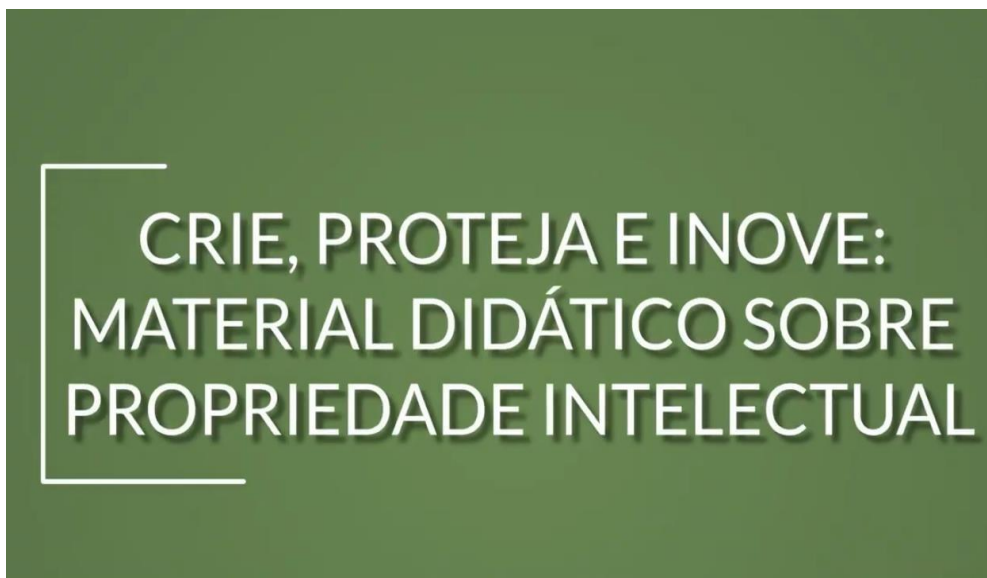
3ª PARTE - QUESTÕES ABERTAS

Agora, abrimos esse espaço para suas considerações finais e sugestões livres. Utilize este espaço para nos dizer o que mais chamou sua atenção, o que poderia ser melhorado, ou qualquer outra ideia que queira compartilhar sobre o material.

- a) Em sua opinião o produto incentiva a reflexão e/ou a aplicação prática do conhecimento?
- b) Você tem alguma sugestão para aprimorar este material? Se sim, qual (is)
- c) Quais aspectos do material você considera que precisam ser melhorados? Por quê?
- d) Quais são os pontos fortes deste material didático?
- e) Quais são os pontos fracos deste material didático?

Apêndice F – Produto técnico-tecnológico

Print do vídeo de apresentação do Material didático intitulado:



Vídeoaulas divididas em 4 módulos

Módulo 1: conceitos básicos de PI – importância e legislação

Módulo 2: Direitos Autorais e Ambiente Digital

Módulo 3: Propriedade Industrial - e suas modalidades

Módulo 4: Proteção sui generis - Modalidades Áreas de Conhecimento Específicas

Apêndice G - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa **"Percepções em Propriedade Intelectual: um estudo com estudantes de graduação do IFAM - Campus Manaus Centro, cujo pesquisador responsável é MÁRCIA CRISTINA AUZIER PORTILHO, aluna do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT), Polo – Universidade Federal do Amazonas (UFAM), sob a orientação da Profa. Dra. CÉLIA REGINA SIMONETTI BARBALHO.**

Este estudo tem como objetivo geral "Compreender o nível de conscientização dos alunos de graduação do IFAM – Campus Manaus Centro, sobre a temática Propriedade Intelectual". Como objetivos específicos, pretende-se: 1) Elaborar o instrumento de coleta de dados a partir do estudo *Student Attitudes Towards Intellectual Property*; 2) Efetuar a coleta de dados no ambiente previamente constituído; 3) Fazer a análise dos dados; 4) Elaborar um relatório técnico conclusivo como contribuição para o IFAM.

Você está sendo convidado pelo motivo de ser aluno de um dos cursos selecionados para a pesquisa e estar cursando o 3º período. Esta pesquisa se justifica, principalmente, por ser um meio pelo qual se poderá obter bastantes informações significativas no sentido de indicar o nível de percepção dos participantes em relação ao conhecimento de Propriedade Intelectual (PI). As informações coletadas, após analisadas e interpretadas, farão parte de uma dissertação de mestrado e se constituirão em informações fundamentais para contribuir na criação de um relatório técnico conclusivo, os resultados obtidos permitirão avaliar o nível de entendimento dos discentes sobre o tema e subsidiar a análise da inclusão de disciplinas sobre PI na matriz curricular. Assim sendo, esta pesquisa consiste em um estudo de caso, com análise documental e de dados e informações obtidas por meio do instrumento de coleta (questionário), concentrando-se nos participantes dos cursos de graduação dos bacharelados em Engenharia Civil e Engenharia Mecânica, e dos tecnólogos Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia e Alimentos; Tecnologia em Processos Químicos; Tecnologia em Produção Publicitária do 3º período do Campus Manaus Centro do IFAM.

Você tem plena liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma a sua pessoa.

Para a coleta de dados, será aplicado um questionário presencial no laboratório de informática do Campus, em horário de aula cedido pelo professor especificamente para este fim. A identificação dos participantes não será solicitada, assegurando o anonimato. A qualquer momento, no decorrer da pesquisa, você poderá fazer perguntas para a pesquisadora, ou ao orientador, que se obrigam a esclarecer as suas dúvidas.

Sua identidade será omitida, bem como seus dados e informações fornecidas serão mantidas em total sigilo e privacidade durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. Se necessário, documentos adicionais serão assinados pela pesquisadora e participante da pesquisa a respeito da segurança do sigilo. Em razão de sua participação, poderá ocorrer riscos durante a pesquisa, como constrangimento ou desconforto emocional. A medida prevista com relação a tais riscos será de se manter uma relação colaborativa e de respeito mútuo entre pesquisadora e participante, considerando os diferentes níveis e valores sociais, intelectuais, diversidade cultural, os distintos aspectos éticos e morais, os estados psicológicos, a espiritualidade ou mesmo a religiosidade. A pesquisadora estará atenta para evitar quaisquer aspectos que poderão se tornar causa de constrangimentos ou embaraços, garantindo, ainda, a prestação de assistência integral quanto a eventuais danos e complicações decorrentes da pesquisa, zelando pela dignidade e integridade moral dos participantes, bem como estão

Rubricas _____ (Participante)

Página 1 de 2

_____ (Pesquisador)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**

assegurados o direito a pedir indenizações e cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa, haja vista a ética em pesquisa implicar o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes de pesquisas científicas envolvendo seres humanos.

Garante-se, ainda, o livre acesso a todas as informações decorrentes de sua participação neste estudo, assim como cópias no formato físico ou digital de quaisquer documentos oriundos do processo construtivo da pesquisa, podendo solicitar à pesquisadora esclarecimentos adicionais por meio dos contatos contidos neste documento. Está, inclusive, assegurado o direito de acesso ao produto educacional gerado a partir desta pesquisa, após o término do estudo.

Caso aceite colaborar com esta pesquisa, sua participação é voluntária e não lhe causará nenhuma despesa em qualquer fase do estudo. No entanto, caso venha a existir qualquer despesa eventual gerada por causa desta pesquisa, a despesa será ressarcida. Sua participação, também, não estará associada a qualquer tipo de recompensa financeira ou material. Porém, os benefícios esperados com esta pesquisa se consolidarão diretamente à comunidade escolar na qual você está inserido(a), bem como para a sociedade em geral, o relatório técnico conclusivo resultante desta pesquisa fornecerá subsídios para a implementação de disciplinas de Propriedade Intelectual nos cursos de graduação.

Para quaisquer esclarecimentos adicionais você pode entrar em contato com a pesquisadora responsável Márcia Cristina Auzier Portilho, pelo telefone (92) 99167-4441, também WhatsApp, e-mail marcia.auzier@ifam.edu.br; com a orientadora, Profa. Dra. Célia Regina Simonetti Barbalho, pelo telefone (92) 99991-2311, também WhatsApp, e-mail simonetti@ufam.edu.br ou ainda poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) será assinado por você e por mim, pesquisadora responsável, ficando uma via com cada um de nós.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

Manaus-AM, ____/____/2025.

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora responsável

Rubricas _____ (Participante)

Página 2 de 2

_____ (Pesquisador)

ANEXOS

ANEXO A – Parecer do Conselho de Ética em Pesquisa do UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Percepções em Propriedade Intelectual: um estudo com estudantes de graduação do IFAM - Campus Manaus Centro

Pesquisador: MARCIA CRISTINA AUZIER PORTILHO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 86414525.8.0000.5020

Instituição Proponente: Faculdade de Estudos Sociais

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.420.798

Apresentação do Projeto:

Informações retiradas dos documentos:

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2482175.pdf 08/01/2025 17:03:18

O tema de estudo é sobre a Percepções em Propriedade Intelectual: um estudo com estudantes de graduação do IFAM - Campus Manaus Centro, tem como objetivo principal, compreender o nível de conscientização dos alunos de graduação do IFAM - Campus Manaus Centro, sobre a temática Propriedade Intelectual. A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva e tem como objetivo mapear o nível de percepção dos alunos da graduação em propriedade intelectual, com foco no estudo de caso desenvolvido na perspectiva da pesquisa quali-quantitativa. A coleta de dados se dará por meio de questionário, e para análise será usado o Excel para tabulação e compilação a fim de gerar gráficos e tabelas, espera-se como resultado a construção de um relatório técnico conclusivo.

A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva e tem como objetivo mapear o nível de percepção dos alunos da graduação em propriedade intelectual, com foco no estudo de caso desenvolvido na perspectiva da pesquisa quali-quantitativa. Para a coleta de dados será aplicado um questionário em versão adaptada de um instrumento de pesquisa utilizado em um estudo Student Attitudes Towards Intellectual Property conduzido no Reino Unido, composto

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-4000

E-mail: cep@ufam.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 7.420.798

com base na Escala de Likert, dividido em três partes assim destacadas: caráter individual, conhecimento prévio e a relevância sobre o tema. A aplicação será in loco, com os participantes selecionados por uma amostra não intencional, uma vez que eles serão escolhidos a partir da participação em atividade obrigatória a ser realizada em conjunto com a biblioteca.

Hipótese:

Não se aplica.

Metodologia Proposta:

1) Desenho do Estudo:

A metodologia deste estudo está estruturada para garantir a coleta e análise de dados de forma a responder o problema da pesquisa que consiste em compreender a percepção dos graduados do IFAM - Campus Manaus Centro sobre propriedade intelectual, dimensionando desta forma os objetivos propostos. Adotou-se uma abordagem qualiquantitativa, combinando métodos qualitativos e quantitativos, a fim de obter uma compreensão abrangente do fenômeno estudado. O estudo de caso foi escolhido como estratégia central, permitindo uma investigação detalhada na unidade do IFAM - Campus Manaus Centro. Além disso, serão empregados métodos de coleta de dados, como questionários, análise documental e pesquisa bibliográfica.

Para análise documental se faz necessária para examinar o contexto da instituição e será realizada em documentos regulatórios e nas políticas institucionais em vigência, se atendo também a matriz curricular dos cursos a serem examinados com o intuito de verificar questões relacionadas ao ensino de propriedade intelectual pertinentes à pesquisa. Os dados coletados a partir do questionário serão estruturados e será utilizado o Excel para tabulação e compilação a fim de gerar tabelas e gráficos.

2) População do estudo:

Os participantes devem possuir idade igual ou superior a 18 anos. Participarão deste estudo os

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-4000

E-mail: cep@ufam.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 7.420.798

alunos do 3º semestre dos cursos de bacharelado em Engenharia Civil e Engenharia Mecânica, e dos cursos tecnológicos em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Processos Químicos e Produção Publicitária.

Tamanho amostral: 100

3) Instrumento para coleta de Dados:

Serão empregados métodos de coleta de dados, como questionários, análise documental e pesquisa bibliográfica.

4) Aspectos Éticos :

Não se aplica.

Critério de Inclusão:

Os participantes devem possuir idade igual ou superior a 18 anos. Participarão deste estudo os alunos do 3º semestre dos cursos de bacharelado em Engenharia Civil e Engenharia Mecânica, e dos cursos tecnológicos em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Processos Químicos e Produção Publicitária.

Critério de Exclusão:

Serão excluídos os cursantes do 1º e 2º semestres dos cursos de bacharelado e dos cursos de tecnólogo.

Tamanho da Amostra: 100 participantes

De acordo com o Cronograma de Execução, ver documento PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2482175.pdf 08/01/2025 17:03:18, está previsto a coleta de dados no período 20/03/2025 a 31/03/2025

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2482175.pdf 08/01/2025 17:03:18 e Orçamento.pdf 08/01/2025 16:14:32, Orçamento Financeiro prevê um custo de R\$ 3.750,00, e contará com

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-4000

E-mail: cep@ufam.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 7.420.798

financiamento próprio.

Objetivo da Pesquisa:

Informações retiradas dos documentos:

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2482175.pdf 08/01/2025 17:03:18

Objetivo Primário:

Compreender o nível de conscientização dos alunos de graduação do IFAM - Campus Manaus Centro, sobre a temática Propriedade Intelectual.

Objetivo Secundário:

Elaborar o instrumento de coleta de dados a partir do estudo Student Attitudes Towards Intellectual Property; Efetuar a coleta de dados no ambiente previamente constituído; Fazer a análise dos dados; Elaborar um relatório técnico conclusivo como contribuição para o IFAM.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Informações retiradas dos documentos:

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2482175.pdf 08/01/2025 17:03:18

Riscos

Este estudo, por se tratar da aplicação de questionários, apresenta riscos mínimos aos participantes. No entanto, identificamos dois riscos potenciais e as respectivas medidas de mitigação.

Constrangimento:

- Risco: Possível constrangimento dos participantes ao responderem o questionário por falta de conhecimento sobre o tema.
- Mitigação: Para mitigar esse risco, as informações coletadas serão tratadas de forma confidencial, garantindo o anonimato dos participantes. Não será solicitado o nome dos respondentes, preservando integralmente sua identidade. Além disso, assegura-se que não haverá interpretação ou julgamento das respostas.

Desconforto Emocional:

- Risco: Possível cansaço ou impaciência dos participantes durante o preenchimento do

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-4000

E-mail: cep@ufam.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 7.420.798

questionário.

- Mitigação: Para mitigar esse risco, as perguntas elaboradas no questionário serão perguntas curtas, objetivas, porém os participantes terão a opção de não responder a quaisquer questões que considerem desconfortáveis ou caso desejem interromper a participação a qualquer momento.

Benefícios

Este estudo tem como principal benefício contribuir para a disseminação da temática de Propriedade Intelectual (PI) no IFAM. Os resultados obtidos permitirão avaliar o nível de entendimento dos discentes sobre o tema e subsidiar a análise da inclusão de disciplinas sobre PI na matriz curricular. A disseminação da PI trará diversos benefícios, entre eles: o incentivo à inovação, motivando os alunos a desenvolverem projetos inovadores e a buscarem soluções criativas para problemas existentes. Outro benefício importante é a proteção das criações, permitindo que os alunos protejam suas invenções, obras autorais, marcas e outros tipos de propriedade intelectual, garantindo seus direitos e evitando o plágio ou apropriação indevida. Por fim, a proteção da PI pode gerar retorno financeiro para os criadores, impulsionando o surgimento de novas empresas e startups criadas por alunos do IFAM.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Informações retiradas dos documentos:

Carta_de_encaminhamento_.pdf 08/01/2025 16:51:42

Se trata de uma pesquisa sob a coordenação e a responsabilidade da mestranda Márcia Cristina Auzier Portilho (mestranda do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação), tendo como orientadora a Profa. Dra. Célia Regina Simonetti Barbalho.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

FOLHA DE ROSTO:

Apresentada no documento folhaDeRosto.pdf 08/01/2025 16:02:13

ADEQUADO

TCLE:

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-4000

CEP: 69.057-070

E-mail: cep@ufam.edu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM**



Continuação do Parecer: 7.420.798

Apresentado no documento TCLE.pdf 08/01/2025 16:45:58

ADEQUADO

TERMO DE ANUÊNCIA:

Apresentado no documento CARTA_ANUENCIA.pdf 08/01/2025 16:05:52

ADEQUADO

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS:

Apresentado no documento Instrumento_de_coleta.pdf 08/01/2025 16:54:53

ADEQUADO

Recomendações:

Este CEP analisa os aspectos éticos da pesquisa com base nas Resoluções 466/2012-CNS, 510/2016-CNS e outras complementares.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O presente protocolo não apresenta impedimentos à sua aprovação.

O CEP analisa os aspectos éticos da pesquisa com base nas Resoluções 466/2012-CNS, 510/2016-CNS e outras complementares.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB INFORMACOES BÁSICAS DO PROJETO_2482175.pdf	08/01/2025 17:03:18		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_.pdf	08/01/2025 17:01:10	MARCIA CRISTINA AUZIER PORTILHO	Aceito
Outros	Curriculo_pesquisadora.pdf	08/01/2025 16:58:39	MARCIA CRISTINA AUZIER PORTILHO	Aceito
Outros	Curriculo_orientadora.pdf	08/01/2025 16:58:37	MARCIA CRISTINA AUZIER PORTILHO	Aceito
Outros	Instrumento_de_coleta.pdf	08/01/2025 16:54:53	MARCIA CRISTINA AUZIER PORTILHO	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-4000

E-mail: cep@ufam.edu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM**



Continuação do Parecer: 7.420.798

Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	Carta_de_encaminhamento_.pdf	08/01/2025 16:51:42	MARCIA CRISTINA AUZIER PORTILHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	08/01/2025 16:45:58	MARCIA CRISTINA AUZIER PORTILHO	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	08/01/2025 16:14:32	MARCIA CRISTINA AUZIER PORTILHO	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	08/01/2025 16:13:00	MARCIA CRISTINA AUZIER PORTILHO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_Compromisso_assinado_assi nado.pdf	08/01/2025 16:07:30	MARCIA CRISTINA AUZIER PORTILHO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CARTA_ANUENCIA.pdf	08/01/2025 16:05:52	MARCIA CRISTINA AUZIER PORTILHO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	08/01/2025 16:02:13	MARCIA CRISTINA AUZIER PORTILHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 03 de Março de 2025

Assinado por:

Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-4000

E-mail: cep@ufam.edu.br

ANEXO B – Carta de Anuência



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
DIRETORIA GERAL DO CAMPUS MANAUS-CENTRO



CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, Professor Edson Valente Chaves, na qualidade de dirigente máximo (designado pela Portaria nº 1.115/GR/IFAM, de 22.06.2023, publicada no DOU, de 23.06.2023) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Manaus Centro (IFAM – CMC), com sede à Av. 7 de Setembro, 1975 - Centro, Manaus/AM, 69020-120, declaro para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora **MÁRCIA CRISTINA AUZIER PORTILHO**, a desenvolver o seu projeto de pesquisa: **“Percepções em Propriedade Intelectual: um estudo com estudantes de graduação do IFAM - Campus Manaus Centro”**, cujo objetivo é Compreender o nível de conscientização dos alunos de graduação do IFAM – Campus Manaus Centro, sobre a temática Propriedade Intelectual.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos da Resolução 466/12 CNS e seus complementares, comprometendo-se a mesma em utilizar os dados pessoais dos sujeitos de pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e /ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Manaus, 06 de janeiro de 2025.

Edson
Chaves

EDSON VALENTE CHAVES
Diretor-Geral

Contato:
edson.valente@ifam.edu.br

ANEXO C – Submissão do artigo

[CP] Agradecimento pela submissão Externa Caixa de entrada x



Denise A. Bunn projetos.leda@gmail.com por ufba.br
para mim

12 de ago. de 2025, 12:21 ☆ ↶ ⋮

Márcia Cristina Auzier Portilho:

Obrigado por submeter o manuscrito, "VIDEOAULAS COMO FERRAMENTA PARA A DISSEMINAÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NA GRADUAÇÃO" ao periódico Cadernos de Prospecção. Com o sistema de gerenciamento de periódicos on-line que estamos usando, você poderá acompanhar seu progresso através do processo editorial efetuando login no site do periódico:

URL da Submissão: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nlt/authorDashboard/submission/59409>
Usuário: marcia_auzier

Se você tiver alguma dúvida, entre em contato conosco. Agradecemos por considerar este periódico para publicar o seu trabalho.

Denise A. Bunn

=====

Revista Cadernos de Prospecção

<https://periodicos.ufba.br/index.php/nlt>

ANEXO D – Comprovante de registro de direito autoral



CERTIFICADO DE REGISTRO DE DIREITO AUTORAL

A Câmara Brasileira do Livro certifica que a obra intelectual descrita abaixo, encontra-se registrada nos termos e normas legais da Lei nº 9.610/1998 dos Direitos Autorais do Brasil. Conforme determinação legal, a obra aqui registrada não pode ser plagiada, utilizada, reproduzida ou divulgada sem a autorização de seu(s) autor(es).

Responsável pela Solicitação:
IFAM

Participante(s):
Márcia Cristina Auzier Portilho (Autor)

Título:
Crie, proteja e inove: material didático sobre propriedade intelectual

Data do Registro:
19/09/2025 06:16:06

Hash da transação:
0x7deef50110a57035780d92476a80b8d829e2b567779b3e267678b4ad27cfde0

Hash do documento:
fd90560a4cc5ff8fbbc23a1057a22cbd43d79a2f32f2b5cfd3059aec2fb8

Compartilhe nas redes sociais
[f](#) [t](#) [e](#) [in](#)



[clique para acessar a versão online](#)

ANEXO E - Declaração de entrega do produto ao demandante